

2023

Relatório e Contas

Pilar Económico.

Análise e desempenho
da Sustentabilidade
Económica.



COMBOIOS DE PORTUGAL

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 - 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 212 635 680,46 € (a 31 de dezembro de 2023)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos:

institucional@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico



Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12
DESTAQUES	14
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	17
CONTRIBUTOS PARA A MOBILIDADE NACIONAL	21
Principais Acontecimentos	22
Serviço	22
Jornadas Mundiais da Juventude 2023	22
Reforço do Serviço Alfa Pendular	24
Manutenção do Serviço de Mobilidade em Zonas de Obras na Infraestrutura	24
Linha do Minho	24
Linha do Leste	25
Comboios Históricos	25
Cliente	25
CRM	26
Projeto "ANDA Conhecer Portugal"	26
Material Circulante	26
Concurso para Aquisição de Material Circulante	26
Serviços de Manutenção	27
Nova Frota da Metro do Porto	27
Novo Armazém de Peças da Unidade de Alta Velocidade	27
Sistema de Informação aos Passageiros das Automotoras da série 3400	27
Marketing	28
Marcas Portuguesas Mais Valiosas	28
Selo Superbrands	28
Rotas Turísticas	28
Campanha do Comboio Celta	29
Campanha Promo +	29
Inovação	29
Portugal Digital Awards	29
Segurança	30
Declaração Europeia de Cultura de Segurança Ferroviária	30
Contribuição para a Sociedade	30
Residências para Estudantes	30
A CP EM 2023	31

Evolução dos Indicadores Comerciais	32
Passageiros Transportados	32
Proveitos do Transporte de Passageiros	33
A Nossa Oferta de Transporte	34
Qualidade do Serviço	37
Atividade de Manutenção	39
Introdução	39
Atividade Interna	39
Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros	41
Frota	42
Recursos Humanos	44
Efetivo	44
Absentismo	45
Trabalho Suplementar	46
Formação	46
Investimentos Realizados	48
Aquisição de Material Circulante	48
Modernização do Material Circulante	48
Intervenções em Instalações Fixas	49
Equipamentos e Informatização	49
O Grupo CP	50
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	51
Quadro – Resumo	52
1. Objetivos de Gestão	53
Orientações Estratégicas	53
Plano de Atividades e Orçamento	53
Execução do Plano de Investimentos	55
Execução do Contrato de Prestação de Serviço Público	56
Execução Orçamental	57
2. Gestão do Risco Financeiro	61
3. Limite de Crescimento do Endividamento	61
4. Prazo Médio de Pagamento	62
5. Recomendações do Acionista	63
6. Reservas na Certificação Legal das Contas	63
7. Remunerações /Honorários	64
Remunerações do Conselho de Administração	65
Fiscalização	69
8. Aplicação dos Art.º 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público	71
9. Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP	72
10. Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens	73
11. Plano para a Igualdade	73
12. Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção	73
13. Contratação Pública	73
14. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	74
15. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais	74
16. Recursos Humanos e Massa Salarial	76

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	77
18. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas	78
19. Demonstração Não Financeira	78
20. Informação no Site do SEE	78
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	79
Conta de Exploração	80
Resultado Líquido	80
Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA)	81
Resultado Operacional	82
Resultado Financeiro	82
Balanço	83
Ativo	83
Capital Próprio	84
Passivo	84
Financiamento	86
Dívida Financeira	86
PERSPETIVAS PARA 2024	88
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	91
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	93
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	95
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	97
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	104
Identificação da Entidade e Período de Relato (nota 1)	105
Identificação da Entidade	105
Acesso à Infraestrutura	106
Regime de Concessão	107
Contrato de Serviço Público	108
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	110
Referencial Contabilístico	110
Derrogações ao SNC	110
Valores Comparativos	110
Adoção Pela Primeira Vez das NCRF–Divulgação Transitória (nota 3)	111
Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)	111
Bases de Mensuração	111
Políticas Contabilísticas Relevantes	112
Investimentos Financeiros em Subsidiárias e Associadas	116

Outros Ativos/Passivos Financeiros	117
Principais Pressupostos Relativos ao Futuro	124
Principais Fontes de Incerteza das Estimativas	124
Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis	125
Cobranças Duvidosas	125
Inventários	125
Provisões	126
Ativos não Correntes Detidos Para Venda	126
Fluxo de Caixa (nota 5)	127
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	128
Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	128
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)	128
Partes Relacionadas (nota 7)	129
Ativos Intangíveis (nota 8)	130
Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)	131
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)	134
Locações (nota 11)	135
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)	136
Outros Investimentos Financeiros (nota 13)	137
Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)	138
Inventários (nota 15)	140
Clientes (nota 16)	142
Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)	143
Outros Créditos a Receber (nota 18)	144
Diferimentos (nota 19)	145
Capital Subscrito (nota 20)	145
Capital Realizado	145
Capital Não Realizado	146
Reservas Legais (nota 21)	146
Outras Reservas (nota 22)	147
Resultados Transitados (nota 23)	147
Material Circulante	147
Outros Ativos Fixos Tangíveis	147
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)	148
Provisões (nota 25)	149
Financiamentos Obtidos (nota 26)	149
Outras Dívidas a Pagar (nota 27)	151
Fornecedores (nota 28)	152
Vendas e Serviços Prestados (nota 29)	152
Subsídios à Exploração (nota 30)	153
Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 31)	154
Variação da Produção (nota 32)	154
Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 33)	155
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)	155
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)	156
Gastos com Pessoal (nota 36)	157
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)	158

Outros Rendimentos (nota 38)	158
Outros Gastos (nota 39)	159
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)	160
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)	160
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)	161
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)	161
Garantias e Avals (nota 44)	162
Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 45)	162
Proposta de Aplicação de Resultados (nota 46)	162
RELATÓRIO DE AUDITORIA	163
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	165
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	167

Índice de Gráficos

	Gráfico 1 - Taxa anual de crescimento do PIB homólogo entre 2020 e 2023. 18
	Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre. 19
	Gráfico 3 - Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021..... 20
	Gráfico 4 - Evolução da procura e dos proveitos de tráfego entre 2016 e 2023..... 34
	Gráfico 5 - Evolução da frota de material circulante ao serviço comercial. 40
	Gráfico 6 - Distribuição do Efetivo a Cargo pelas grandes áreas da CP..... 45
	Gráfico 7 - Distribuição dos Investimentos pelos grandes grupos..... 48
	Gráfico 8 - Grupo CP. 50
	Gráfico 9 - Fontes de Financiamento. 87
	Gráfico 10 - Estrutura da Dívida..... 87

1.

Mensagem do Presidente





O Relatório e Contas que agora apresentamos é mais um marco significativo na história da CP – Comboios de Portugal.

Em 2023, mantivemos um resultado líquido positivo de 3,6 milhões de euros. Embora inferior aos 9,2 milhões de euros registados em 2022, este resultado continua a ser uma demonstração do nosso compromisso com uma gestão financeira sólida e sustentável.

O ano de 2023 foi marcado por um crescimento impressionante no número de passageiros transportados, atingindo os 173,3 milhões de passageiros, o que representa um aumento de cerca de 17% em relação ao ano anterior. Este crescimento reflete a confiança cada vez maior da população nos serviços da CP e a eficácia das nossas estratégias de operação, comercial e marketing.

Um dos maiores marcos do ano foi a redução substancial da dívida da CP, que passou de 2,1 mil milhões de euros para 202 milhões de euros, que resultou da atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019. Esta redução muito substancial da dívida, permitiu-nos alcançar rácios de autonomia financeira positivos e cria condições favoráveis para a realização dos necessários investimentos que garantam a sustentabilidade futura da nossa empresa.

No que toca à oferta de serviços, destaca-se o reforço do serviço Alfa Pendular com mais comboios diários, respondendo assim à crescente procura e alargando a oferta aos nossos clientes, e a implementação de um Passe Ferroviário Nacional, válido para utilização a partir do dia 1 de agosto de 2023, com um valor mensal fixo de 49 euros, que permite viajar nos comboios regionais em todo o território nacional, independentemente do ponto de partida ou destino.

Face aos desafios futuros e tendo em conta os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades que se perspetivam, em 2023 a CP deu continuidade à implementação do seu Plano Estratégico 2022-2030, através do qual a CP pretende assumir-se cada vez mais como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado do transporte de passageiros, criando valor para todos os *stakeholders*, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Verifica-se cada vez mais um reconhecimento externo pelo trabalho que a CP tem estado a desenvolver, destacando-se a esse nível o prestigiado prémio que recebemos em 2023 no Portugal Digital Awards, pelo projeto “Ambiente Digital da Tração”. Este reconhecimento reflete não só a inovação e audácia da nossa equipa, mas também o nosso compromisso inabalável com a transformação digital no setor ferroviário. Este prémio é um tributo à visão e ao trabalho de toda a equipa da CP, que dia após dia se dedica a melhorar e a inovar, mantendo-nos na vanguarda da transformação digital.

Também em 2023, a CP alcançou o 42º lugar na classificação do Estudo Anual da Consultora OnStrategy, dedicado às “100 Marcas Portuguesas Mais Valiosas”, sendo a única transportadora terrestre a figurar nesta lista. Este reconhecimento é um reflexo da nossa crescente influência e relevância no mercado nacional.

Mas 2023 é o ano em que, pela primeira vez, a CP – Comboios de Portugal é escolhida pelos clientes como uma marca SuperBrands, um reconhecimento que valoriza ainda mais o nosso compromisso com a excelência no serviço e a satisfação do cliente.

Antes de concluir esta minha mensagem, não podia deixar de dar destaque à participação ativa da CP nas Jornadas Mundiais da Juventude, realizadas no princípio de agosto e que incluíram a visita de Sua Santidade o Papa Francisco a Portugal. Enfrentámos um desafio colossal, transportando milhares de jovens ansiosos por participar neste evento sem precedentes em terras lusas. Efetuaram-se comboios especiais de reforço dos diversos serviços, incluindo Alfas, Regionais e Urbanos, num total de 377 comboios. Este feito só foi possível graças ao empenho e dedicação de cada trabalhador da CP, que sacrificaram horas de descanso e momentos com a família e amigos para garantir o sucesso desta operação.

Por fim, gostaria de expressar o meu mais sincero agradecimento a todos os trabalhadores da CP. Sem a sua dedicação e trabalho árduo, não teríamos alcançado os resultados que hoje apresentamos. Juntos, estamos a moldar o futuro do transporte ferroviário em Portugal e a reforçar a nossa posição de liderança enquanto maior transportador terrestre nacional.



2.

Conselho de Administração





Da esquerda para a direita:

**Pedro Miguel Sousa
Pereira Guedes Moreira**

Presidente

**Maria Isabel de
Magalhães Ribeiro**

Vice-Presidente

**Joaquim José
Martins Guerra**

Vogal

**Pedro Manuel
Franco Ribeiro**

Vogal

**Ana Maria dos
Santos Malhó**

Vogal

3.

Destiques





Passageiros Transportados → 173,3 milhões
 $\Delta = +17\%$



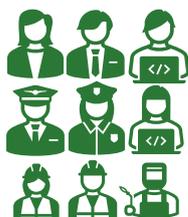
Comboios → 398 mil
 $\Delta = -5,7\%$

Cks → 26 milhões
 $\Delta = -6,7\%$



Proveitos de Tráfego → 247,4 milhões de euros
 $\Delta = -3,3\%$

Faturação de Manutenção → 14,9 milhões de euros
 $\Delta = +7,4\%$



Trabalhadores a Cargo → 3 735
 $\Delta = -15$



Veículos na Frota → 446
 $\Delta = +14$

Indicadores Operacionais	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Procura				
Passageiros (10 ³)	173 267	148 123	25 144	17,0%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	4 366 975	4 038 038	328 937	8,1%
Oferta				
Comboios (10 ³)	398	422	-24	-5,7%
CK (10 ³)	26 153	28 023	-1870	-6,7%
LKO (10 ⁶)	11 956,1	12 647,4	-691 316,0	-5,5%
Recursos Humanos				
Efectivo Final a cargo	3 735	3 750	-15	-0,4%
Efectivo Médio a cargo	3 741	3 760	-19	-0,5%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	244	244	0	0,0%
Locomotivas	49	47	2	4,3%
Carruagens	153	141	12	8,5%

Indicadores Financeiros	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
(10 ³ €)				
Proveitos Tráfego	247 358	255 723	-8 365	-3,3%
Rendimentos Operacionais	467 674	434 577	33 097	7,6%
Subsídios à Exploração *	157 884	116 204	41 680	35,9%
Gastos Operacionais	352 929	349 293	3 636	1,0%
EBITDA **	114 745	85 284	29 461	34,5%
Resultado Operacional	56 996	28 624	28 372	99,1%
Resultado Líquido	3 552	9 181	-5 629	-61,3%

* Contidos nos Rendimentos Operacionais. Inclui subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

** Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

4.

Enquadramento Macroeconómico



Enquadramento Macroeconómico¹

Contas Nacionais

Em 2023, o PIB registou um crescimento de 2,3% em volume, após o aumento de 6,8% em 2022, o mais elevado desde 1987.

A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações de bens e serviços em volume desacelerado significativamente.

O fraco crescimento da atividade deve-se a uma menor procura externa, aliada à política restritiva por parte do BCE e à inflação cumulativa, que retiraram poder de compra aos consumidores. As condições de financiamento mais apertadas, devido ao aumento das taxas de juro, têm afetado sobretudo o setor industrial. Por outro lado, o setor dos serviços tem mostrado resiliência, contribuindo de forma positiva para a manutenção de uma conjuntura estável ao nível do emprego, apesar de a taxa de desemprego ter registado no último trimestre de 2023 um ligeiro aumento.

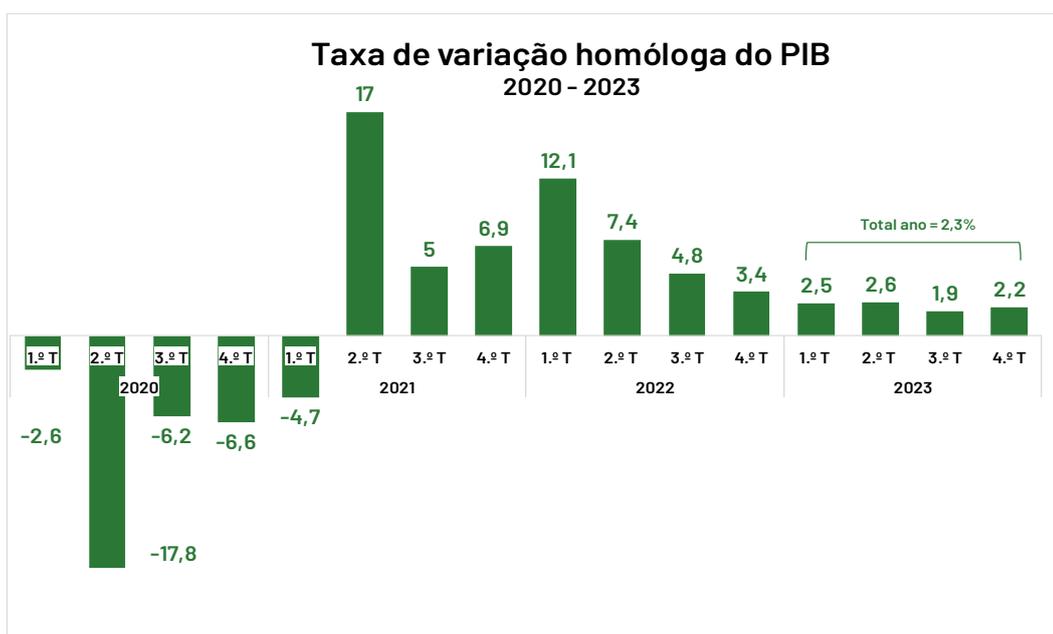


Gráfico 1 - Taxa anual de crescimento do PIB homólogo entre 2020 e 2023.

Fonte: www.ine.pt

¹ Fonte: www.INE.pt e [BPstat\(bportugal.pt\)](http://BPstat(bportugal.pt)).

Mercado de Trabalho

A taxa anual de desemprego situou-se nos 6,6% em 2023. Após um primeiro trimestre em que a taxa atingiu os 7,2% e uma descida nos dois trimestres seguintes, para os 6,1%, no último trimestre acabaria por voltar a apresentar um crescimento para os 6,7%, ficando próximo do registado no período homólogo de 2022.

Depois de, durante a pandemia, se ter generalizado o trabalho remoto, esta alternativa, que se pensava provisória, tornou-se uma solução duradoura para muitas organizações e trabalhadores. O teletrabalho ou pelo menos um regime híbrido, presencial e remoto, surgiu como uma tendência para o futuro.

Tanto a taxa de desemprego como o trabalho remoto, têm impacto significativo no mercado da mobilidade, pelo que são fenómenos em observação constante pela CP.

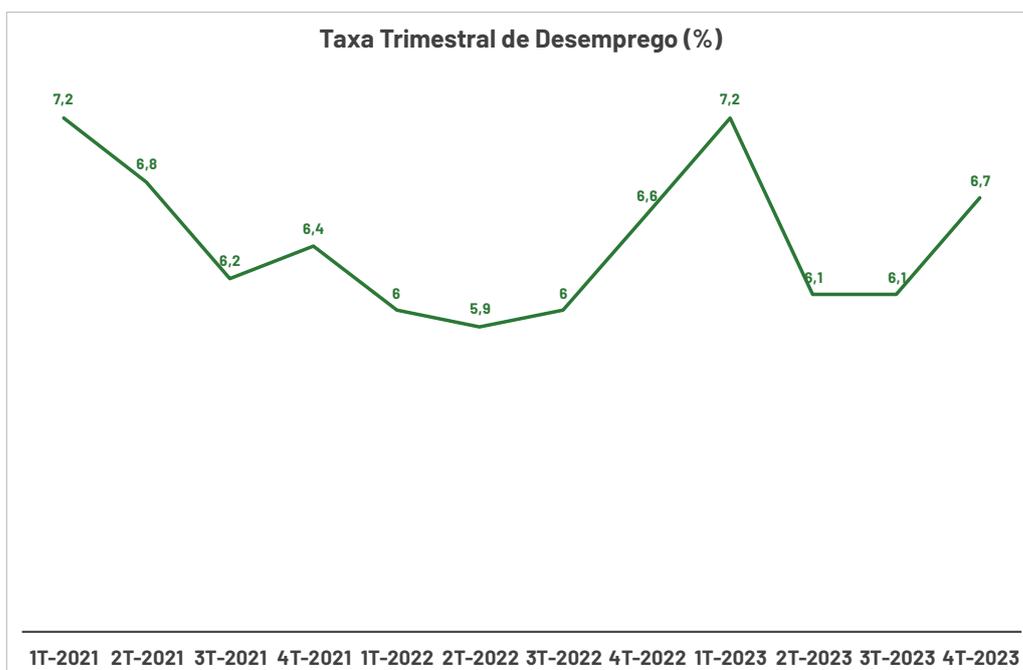


Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.

Fonte: www.ine.pt

Nota: As estimativas do 2.º trimestre de 2020 ao 2.º trimestre de 2023 foram adicionalmente revistas na sequência dos resultados da análise do impacto da suspensão do modo de recolha presencial (CAPI), que ocorreu devido às medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas durante o período pandémico COVID-19. Para mais detalhes, sugere-se a consulta da nota explicativa constante no Destaque "Estatísticas do Emprego - 3.º trimestre de 2023", divulgado no Portal do INE.

Inflação

Em 2023 o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma evolução tendencialmente decrescente. A desaceleração do IHPC verificou-se na maioria das categorias de produtos, refletindo o efeito base associado ao aumento de preços em 2022, a diminuição dos preços dos bens energéticos e a isenção do IVA aplicada a alguns bens alimentares essenciais, a partir de maio.

A inflação média anual atingiu o valor de 5,3%, constituindo um decréscimo de 2,8 p.p. relativamente ao ano anterior.

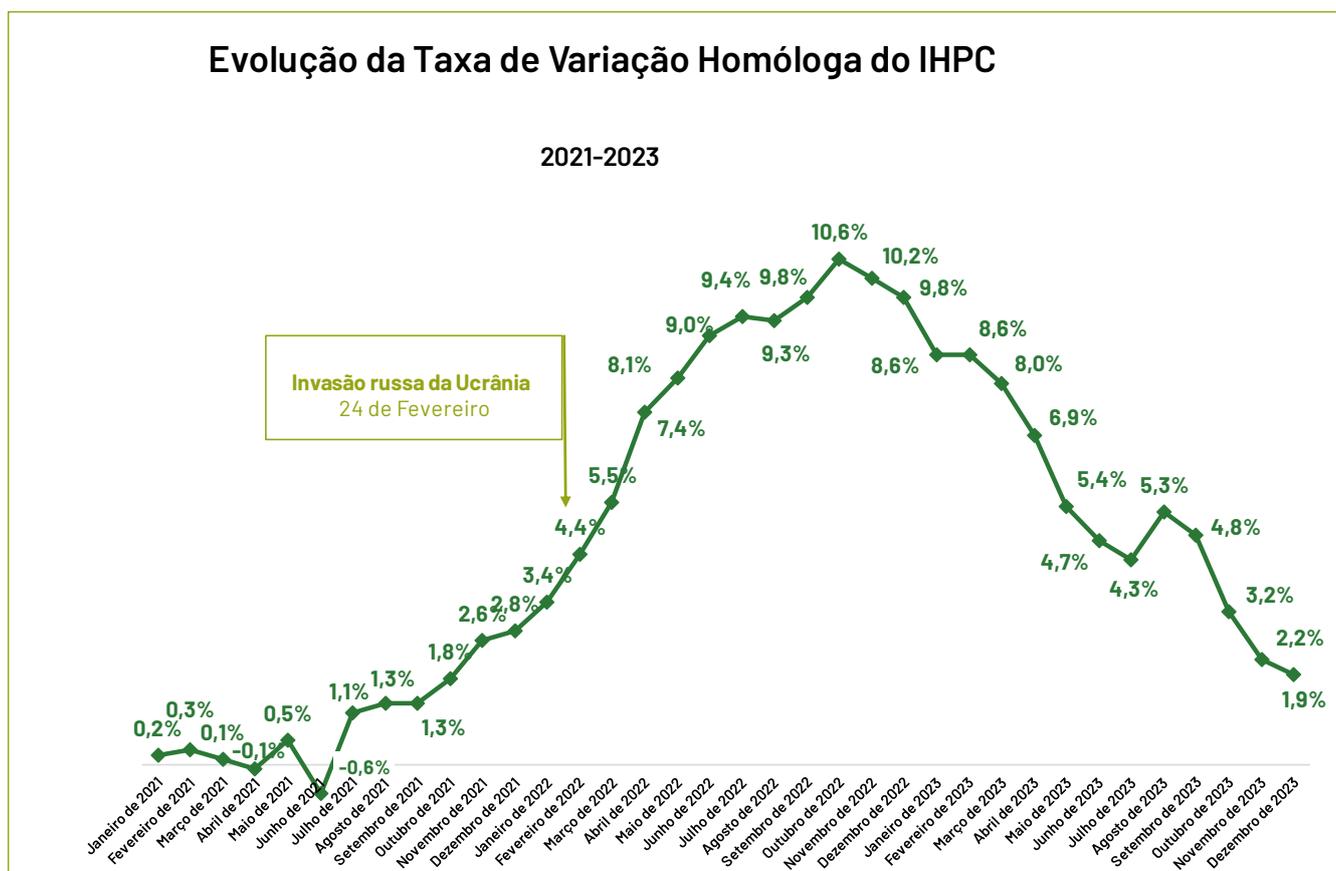


Gráfico 3 - Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021.

Fonte: www.ine.pt

5.

Contributos para a Mobilidade Nacional



Principais Acontecimentos

Serviço

Jornadas Mundiais da Juventude 2023

Entre o final do mês de julho e o princípio de agosto, realizaram-se as Jornadas Mundiais da Juventude, que culminaram com a visita de Sua Santidade, o Papa Francisco. Tratou-se do evento mais importante em termos de operação de transporte em 2023, no qual se movimentaram milhares de pessoas.

Como resultado dos contactos com as Dioceses servidas pela rede ferroviária nacional e com o Grupo de Projeto nomeado pelo Governo, foi elaborado um plano para garantir a mobilidade metropolitana que envolveu o evento, que contribuiu para a deslocação dos mais de um milhão e meio de participantes no evento.



Transporte dos Símbolos das Jornadas

O programa ferroviário iniciou-se com o transporte de comboio, numa viagem inédita, dos dois símbolos das Jornadas Mundiais da Juventude - a Cruz Peregrina e o ícone da Nossa Senhora *Salus Populi Romani*, que retrata a Virgem Maria com o Menino nos braços e que constitui o símbolo da presença de Maria junto dos jovens. Este evento foi a passagem de testemunho da Arquidiocese de Braga para a Diocese de Aveiro e contou com o acompanhamento de centenas de jovens.



Programa de Transportes

Foi implementada uma adaptação da oferta regular e o lançamento de oferta especial.

Existiu uma especial incidência na Linha de Cascais, onde foi necessário reforçar os períodos entre pontas e o período noturno e no restante serviço Urbano de Lisboa, atendendo à concentração de eventos e à visita do Papa à capital.

Efetuaram-se comboios especiais de reforço dos diversos serviços, incluindo Alfas, Regionais e Urbanos, num total de 377 comboios.



Reforço do Serviço Alfa Pendular

Para responder às necessidades crescentes de mobilidade entre as duas maiores cidades do País, no final do ano foram repostos dois comboios Alfa, um com partida de Porto-Campanhã às 7h32 e outro, de Lisboa-Santa Apolónia às 20h, reforçando a principal ligação do serviço *premium* da CP.



Manutenção do Serviço de Mobilidade em Zonas de Obras na Infraestrutura

Na sequência das obras em curso na infraestrutura ferroviária, que se estendem por diversos troços da rede nacional, a CP procedeu às necessárias alterações de oferta, com alguns ajustamentos de horários e, principalmente, assegurando transbordos rodoviários. Destes destacam-se:

- Linha da Beira Alta – reprogramação de toda a oferta de comboios Regionais e IC, em virtude do encerramento total desta linha para remodelação entre Pampilhosa e Guarda, com transbordo rodoviário estendido até Vilar Formoso;
- Linha de Cascais – reformulação da oferta e programa de transbordo, no troço entre Cais do Sodré e Algés, nos períodos noturno e de madrugada;
- Linhas do Norte, do Algarve, do Oeste e do Sul – transbordos rodoviários em períodos de interdição da infraestrutura.



Linha do Minho

O horário na Linha do Minho foi adaptado face à entrada em exploração da nova sinalização do troço entre Viana do Castelo e Valença.

Linha do Leste

Foi adaptado o horário do serviço regional da Linha do Leste, com vista a melhorar o desempenho da exploração, o que permitiu uma significativa melhoria da pontualidade deste serviço.

Comboios Históricos

A campanha 2023 dos Comboios Históricos do Douro e do Vouga, realizou-se como já é habitual durante o verão, obtendo grande adesão de clientes.

Voltou igualmente a circular, na época natalícia, o Comboio Histórico de Natal.



Cliente

Passé Ferroviário Nacional

Válido para utilização a partir do dia 1 de agosto de 2023, com um valor mensal fixo de 49 euros, permite viajar nos comboios regionais em todo o território nacional, independentemente do ponto de partida ou destino.

Este novo recurso disponibiliza aos cidadãos portugueses a possibilidade de viajar nos serviços regionais, sem quaisquer limitações de horários, de uma forma conveniente e flexível em todo o país.



Venderam-se, para os meses de agosto a dezembro, 13.400 passes.

CRM

O programa de CRM (*Customer Relationship Management*) da CP, iniciado no final de 2022, estabeleceu um novo paradigma na relação com aqueles que viajam de comboio, quer pelo seu acompanhamento antes e após a viagem, quer pelo grau de conhecimento que a Empresa passou a ter dos seus Clientes.

Em 2023 observou-se uma significativa melhoria dos processos de tratamento dos Pedidos de Suporte (designadamente reclamações e sugestões). Em 2023 entraram em CRM cerca de 91 mil pedidos de suporte.

Projeto "ANDA Conhecer Portugal"

Com o objetivo de promover a mobilidade juvenil sustentável foi assinado um protocolo com a Movijovem, sob o mote "ANDA Conhecer Portugal".

Este programa oferece aos jovens viagens ilimitadas de comboio durante sete dias, acrescidos de seis noites na rede de Pousadas da Juventude de forma gratuita. Abrange os alunos que terminam o ensino secundário nos anos letivos desde 2022/2023 a 2024/2025 e arrancará em 2024.



Material Circulante

Concurso para Aquisição de Material Circulante

O concurso para a aquisição de 117 automotoras para os serviços regional e urbanos de Lisboa e do Porto, lançado no final de 2021, foi concluído no final de 2023 com a adjudicação ao agrupamento Alstom Transporte S.A.U., Alstom Ferroviária Portugal, S.A. e Domingos da Silva Teixeira S.A.

A aquisição compreende o fornecimento base de 62 automotoras para o serviço urbano e 55 automotoras para o serviço regional, bem como a construção de uma oficina para as intervenções de manutenção de segundo nível daquele material. Contempla ainda a opção de fornecimento de 36 automotoras adicionais para serviço urbano.

Serviços de Manutenção

Nova Frota da Metro do Porto

A CP celebrou um contrato com o fabricante de comboios CRRC para a realização da manutenção aos 18 veículos da nova frota CT da Metro do Porto, por um período de cinco anos, nas oficinas da CP em Guifões.



Novo Armazém de Peças da Unidade de Alta Velocidade

A CP inaugurou um novo armazém de peças da Unidade de Alta Velocidade (AV), com cerca de 400 metros quadrados, no Porto.

O local, ao lado das instalações da AV, a qual é responsável pela manutenção das automotoras da série 4000 – Alfa Pendular, foi estrategicamente planeado para minimizar o risco de danificação das peças durante o transporte e reduzir o tempo de imobilização dos comboios, uma vez que as peças estão agora mais perto da oficina.

Sistema de Informação aos Passageiros das Automotoras da série 3400

As automotoras da série 3400, afetas aos serviços Urbanos do Porto, beneficiaram de uma melhoria do sistema de informação ao passageiro, desenvolvida internamente pela CP.

Marketing

Marcas Portuguesas Mais Valiosas

No estudo anual da Consultora OnStrategy, dedicado às "100 Marcas Portuguesas Mais Valiosas", a CP - Comboios de Portugal ascendeu ao 42.º lugar na classificação, tornando-se a única transportadora terrestre a figurar nesta lista.

Este estudo analisa a Reputação, Força, Energia de Marca e Avaliação Financeira, com o objetivo de oferecer uma visão consistente sobre a forma como as marcas evoluem. O trabalho permite perceber as variáveis que formam o seu valor e distingue-se pela sua abordagem abrangente e metódica.



Selo Superbrands

Quase a celebrar duas décadas em Portugal, a Superbrands apresentou as marcas no *top of mind* dos consumidores portugueses.

A CP obteve o selo Superbrands, num universo exclusivo de 47 marcas, um reconhecimento de marca de excelência, distinguindo-a como uma entidade líder e de confiança no setor dos transportes, tendo sido a única representante deste setor.



Rotas Turísticas

Foram retomadas as parcerias com as Autarquias no sentido de permitir o conhecimento do País, sob os mais diversos pretextos sazonais, tais como a Rota das Amendoeiras em Flor ou a Festa das Vindimas.



Campanha do Comboio Celta

Entre janeiro e abril de 2023, decorreu uma campanha para a venda de 12 600 viagens, com o preço promocional de 5,25 euros, nos Comboios Celta, que circulam entre Porto Campanhã e Vigo.

Estes comboios são operados em parceria entre a CP e a RENFE.



Campanha Promo +

A campanha PROMO+ disponibilizou 45 mil viagens a preços promocionais nos comboios Alfa e Intercidades, com descontos até 80% em bilhetes adquiridos com antecedência mínima de 10 dias relativamente à data da viagem.



Inovação

Portugal Digital Awards

A 8.ª edição do Portugal Digital Awards, premiou a CP na categoria *Best Transportation Project*, que distingue o melhor projeto de transformação digital no Setor dos Transportes.

O galardão foi atribuído ao projeto "Ambiente Digital da Tração", do qual fazem parte os novos dispositivos *tablet* afetos aos maquinistas, que lhes permitem aceder a várias aplicações CP: documentos, notificações, regulamentação de segurança, gestão do horário de trabalho, apoio à condução e tarefas associadas ao material circulante.

Além da eficiência do acesso à informação em tempo real, permite ainda poupar várias toneladas de papel por ano, dado que se elimina a necessidade de milhares de documentos em papel.



Segurança

Declaração Europeia de Cultura de Segurança Ferroviária

A CP assinou a Declaração Europeia de Segurança, iniciativa promovida pela Agência Ferroviária da União Europeia (ERA) que visa demonstrar, inequivocamente, o envolvimento da gestão de topo das empresas no desenvolvimento da Cultura de Segurança.

Sendo a Segurança um dos Valores Profundos da CP, esta ação transmite uma vez mais o seu compromisso.

Contribuição para a Sociedade

Residências para Estudantes

A CP concorreu a duas candidaturas a financiamento para reabilitação de edifícios destinados a alojamentos universitários a custos acessíveis, disponibilizando as instalações dos antigos Dormitórios Operacionais de Campolide, em Lisboa e de Coimbra.

As instalações serão alvo de obras de requalificação, integralmente financiadas pela União Europeia (UE) - Next Generation EU e pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ao abrigo do Programa de Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis, que se encontra integrado no Plano Nacional de Alojamento do Ensino Superior (PNAES) e cuja dinamização compete à Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação.

Estas candidaturas e respetivas aprovações permitirão requalificar antigos edifícios da CP e, no âmbito da componente de responsabilidade social da empresa, dar resposta às necessidades dos estudantes e estreitar as relações institucionais e de cooperação entre a CP e a Academia.



6.

A CP em 2023



Evolução dos Indicadores Comerciais

Passageiros Transportados

Em 2023, a CP transportou 173,3 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 17% face ao ano anterior e de 20% face ao registado em 2019, no período pré-pandemia.

Este crescimento foi impulsionado pelos títulos mensais, designadamente, dos serviços Urbanos de Lisboa e Regional, beneficiando das medidas implementadas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e da introdução, em julho de 2023, do Passe Ferroviário Nacional.

As greves ocorridas em 2023, com forte impacto nos primeiros sete meses do ano, limitaram a recuperação dos restantes serviços e dos títulos ocasionais, que se situaram genericamente abaixo dos valores pré-pandemia.

Passageiros (*10³)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	136 329	110 168	26 161	23,7%
Serv. Urbano Porto	19 941	20 592	-651	-3,2%
Serv. Urbano Coimbra	834	867	-33	-3,8%
Serv. Longo Curso	5 193	5 522	-329	-6,0%
Serv. Regional	10 857	10 864	-7	-0,1%
Serv. Internacional	115	111	4	3,3%
TOTAL	173 267	148 123	25 144	17,0%

Os passageiros-quilómetro (PK) registaram um acréscimo na ordem dos 8,1%, mais cerca de 329 milhões de PK face ao ano anterior.

Passageiros-Km (*10 ³)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	2 110 903	1 695 619	415 284	24,5%
Serv. Urbano Porto	501 342	520 387	-19 046	-3,7%
Serv. Urbano Coimbra	23 771	24 358	-587	-2,4%
Serv. Longo Curso	1 226 674	1 314 359	-87 686	-6,7%
Serv. Regional	487 084	466 772	20 312	4,4%
Serv. Internacional	17 202	16 543	659	4,0%
TOTAL	4 366 975	4 038 038	328 936	8,1%

Proveitos do Transporte de Passageiros

Os proveitos de tráfego ascenderam a 247,4 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 3,3% face ao ano anterior e de 10% relativamente aos valores de 2019. Esta evolução, contrária ao crescimento apresentado pela procura, é justificada, essencialmente, pelo aumento do peso relativo dos títulos mensais, com uma base tarifária mais reduzida e pelo impacto das greves nos títulos ocasionais e nos serviços de longo curso, aqueles que por sua vez apresentam as bases tarifárias mais elevadas.

Recorda-se que os valores de proveitos apresentados, incluem participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), que, contudo, continuam a ser atribuídas com significativo desfasamento temporal e que distorcem a comparabilidade dos dados dos proveitos de tráfego. Não foi recebida em 2023 qualquer participação pela implementação do Passe Ferroviário Nacional.

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	98 362	97 477	885	0,9%
Serv. Urbano Porto	28 515	31 473	-2 958	-9,4%
Serv. Urbano Coimbra	1 141	1 184	-43	-3,7%
Serv. Longo Curso	88 228	93 753	-5 525	-5,9%
Serv. Regional	29 306	29 539	-232	-0,8%
Serv. Internacional	1 806	2 298	-492	-21,4%
TOTAL	247 358	255 723	-8 365	-3,3%

Nota: não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 74-A/2022, de 6 de setembro, determinou que os serviços regulares da CP mantivessem em 2023 o tarifário de 2022, sem qualquer atualização.

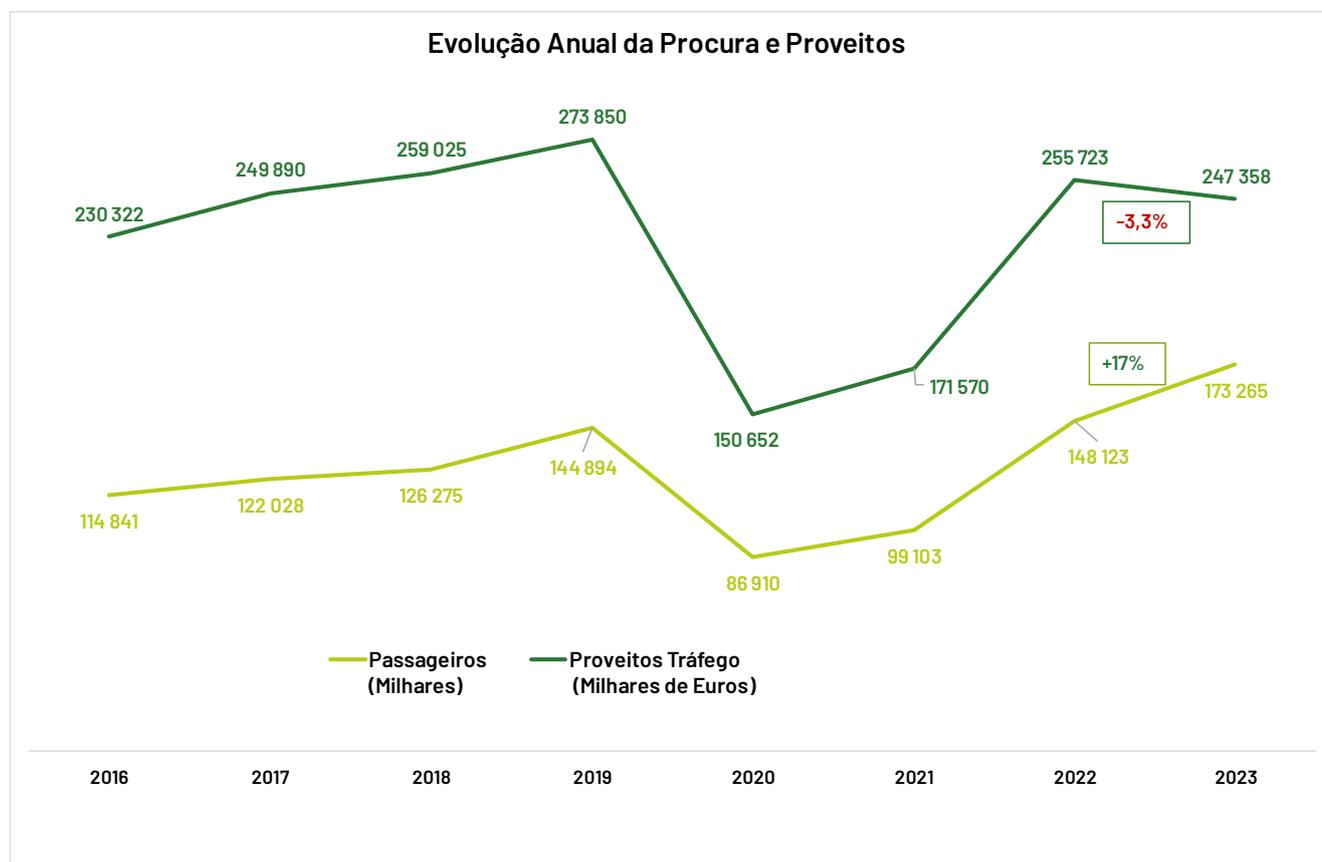


Gráfico 4 – Evolução da procura e dos proveitos de tráfego entre 2016 e 2023.

A Nossa Oferta de Transporte

A CP realizou durante o ano de 2023 cerca de 398 mil comboios e aproximadamente 26 milhões de comboios-quilómetro (CK).

Os primeiros sete meses de 2023 ficaram marcados por fortes perturbações, provocadas por greves convocadas por diversas organizações sindicais da CP e da IP, que afetaram de forma transversal todos os serviços. Neste período foram suprimidos por motivo de greve, mais de 31,3 mil comboios, o que equivale a 7% do total de comboios programados.

Comboios	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	190 484	199 482	-8 998	-4,5%
Serv. Urbano Porto	78 596	83 286	-4 690	-5,6%
Serv. Urbano Coimbra	10 382	10 964	-582	-5,3%
Serv. Longo Curso	23 534	24 890	-1 356	-5,4%
Serv. Regional	93 200	101 437	-8 237	-8,1%
Serv. Internacional	1 359	1 416	-57	-4,0%
TOTAL	397 555	421 475	-23 920	-5,7%

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	6 050	6 351	-301	-4,7%
Serv. Urbano Porto	4 334	4 577	-242	-5,3%
Serv. Urbano Coimbra	450	476	-26	-5,4%
Serv. Longo Curso	6 942	7 473	-531	-7,1%
Serv. Regional	8 198	8 956	-758	-8,5%
Serv. Internacional	180	190	-10	-5,5%
TOTAL	28 153	28 023	-1 870	-6,7%

Lugares Km Oferecidos (*10 ³)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	5 461 195	5 792 792	-331 597	-5,7%
Serv. Urbano Porto	2 070 070	2 164 390	-94 320	-4,4%
Serv. Urbano Coimbra	125 053	131 482	-6 429	-4,9%
Serv. Longo Curso	2 193 747	2 331 265	-137 518	-5,9%
Serv. Regional	2 060 246	2 178 859	-118 613	-5,4%
Serv. Internacional	45 822	48 662	-2 840	-5,8%
TOTAL	11 956 133	12 647 449	-691 316	-5,5%

Em consequência das obras em curso na infraestrutura, em diversos pontos da Rede Ferroviária Nacional, mantiveram-se algumas alterações à oferta da CP e os respetivos transbordos para serviços rodoviários de substituição.

Os principais acontecimentos em termos do serviço oferecido estão descritos no capítulo “Contributos para a Mobilidade Nacional”.

A taxa de ocupação, refletindo o aumento da procura e a redução dos lugares-quilómetro oferecidos, registou um acréscimo face ao ano anterior, transversal à maioria dos serviços e com particular destaque para os serviços Urbanos de Lisboa.

Taxa de Ocupação	2023	2022	Δ 23-22
Serv. Urbano Lisboa	38,7%	29,3%	9,4 p.p.
Serv. Urbano Porto	24,2%	24,0%	0,2 p.p.
Serv. Urbano Coimbra	19,0%	18,5%	0,5 p.p.
Serv. Longo Curso	55,9%	56,4%	-0,5 p.p.
Serv. Regional	23,6%	21,4%	2,2 p.p.
Serv. Internacional	37,5%	34,0%	3,5 p.p.
TOTAL	36,5%	31,9%	4,6 p.p.



Qualidade do Serviço

O Índice Global de Pontualidade de 2023 situou-se nos 73,9%, 6,8 p.p. inferior ao do ano anterior.

Como principal causa para os atrasos verificados continuamos a encontrar as deficientes condições de exploração da infraestrutura, consequência das intervenções de modernização e conservação ao longo de toda a Rede Ferroviária Nacional, nomeadamente no que se refere a limitações de velocidade.

Cerca de 67% dos atrasos tiveram origem em fatores exógenos à empresa.

Pontualidade Diária	2023	2022	Δ 2023-2022
Serv. Urbano Lisboa (1)			
Sintra / Azambuja	79,2%	84,7%	-5,5 p.p.
Cascais	78,5%	91,4%	-12,9 p.p.
Sado	67,1%	74,9%	-7,8 p.p.
Serv. Urbano Porto (1)			
Aveiro	81,8%	79,5%	2,3 p.p.
Braga	79,4%	81,7%	-2,4 p.p.
Caide	75,7%	79,4%	-3,8 p.p.
Guimarães	65,2%	72,4%	-7,1 p.p.
Serv. Urbano Coimbra (1)			
Coimbra-Fig.Foz	75,5%	97,6%	-22,1 p.p.
Serv. Longo Curso (2)			
Alfas	45,3%	47,8%	-2,5 p.p.
Intercidades	54,4%	55,3%	-0,9 p.p.
Internacional	17,7%	34,9%	-17,1 p.p.
Serv. Regional (2)			
Serv. Regional	68,8%	79,2%	-10,4 p.p.
Global CP	73,9%	80,7%	-6,8 p.p.

Notas: (1) Atrasos superiores a 3 minutos

(2) Atrasos superiores a 5 minutos

O Índice Global de Regularidade situou-se nos 91,9%, em 2023, o qual foi 5,6 p.p. inferior ao registado em 2022, refletindo essencialmente o impacto dos conflitos laborais.

As greves representaram 90% das supressões registadas em 2023².

Regularidade	2023	2022	Δ 2023-2022
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	92,7%	97,4%	-4,7 p.p.
Cascais	93,8%	97,6%	-3,8 p.p.
Sado	92,4%	96,9%	-4,5 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	91,1%	97,3%	-6,2 p.p.
Braga	92,4%	97,8%	-5,4 p.p.
Caide	92,9%	97,7%	-4,8 p.p.
Guimarães	92,1%	97,7%	-5,6 p.p.
Serv. Urbano Coimbra (1)			
Coimbra-Fig.Foz	92,4%	97,6%	-5,2 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	89,0%	97,5%	-8,5 p.p.
Intercidades	87,6%	97,8%	-10,2 p.p.
Internacional	90,9%	95,6%	-4,7 p.p.
Serv. Regional			
Serv. Regional	89,7%	97,4%	-7,7 p.p.
Total CP	91,9%	97,5%	-5,6 p.p.

² As greves foram responsáveis pela supressão de comboios em 2022.



Atividade de Manutenção

Introdução

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

Para o efeito a CP dispõe de diversos estabelecimentos oficiais, situados em pontos chaves do país, designadamente, Contumil, Guifões, Sernada do Vouga, Entroncamento, Figueira da Foz, Santa Apolónia, Campolide, Oeiras, Barreiro e Vila Real de Santo António.

A atividade desenvolvida abrange três segmentos principais:

- a reparação e modernização de veículos ferroviários e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária da CP e dos clientes externos;
- a reabilitação de material circulante.

Atividade Interna

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2023 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Para reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões de comboios comerciais, prosseguiram as intervenções de reposição ao serviço de veículos que estavam inoperacionais, designadamente:

- Uma Locomotiva Elétrica da série LE 2600/2620;
- Uma Locomotiva a *diesel* da série 1400;
- Três Carruagens Sorefame;
- Nove Carruagens Arco.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

O trabalho de manutenção e restauro de material circulante realizado pelas oficinas da CP nos últimos anos tem sido crucial para repor a regularidade do serviço comercial, tendo o parque ao serviço comercial evoluído de um total de 374 veículos em 2017, para os atuais 446, uma variação de mais 72 unidades em 6 anos e que já considera a devolução de 6 automotoras *diesel* que estavam alugadas à RENFE.

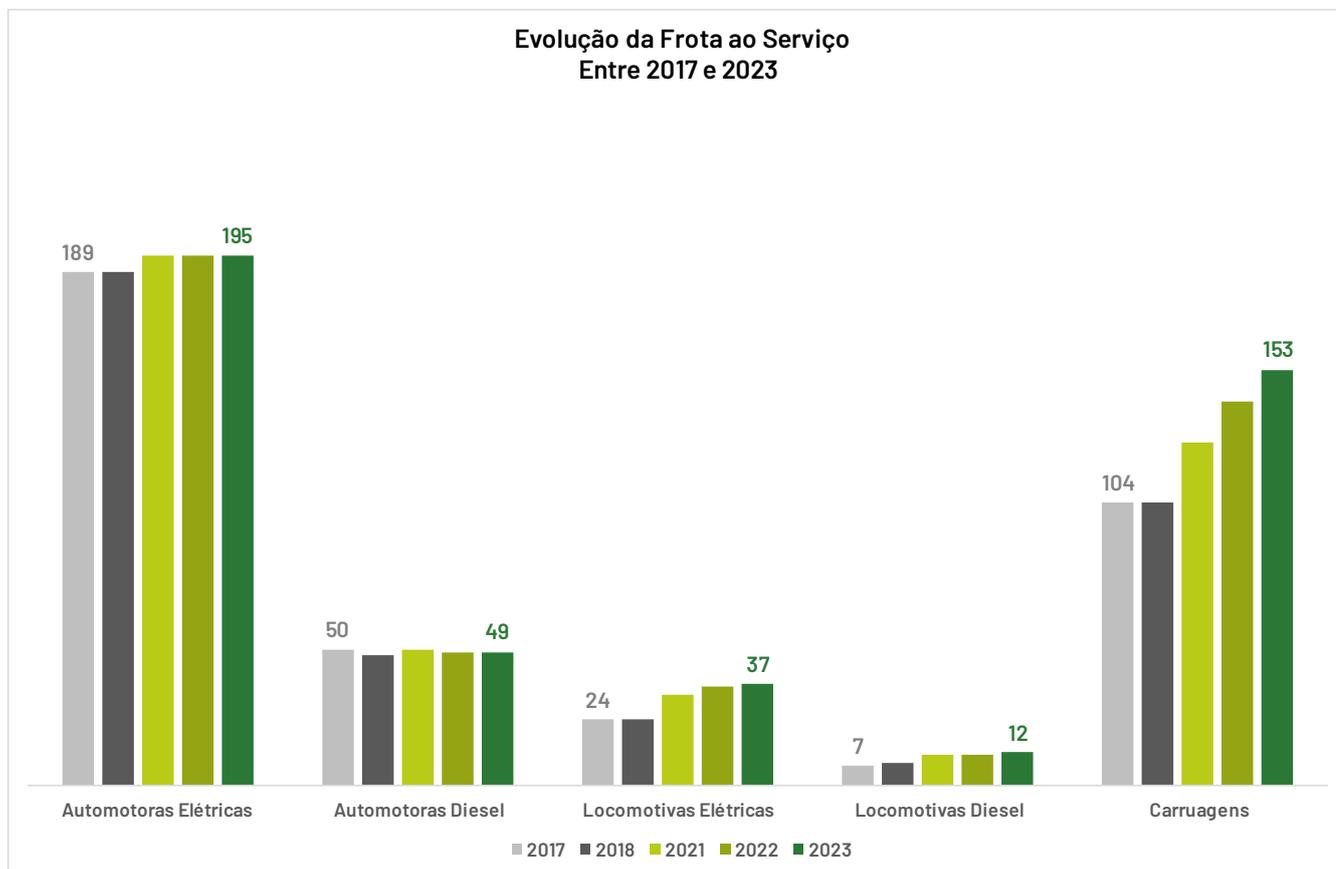


Gráfico 5 – Evolução da frota de material circulante ao serviço comercial.

Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2023, ascendeu a 14,9 milhões de euros, distribuído da seguinte forma por principais clientes:

Cliente (Valores em milhares de euros)	2023	Importância do Cliente
VIAPORTO, Operação e Manutenção	9 570	64,1%
SIMEF, ACE	2 456	16,4%
RENFE Fabricación Y Mantenimientos	1 739	11,6%
MEDWAY - Maintenance & Repair, S.A.	488	3,3%
Infraestruturas de Portugal, S.A.	221	1,5%
ADP Fertilizantes S.A.	79	0,5%
GMF - Railway Maintenance Services	39	0,3%
SOMAFEL	21	0,1%
Outros	324	2,2%
TOTAL	14 937	

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- VIAPORTO - manutenção da frota EUROTRAM e TRAMTRAIN da Metro do Porto;
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;
- CRRC - Início da manutenção da nova frota CT da Metro do Porto;
- Reparação de rotáveis para vários Clientes.



Frota

No final de 2023 a CP dispunha de 446 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

Tipologia do Material		2023	2022	Δ 23-22
Automotoras Elétricas		195	195	0
Automotoras Diesel		49	49	0
Locomotoras Elétricas		37	36	1
Locomotoras Diesel		12	11	1
Carruagens		153	141	12
TOTAL		446	432	14

Em 2023 o parque ativo em serviço comercial foi reforçado nas seguintes unidades:

- **Locomotoras Elétricas:** uma Locomotiva da série LE 2600/2620;
- **Locomotoras a diesel:** uma Locomotiva da série 1400;
- Carruagens Sorefame: 3 unidades;
- Carruagens Arco: 9 unidades.

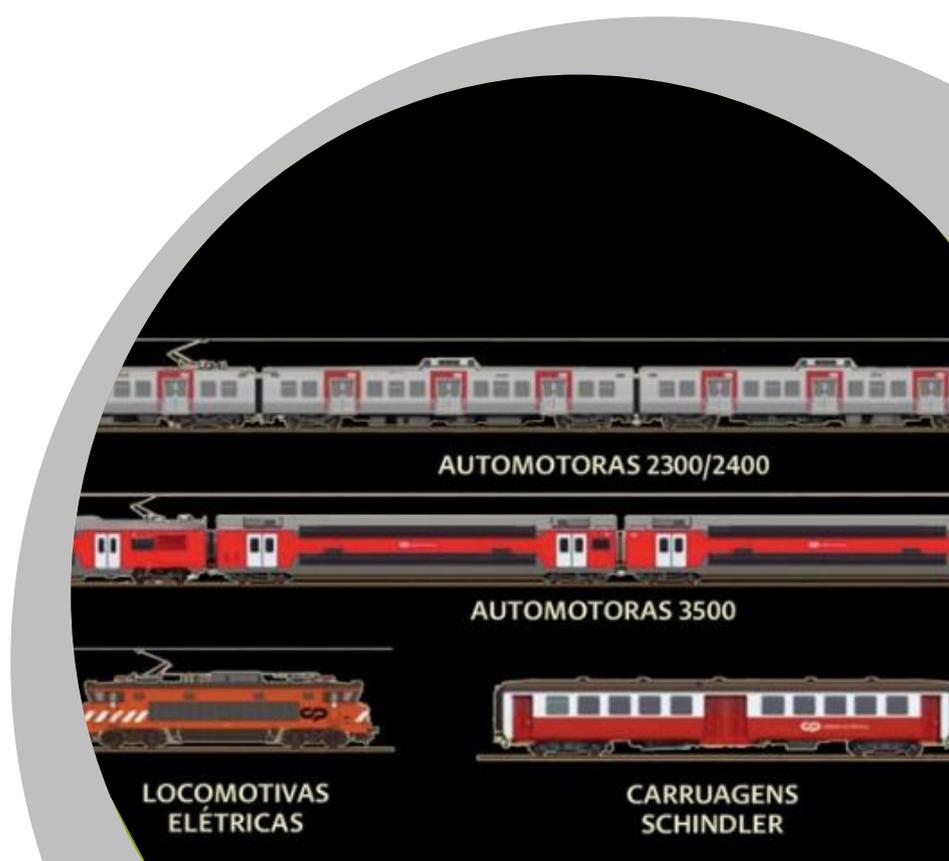
A distribuição da frota por serviço passou assim a ser a seguinte:

Onde Prestam Serviço	2023	2022
Serv. Urb. Lisboa	98	98
Serv. Urb. Porto	34	34
Serviço Reg./LC	309	295
Aluguer Medway	5	5
Total	446	432

No parque acima indicado incluíam-se, no final de 2023, 18 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao Serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo).

A CP dispõe ainda das seguintes unidades para serviços pontuais:

- Comboios Históricos de Via Estreita - 11 unidades: Locomotiva a Vapor, Locomotiva *Diesel*, 7 carruagens, Cisterna e Vagão de apoio a incêndios;
- Comboios Históricos de Via Larga - 7 unidades: Locomotiva a Vapor, 5 carruagens e Cisterna;
- Uma carruagem VIP;
- 2 Furgões Geradores.



Recursos Humanos

Efetivo

No final de 2023 o efetivo total a cargo da CP era de 3 735 trabalhadores, menos 15 do que no final de 2022.

Esta diminuição deve-se a um elevado ritmo de saídas não previstas, aliado ao elevado tempo necessário para obtenção de autorizações de recrutamento e à falta de atratividade dos salários de entrada nas carreiras, tendo vários processos sido reiniciados, por falta de candidatos aprovados e / ou por desistências.

Efetivo a 31 de Dezembro	2023	2022	2021	2020	Δ 2023-2022
Vinculado	3 750	3763	3 791	3 744	-13
A Cargo	3 735	3750	3 784	3 736	-15
Ao Serviço	3 727	3741	3 775	3 727	-14

Legenda:

Efetivo Vinculado - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela empresa).

Efetivo a Cargo - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

Efetivo ao Serviço - efetivo que presta serviço na empresa.

O quadro seguinte sintetiza as movimentações ocorridas durante o ano de 2023 no efetivo a cargo:

Variações do Efetivo a Cargo 2023			
Entradas por Motivo		Saídas por Motivo	
Despacho 82 de 2020 (Reab. Guifões)	1	Reforma	105
Despacho N° 220/2022 - SET	9	Falecimento	7
Despacho N° 863/2021 - SET	31	Revogação/Caducidade	8
Despacho N° 415/2023 - SET	8	Denúncia (do trabalhador)	51
Substituições	106	Início Cedência/Requisição	5
Outros	4	Início Suspensão (Licença sem vencimento, Baixa superior 1095 dias)	1
Fim Cedência/Requisição	1	TOTAL Saídas	177
Fim Suspensão (Licença sem vencimento, Baixa superior 1095 dias)	2	Saldo	-15
TOTAL Entradas	162		

As áreas operacionais agregam 89% do Efetivo da Empresa:

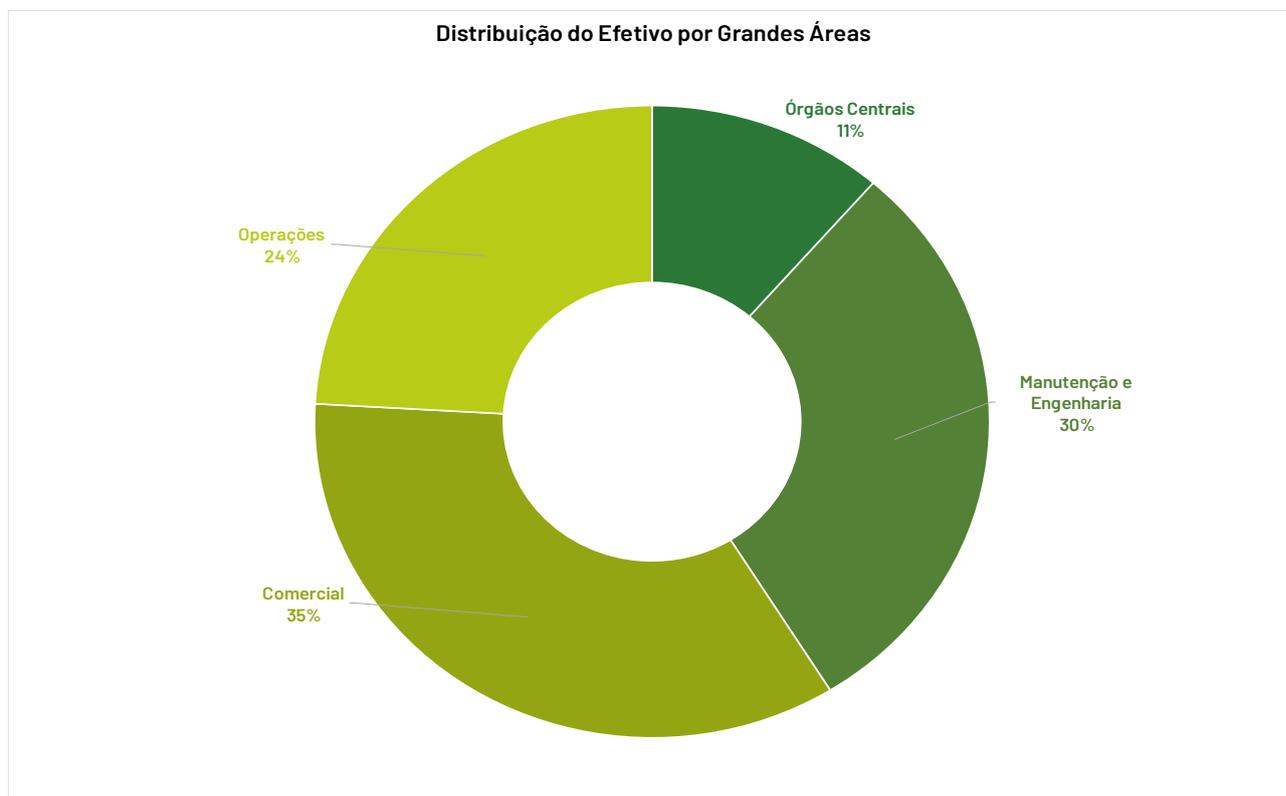


Gráfico 6 – Distribuição do Efetivo a Cargo pelas grandes áreas da CP.

Absentismo

A taxa de absentismo registou em 2023 um acréscimo de 0,32 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 8,07%. Os principais motivos de absentismo foram as greves e as ausências por doença.

Representou um total de 534 182 horas de ausência.

Taxas (%)	2023	2022	Δ
Absentismo	8,07%	7,75%	0,32 p.p.

Trabalho Suplementar

A taxa de trabalho suplementar apresentou em 2023 um decréscimo de 0,29 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 10,8%.

Representou 714 886 horas de trabalho suplementar.

Taxas (%)	2023	2022	Δ
Trabalho Suplementar	10,80%	11,09%	-0,29 p.p.

Formação

Em 2023, foram ministradas aproximadamente 105 mil horas de formação, a cerca de 7 300 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP. A segurança e a manutenção foram os temas onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

Formação Por Temas 2023	Nº Formandos	Nº Horas
Caixa/Tração e Choque	16	49
Cliente	672	6 283
Comando, Controlo e Proteção	100	2 412
Eletricidade e Energia	33	732
Eletrónica e Automação	10	470
Enquadramento Org/Empresa	141	1 149
Gestão	516	4 362
Hidráulica e Pneumática	10	494
Manutenção e Engenharia	1 569	11 084
Metalurgia e Metalomecânica	32	303
Potência Elétrica	30	242
Potência Térmica	3	84
Produção de Ar e Freio	63	1 679
Qualidade e Ambiente	391	2 065
Rolamento e Suspensão	26	333
Segurança - Geral	1 576	11 611
Segurança - Qualificação Técnica	1 403	53 483
Serviços/Línguas	259	6 437
Tecnologias de Informação	444	1 405
TOTAL	7 294	104 675

Formação Por Categorias Profissionais 2023	Nº Formandos	Nº Horas
Administrativa	126	903
Comercial	1 820	23 098
Condução	1 282	51 887
Material	44	348
Outras	84	489
Manutenção	2 927	21 592
Quadros Técnicos	950	5 688
Transporte	61	670
TOTAL	7 294	104 675



Investimentos Realizados

Em 2023 o valor de investimentos realizado ascendeu a 42,4 milhões de euros, tendo 81% sido destinados à aquisição e modernização de material circulante.

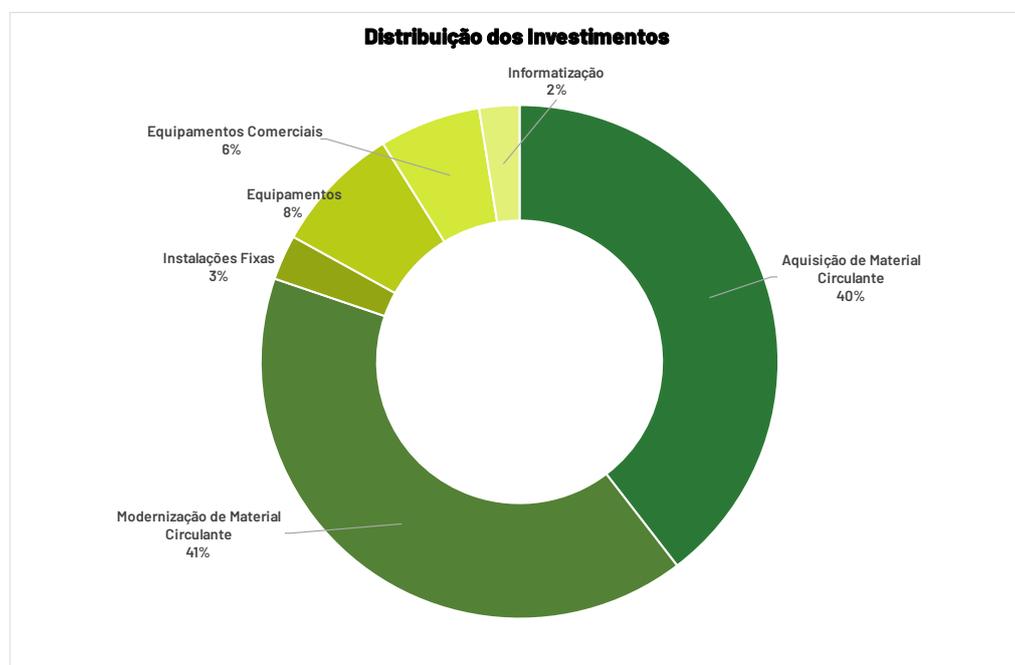


Gráfico 7 – Distribuição dos Investimentos pelos grandes grupos.

Aquisição de Material Circulante

Refere-se ao terceiro adiantamento do contrato de aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional.

No final do ano foi adjudicada a aquisição de 117 Automotoras para os Serviços Urbanos e Regional, mas a decisão foi objeto de impugnação pelos dois concorrentes preteridos.

Modernização do Material Circulante

Estes investimentos têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança (grandes reparações) ou a modernização / modificação do material circulante.

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, dado que são realizadas internamente, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

Intervenções em Instalações Fixas

Destacam-se os melhoramentos realizados no Edifício Administrativo da CP na Reboleira e na iluminação exterior do Parque do Entroncamento e a beneficiação de via dos acessos 6, 7 e 8 na Oficina de Santa Apolónia.

Equipamentos e Informatização

Inclui o primeiro adiantamento pela aquisição de 311 Máquinas de Venda Automática, cuja entrega irá ocorrer durante 2024.

Inclui ainda, entre outros projetos, a aquisição de Equipamentos de Telemanutenção de Material Circulante, de CCTV para Instalações e de outros equipamentos de cariz industrial, comercial e de segurança, bem como o desenvolvimento de sistemas de venda, operacionais e administrativos.

Investimento Total		
	Valor Realizado	Peso
Valores em Milhares de Euros		
Aquisição de Material Circulante	16 800	39,6%
Modernização de Material Circulante	17 257	40,7%
Trabalhos para a própria Empresa	15 910	
Outros Material Circulante	1 348	
Instalações Fixas	1 205	2,8%
Equipamentos	3 426	8,1%
Equipamentos Comerciais	2 688	6,3%
Informatização	1 063	2,5%
TOTAL	42 439	

Os investimentos de 2023 foram financiados com recurso às seguintes fontes:

- Transferência do Fundo Ambiental para financiamento da aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional, no valor de 10 milhões de euros;
- Receitas próprias da empresa, para os restantes investimentos.

De referir ainda, o recebimento de:

- Transferência do Fundo Ambiental para financiamento da aquisição de 117 Automotoras para os Serviços Urbanos e Regional, no valor de 50,9 milhões de euros;
- Adiantamento de 1,1 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência para o projeto "Comboio Português".

O Grupo CP

A CP é uma entidade pública empresarial de transporte ferroviário, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. É detida a 100% pelo Estado e rege-se pelos seus Estatutos e pelo RJSPE.

Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

As contas consolidadas do Grupo serão apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2023.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas no final de 2023:

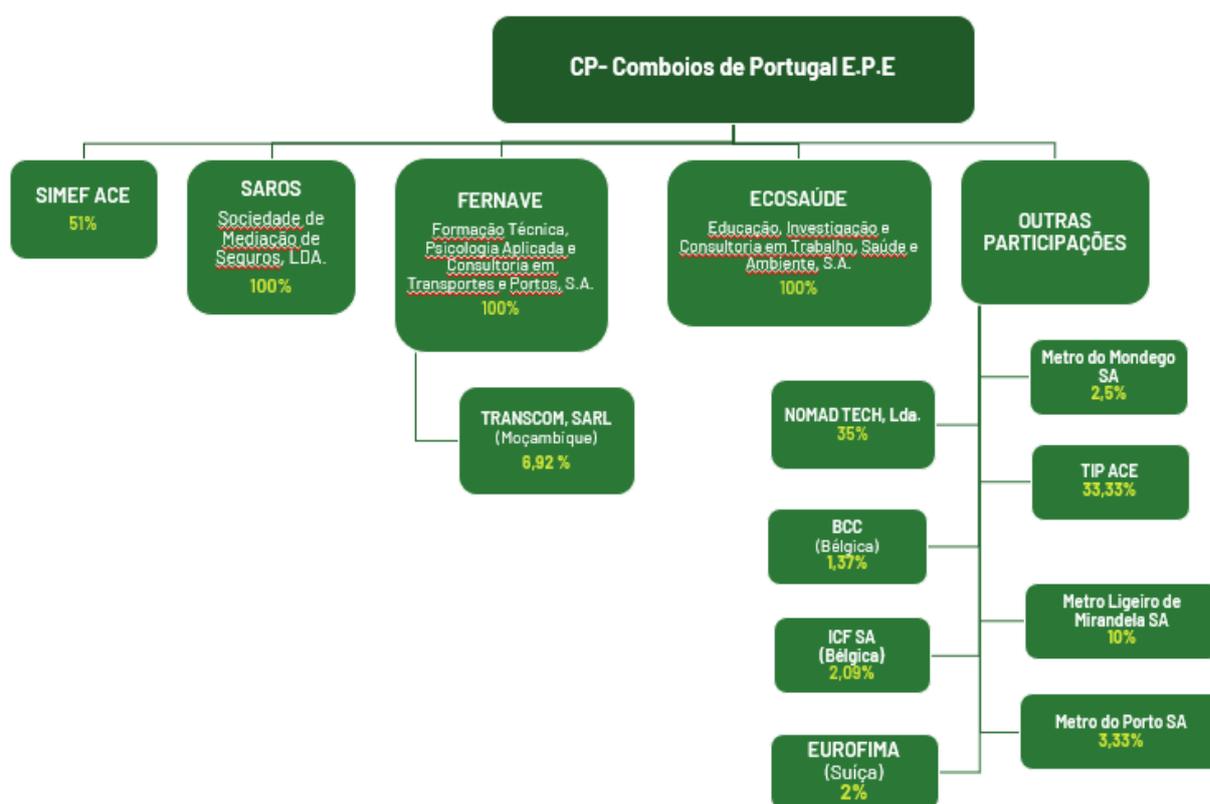


Gráfico 8 - Grupo CP.

A CP mantém ainda uma participação de 5% na Medway (ex-CP Carga) conforme acordo no processo de venda da anterior Participada. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2024, de 5 de janeiro, a CP foi autorizada a fazer uma Oferta Pública de Venda de 5% de ações que detém, representativas do capital social da Medway – Operador Ferroviário de Mercadorias, S. A.

A CP encontra-se ainda representada na Associação Centro de Competências Ferroviária (CCF), com uma participação associativa de 38,72%, que foi alterada face a 2022 devido a um reforço de capital.

7.

Cumprimento das Obrigações Legais



Quadro – Resumo

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento		Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.			
Objectivos de Gestão				
Objetivo de gestão	N.A.			Não foi assinado qualquer contrato de gestão com o Conselho de Administração.
Metas a atingir constantes no PAO 2023				
Passageiros	S	+18% que o previsto		Ver "Execução da Conta de Resultados".
Conta de Resultados	S	Resultado Líquido: -94% face ao previsto.		Ver "Execução da Conta de Resultados".
Investimento	S	Realização de 25% do Orçamento de Investimentos aprovado.		Ver "Execução do Plano de Investimentos".
Nível de endividamento	S	Variação do endividamento de -93%.		Ver "Limite de Crescimento do Endividamento".
Grau de execução do orçamento carregado no SI60/SOE	S	Execução da Receita: 90,9% Execução da Despesa: 87,5%		Ver "Execução Orçamental"
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento: 3,83%		Ver "Gestão do Risco Financeiro"
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Variação do endividamento de -93%.		Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP a fornecedores: +9 dias		Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	A 31 de dezembro de 2023 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa		Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas				
Recomendação	N.A.			As contas de 2022 aguardam aprovação pelas Tutelas.
Reservas emitidas na última CLC				
Reserva	N.A.			Não Existiram
Remunerações/honorários				
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	S		24 116,49 €	Ver "Remunerações /honorários"
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP				
Não utilização de cartões de crédito	S			Ver "Aplicação dos Art.ºs 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público"
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S			Idem
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S			Idem
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S			Idem
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP				
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S			Ver "Art.ºs 16.º do RJSPE e 11.º do EGP"
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No site da CP		Ver "Plano para a Igualdade"
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção				
	S	No site da CP		Ver "Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção"
Contratação Pública				
	S			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S			Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.			Idem
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 contratos		Idem
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas				
	S			Ver "Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas				
	S			Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)				
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S		112 205 906,45 €	Ver "Princípio da UTE"
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S		1716 925,90 €	Idem
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.			Idem
Auditorias do Tribunal de Contas				
Recomendação	N.A.	Não ocorreram		Ver "Auditorias Conduzidas pelo TC"
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 82/2017, de				
Apresentação da demonstração não financeira	S	No site da CP		Ver "Plano para a Igualdade"
	S			No RGS 2023

1. Objetivos de Gestão

Orientações Estratégicas

A RCM n.º 110/2019 aprovou as linhas de orientação estratégicas para a revitalização do serviço de transporte ferroviário de passageiros, mandatando a CP para a definição e implementação de um plano com vista à recuperação no curto prazo dos níveis de serviço, a fim de garantir o direito à mobilidade das populações, com adequados padrões de fiabilidade, regularidade e qualidade do serviço, e, simultaneamente, ao desenvolvimento e à sustentabilidade do setor no médio e longo prazo.

Essas linhas de orientação previam, entre outras, as seguintes ações:

- Fusão por incorporação da EMEF na CP;
- Reabertura da Oficina de Guifões;
- Recuperação de material circulante imobilizado para redução dos constrangimentos e das supressões de circulações;
- Promoção da digitalização e adaptação às novas plataformas de mobilidade integrada;
- Concretização da negociação dos acordos de empresa com as organizações representativas dos trabalhadores, através dos quais sejam valorizadas as carreiras e promovidas melhores condições de trabalho;
- Valorização dos recursos humanos através do recrutamento de pessoal, da possibilidade de subcontratação, da prestação de serviço por trabalhadores na situação de reforma e da promoção de incentivos para o aumento da produtividade;
- Recuperação das capacidades industriais, tecnológicas e empresariais do setor ferroviário em Portugal;
- Planificação e criação do Centro de Competências Ferroviário;
- Promoção da dinamização de novos investimentos em material circulante.

Estas linhas de orientação tiveram tradução no Plano Estratégico 2022-2030, bem como nos Planos de Atividades e Orçamento da CP desde 2020.

A visão preconizada está também alinhada com o horizonte do Contrato de Obrigações de Serviço Público, o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), o Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2030 (PNEC) e com as políticas comunitárias no âmbito da centralidade e investimento no modo ferroviário.

Plano de Atividades e Orçamento

Para efeitos de análise consideram-se as metas incluídas no Plano de Atividades e Orçamento 2023-2025 (PAO), aprovado pelas Tutelas em 29 de dezembro de 2023 e no Plano de Investimentos aprovado pelas Tutelas em 16 de agosto de 2023, por Despachos Conjuntos dos Ministérios das Finanças e das Infraestruturas, com as limitações aí impostas.

Execução da Conta de Resultados

Em 2023, a CP transportou cerca de 173,3 milhões de passageiros, mais 26,4 milhões que o previsto (+18%). Este crescimento foi impulsionado pelos títulos mensais dos urbanos de Lisboa.

Os rendimentos do transporte de passageiros ascenderam a cerca de 267,6 milhões de euros, ficando 26,5 milhões de euros abaixo do previsto (-9%). Este desvio é explicado, essencialmente, pelo impacto das greves e pela decisão da Tutela de não atualização tarifária dos serviços regulares da CP.

A oferta, medida em comboios-quilómetro, ficou 13% abaixo do previsto, essencialmente em virtude das greves ocorridas.

O Resultado Líquido de 2023 foi de 3,6 milhões de euros, cerca de 60,9 milhões de euros abaixo do previsto.

Para esse desvio contribuiu, fundamentalmente, a variação das compensações financeiras pelas obrigações de serviço público, com uma redução de 42,4 milhões de euros face ao previsto, e o agravamento do Resultado Financeiro em 34,3 milhões de euros.

Em termos de compensações financeiras, os principais desvios resultam do reconhecimento no próprio exercício do acerto das compensações pelas obrigações de serviço público prestadas no ano de 2023 (-33,8 milhões de euros) e do acerto das compensações relativas a 2022 ter ficado cerca de 8 milhões de euros abaixo do previsto.

O agravamento do Resultado Financeiro, é explicado, essencialmente, pelos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, que permitiram o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pela DGTf à CP, vencidos até 31 de dezembro de 2022 e a vencer em 2023, para até 31 de dezembro de 2023, ficando, no entanto, a dívida sujeita ao pagamento de juros remuneratórios.

No que se refere à evolução dos gastos operacionais, destaca-se a variação favorável das tarifas de energia, não se concretizando o agravamento de preços previsto. Os gastos com a manutenção e reparação do material circulante também ficaram aquém do previsto, tanto ao nível do consumo de materiais (Custos de Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas), como dos subcontratos (Fornecimentos e Serviços Externos), em virtude, essencialmente, de um número de intervenções inferior ao planeado. Esta situação justifica, por sua vez, o desvio apurado nos rendimentos com Trabalhos para a Própria Empresa.

Os Gastos com Pessoal (sem indemnizações por rescisão) ficaram cerca de 8,1 milhões de euros abaixo do previsto, devido, fundamentalmente, ao número de admissões ter sido inferior ao esperado.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2023/23P	
	REAL 31-12-2023	31-12-2023 (P)	Valor	%
Vendas e serviços prestados	267 615	294 073	-26 458	-9,0%
Subsídios à exploração	157 884	200 271	-42 387	-21%
Variação nos inventários de produção	1 745	114	1 631	1425%
Trabalhos para a própria entidade	15 910	38 548	-22 638	-59%
Outros rendimentos	24 520	16 251	8 269	51%
	487 674	548 258	-81 584	-15%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-35 278	-61 552	26 274	43%
Fornecimentos e serviços externos	-146 655	-182 591	35 936	20%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-160 269	-168 405	8 136	5%
Outros gastos	-10 727	-2 913	-7 814	-268%
	-352 829	-415 461	62 632	15%
Resultado Operacional das Atividades de Transporte e Manutenção* (EBITDA)	114 745	133 796	-19 051	-14%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-51 636	-52 357	721	1%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	111	0	111	s/s
Indemnizações por rescisão	-278	-700	422	60%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 678	939	1 739	185%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2 068	0	-2 068	s/s
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	281	0	281	s/s
Provisões (aumentos/reduções)	-261	0	-261	s/s
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2 000	0	-2 000	s/s
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2 679	0	-2 679	s/s
Outros rendimentos (não core)	55	0	55	s/s
Outros gastos (não core)	-1 952	-1	-1 951	-192215%
	56 996	81 676	-24 680	-30%
Juros e rendimentos similares obtidos	52	4	48	1080%
Juros e gastos similares suportados	-50 853	-16 463	-34 390	-209%
	-50 801	-16 458	-34 343	-209%
Resultado Financeiro	-50 801	-16 458	-34 343	-209%
Resultado Antes de Impostos	6 195	65 218	-59 023	-81%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 643	-750	-1 893	-252%
	3 552	64 468	-60 916	-94%
Resultado Líquido do Período	3 552	64 468	-60 916	-94%

*Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

Execução do Plano de Investimentos

O valor de investimentos realizado em 2023 ascendeu a 42,4 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 25% do orçamento aprovado.

Os principais desvios ocorreram ao nível dos seguintes projetos:

- aquisição de 117 automotoras para serviço urbano e regional (-85,9 milhões de euros), devido a impugnação da decisão de adjudicação pelos concorrentes preteridos;
- aquisição de Máquinas de Venda Automática (-6,3 milhões de euros), após atrasos na autorização, no concurso e no fornecimento das unidades apenas foi executado o adiantamento de 30%.

De referir ainda, o desvio registado nos Trabalhos para a Própria Empresa (-22,6 milhões de euros), em virtude de um número de intervenções de grande reparação de material circulante inferior ao

previsto, devido, designadamente, a dificuldades de aprovisionamento de materiais e escassez de recursos humanos.

Recorda-se que, com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as reposições ao serviço de material que estava inoperacional e as grandes intervenções de reparação de material circulante, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

Plano de Investimento Valores em Euros	PAO 2023	Total	Fontes de financiamento		Desvio (PAO vs Executado)
		Executado 2023	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Fundo Ambiental	
1- Aquisição de Material Circulante	102 700 000,00	16 800 000,00	6 800 000,00	10 000 000,00	-85 900 000,00
2 - Modernização e Beneficiação de Material Circulante	2 997 565,17	1 347 628,71	1 347 628,71		-1 649 936,46
3 - Instalações Fixas	5 615 076,94	1 205 117,27	1 205 117,27		-4 409 959,67
4 - Informatização	5 624 001,98	1 062 739,16	1 062 739,16		-4 561 262,82
5 - Equipamentos	17 619 588,21	6 114 081,19	6 114 081,19		-11 505 507,02
6 - Trabalhos para a Própria Empresa	38 547 975,95	15 909 557,09	15 909 557,09		-22 638 418,86
7 - Ativos Incorpóreos	65 000,00	0,00			-65 000,00
Valor total do investimento	173 169 208	42 439 123	32 439 123	10 000 000	-130 730 085

Nota: Na coluna do PAO 2023 considera-se o plano de investimentos aprovado por Despacho conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas em agosto de 2023.

Execução do Contrato de Prestação de Serviço Público

O Contrato de Obrigações de Serviço Público (CSP) celebrado entre a CP e o Estado Português estabelece as metas que deverão ser cumpridas pelo operador ao longo do período do contrato, bem como a forma como serão apuradas as penalidades em caso de incumprimento (Anexos III e IX do CSP, respetivamente). O apuramento de penalidades é realizado por trimestre.

A CP em 2023 superou as metas estabelecidas para os seguintes indicadores:

- Índice de Disponibilidade das Máquinas de Venda e Controlo (MVA);
- Índices de Disponibilidade dos Equipamentos de Validação e Controlo (Gates e Validadores);
- Índice de Limpeza do Material Circulante.

O Índice de Regularidade - Responsabilidade CP situou-se na generalidade dos trimestres de 2023 acima da meta estabelecida. As situações de incumprimento foram pontuais, justificadas essencialmente por falta de trabalhadores. A falta de disponibilidade de pessoal operacional justificou também o baixo nível de realização das Brigadas de Fiscalização e Cobrança ao longo do ano.

Por fim, no que concerne ao Índice de Pontualidade – Responsabilidade CP, os Urbanos de Lisboa e os Intercidades de Braga e de Faro distinguem-se como aqueles em que se verificaram os maiores valores de penalidades. O serviço Regional apresenta um elevado grau de cumprimento, generalizado à maioria das linhas.

Da aplicação das fórmulas constantes do Anexo IX do CSP, apurou-se o seguinte valor de penalidades para 2023:

- Índice de Regularidade – Responsabilidade CP: 621,24 euros;
- Índice de Pontualidade – Responsabilidade CP: 572 049,60 euros;
- Índice de Fiscalização: 319 137,57 euros.

Execução Orçamental

A CP registou em 2023 um nível de execução de receita de 25% face ao orçamento corrigido. Excluindo as rubricas relativas a empréstimos (R.13.05) e dotações de capital (R.13.07), a execução ascendeu a 90,9%.

Execução Orçamental da Receita					
Todas as fontes					
2023					
Económica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Recebimentos (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
R.03	Taxas, Multas e Outras Penalidades	120 000 €	120 000 €	436 940 €	364,1%
R.04 / R.12	Rendimentos de Propriedade / Ativos Financeiros	752 578 €	752 578 €	894 444 €	118,9%
R.05	Transferências Correntes	217 998 296 €	217 998 296 €	187 269 441 €	85,9%
R.06	Venda de Bens e Serviços Correntes	310 871 163 €	310 871 160 €	293 308 190 €	94,4%
R.07	Outras Receitas Correntes	29 925 709 €	29 925 709 €	9 356 317 €	31,3%
R.09	Transferências de Capital	103 655 010 €	102 531 078 €	61 031 392 €	59,5%
R.13.01	Receita com passivos Financeiros - Emp. Médio e Longo Prazo	34 860 053 €	34 860 053 €	0 €	0,0%
R.13.02	Receita com Passivos Financeiros - Dotação Capital	1 864 114 887 €	1 864 114 887 €	54 131 820 €	2,9%
R.10 / R.11	Outras Receitas de Capital / Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0 €	3 €	1 076 023 €	-
R.16	Saldo de Gerência	0 €	48 405 654 €	48 405 654 €	100,0%
R.17	Outras operações Tesoraria	285 000 €	1 408 932 €	1 123 932 €	79,8%
TOTAL		2 562 582 696 €	2 610 988 350 €	657 034 153 €	25%

Os principais desvios face ao orçamento corrigido (incluindo saldo de gerência) ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

Venda de Bens e Serviços Correntes (R.06)

Inclui a receita dos serviços de transporte de passageiros, das participações do Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos (PART), dos passes 4_18, Sub23 e Social+ e da prestação de serviços de manutenção de material circulante a clientes externos.

O desvio registado face ao orçamento aprovado é explicado, essencialmente, pelo impacto das greves e pela decisão do Governo de não proceder a atualização tarifária para os serviços regulares da CP.

Outras Receitas Correntes (R.07)

O valor de reembolsos de IVA situou-se muito aquém do esperado, facto explicado, designadamente, por variados constrangimentos orçamentais que originaram, por um lado, uma redução da despesa face ao previsto e, por outro lado, conduziram a que um volume significativo de faturação, nomeadamente, relativa à taxa de utilização das infraestruturas, só fosse regularizado no final do ano, com o correspondente reembolso do IVA suportado a transitar para 2024.

Transferências Correntes (R.05)

Durante o ano foram transferidos para a CP os seguintes valores:

- Compensação pelas obrigações de serviço público, conforme previsto no Orçamento de Estado para 2023, no valor de 134.047.007 euros;
- Acerto do valor de reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público relativo ao ano de 2020, no valor de 1.064.410 euros;
- Acerto das compensações relativas às obrigações de serviço público prestadas em 2021, no valor de 48.694.446 euros;
- Participações dos passes 4_18, Sub23 e Social+, no valor de 3.463.578 euros.

O desvio face ao orçamento corrigido, decorre, essencialmente, de não se ter verificado o recebimento do acerto das compensações relativas às obrigações de serviço público prestadas em 2022 e do reequilíbrio do contrato relativo aos anos de 2021 e de 2022.

Transferências de Capital (R.09)

Foram transferidos pelo Fundo Ambiental:

- 10 milhões de euros para financiamento parcial do terceiro adiantamento do contrato de aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional, conforme RCM n.º 98/2021, de 27 de julho e RCM n.º 57-G/2024, de 21 de março;
- 50,9 milhões de euros para financiamento da aquisição de 117 automotoras para Serviço Urbano e Regional, conforme RCM n.º 57-F/2024, de 21 de março;
- 99 milhares de euros para financiamento do desenvolvimento de software para as Máquinas de Venda Automática e Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo.

De referir ainda, o recebimento de um adiantamento de 1,1 milhões de euros do Programa de Recuperação e Resiliência para o projeto “Comboio Português”. Este valor transitará, no entanto, maioritariamente em saldo de Outras Operações de Tesouraria para 2024. Na R.09 ficou apenas o valor correspondente à despesa de 2023.

Face ao previsto, o desvio verificado é justificado, essencialmente, pelo facto da verba transferida pelo Fundo Ambiental para a aquisição das 117 automotoras para Serviço Urbano e Regional ter sido cerca de 31 milhões de euros inferior ao indicado no Orçamento de Estado, pela conclusão da candidatura a financiamento no âmbito do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) ter transitado para 2024 e devido aos atrasos na autorização, contratualização e fornecimento dos projetos financiados pelo PRR e CEF.

Passivos Financeiros (R.13)

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário em cerca de 2 099,74 milhões de euros. Este aumento foi realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) no valor de cerca de 1.919,3 milhões de euros e em numerário, no montante de cerca de 180,4 milhões de euros, dos quais 30% realizados em 2023 (54,1 milhões de euros) e o restante a realizar até final de 2024.

A CP registou em 2023 um nível de execução de despesa de cerca de 22% face ao orçamento disponível. Contudo, efetuando exercício equivalente ao realizado para a receita, excluindo as rubricas relativas a empréstimos (R.13.05) e dotações de capital (R.13.07), a execução ascendeu a 87,5%.

Execução Orçamental da Despesa		2023					
Todas as fontes							
Económica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativações (3)	Orçamento Disponível (4)=(2)-(3)	Pagamentos Efetuados (5)	Taxa de Execução (6)=(5)/(4)
D.01	Despesa com o Pessoal	171 712 553 €	166 712 553 €	0 €	166 712 553 €	159 383 739 €	95,6%
D.02	Aquisição de bens e serviços	289 727 209 €	369 888 321 €	91 051 190 €	278 837 131 €	230 855 879 €	82,8%
D.11/D.03	Juros e outros encargos / Passivos Financeiros	1 935 965 699 €	1 928 683 570 €	0 €	1 928 683 570 €	117 318 169 €	6,1%
D.07	Investimento	110 324 033 €	123 765 831 €	0 €	123 765 831 €	27 264 219 €	22,0%
D.04/D.06/D.10	Transferências Correntes / Outras Despesas Correntes / Ativos Financeiros	17 644 031 €	20 796 930 €	10 344 279 €	10 452 651 €	7 807 161 €	74,7%
D.12	Outras Operações Tesouraria	285 000 €	285 000 €	0 €	0 €	48 379 €	-
TOTAL		2 525 658 525 €	2 610 132 205 €	101 395 469 €	2 508 451 736 €	542 677 547 €	22%

A CP debateu-se durante 2023 com fortes constrangimentos orçamentais, decorrentes dos cortes e cativações impostas, que condicionaram a execução dos projetos previstos e a regular assunção dos compromissos necessários para a operação da empresa.

Para obviar às cativações impostas, foi autorizada a utilização do saldo de gerência de 2022 e a realização de um conjunto de alterações orçamentais, através dos Despachos 674/2023/SEO, de 2 de agosto de 2023, 1068/2023/SEO, de 24 de novembro, 1143/2023/SEO, de 5 de dezembro e 1237/2023/SEO, de 20 de dezembro de 2023.

Os principais desvios face ao orçamento disponível ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

Despesas com Pessoal (D.01)

As despesas com pessoal ficaram abaixo do valor previsto no OE2023, devido, essencialmente, ao longo período de conflitos laborais e ao número de recrutamentos ter sido inferior ao previsto, por falta das necessárias autorizações por parte da Tutela e por dificuldade da própria empresa em atrair e reter novos colaboradores, face às condições salariais em vigor para os índices salariais de entrada nas carreiras.

Aquisição de Bens e Serviços (D.02)

A execução desta rubrica foi fortemente condicionada pelos constrangimentos orçamentais anteriormente referidos, com um valor significativo de orçamento a só ficar disponível durante o mês de dezembro. O valor de compromissos transitados nesta rubrica para 2024 ascende a cerca de 35 milhões de euros.

Investimento (D.07)

Destaca-se o pagamento do terceiro adiantamento relativo à aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional, no valor de 16,8 milhões de euros.

Face ao previsto e conforme referido no ponto sobre a execução do Plano de Investimentos, os principais desvios ocorreram ao nível dos projetos de aquisição de 117 automotoras para os serviços Urbanos e Regional, cuja adjudicação foi objeto de impugnação pelos concorrentes preteridos e de aquisição de Máquinas de Venda Automática, cuja entrega de equipamentos transitou para 2024, após dificuldades de autorização, de lançamento do concurso e de fornecimento.

Passivos Financeiros (D.11)

Na sequência do recebimento do acerto das compensações relativas às obrigações de serviço público prestadas em 2021 e da autorização para utilização do saldo de gerência de 2022, registaram-se as seguintes amortizações de dívida:

- Amortização do remanescente do empréstimo DGTF contraído no final de 2020, no valor de 15,4 milhões de euros;
- Amortização do empréstimo DGTF contraído em 2022, no valor de 35 milhões de euros.

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF (correspondente a 1 813,9 milhões de euros de capital e 105,4 milhões de euros de juros), e em numerário.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros (incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros).

Nota:

Não estão ainda reunidas as condições técnicas para a elaboração e apresentação da totalidade das demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26. Neste contexto, foi solicitada e autorizada, a título excecional, pelo Tribunal de Contas, a prestação de contas de 2023 no mesmo referencial contabilístico (SNC) do ano anterior.

2. Gestão do Risco Financeiro

Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	44 422 545,58 €	18 891 647,50 €	22 765 925,81 €	30 622 455,91 €	55 776 721,60 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,83%	3,70%	3,03%	2,66%	2,39%

A evolução dos encargos financeiros é explicada, designadamente, pelos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, que permitiram o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pela DGTF à CP, vencidos até 31 de dezembro de 2022 e a vencer em 2023, para até 31 de dezembro de 2023, ficando, no entanto, a dívida sujeita ao pagamento de juros remuneratórios.

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

No subcapítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-Financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2023.

3. Limite de Crescimento do Endividamento

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário em cerca de 2 099,74 milhões de euros. Este aumento foi realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no valor de cerca de 1.919,3 milhões de euros (correspondente a 1 813,9 milhões de euros de capital e 105,4 milhões de euros de juros) e em

numerário, no montante de cerca de 180,4 milhões de euros, dos quais 30% realizados em 2023 e o restante a realizar até final de 2024.

O aumento de capital em numerário foi parcialmente utilizado no decurso de 2023 para recompra de obrigações da CP.

Na sequência do recebimento do acerto das compensações relativas às obrigações de serviço público prestadas em 2021 e da autorização para utilização do saldo de gerência de 2022, a CP procedeu ainda à amortização dos empréstimos contraídos junto da DGTf, para obviar a necessidades operacionais e de investimento, em 2020 e 2022.

Neste contexto, a dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2023 apresentava um significativo decréscimo face ao final do ano anterior. A variação do endividamento ajustado foi de -93,16%.

Variação do Endividamento (execução)	2023	2022
	Valores (€)	
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	212 635 680,46 €	3 959 489 351,01 €
Financiamento Remunerado	202 627 895,49 €	2 110 190 852,30 €
Novos investimentos com expressão material em 2023	0,00 €	0,00 €
Variação do endividamento	-93,16%	

Fórmula da variação do endividamento:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR=Financiamento Remunerado

Capital = Capital Estatutário Realizado

Novos investimentos - os investimentos com expressão material, na parte não participada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 000 000 ou o resultante da aplicação de 10 % do orçamento anual da empresa.

No subcapítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-Financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de reporte.

4. Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) manteve-se ao longo do ano de 2023 próximo dos 30 dias.

PMP	Prazo (dias)		Δ 23-22		
	Trimestre	2023	2022	Valor	%
1º		27	52	-25	-48,1%
2º		30	42	-12	-28,6%
3º		34	35	-1	-2,9%
4º		32	23	9	39,1%

A 31 de dezembro de 2023 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	2 137 064,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
TOTAL	2 137 064,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota: Tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

5. Recomendações do Acionista

As Contas de 2016 a 2021 foram aprovadas pelas Tutelas Financeira e Sectorial em 25 de março de 2024, sem recomendações.

As contas de 2022 aguardam aprovação pelas Tutelas.

6. Reservas na Certificação Legal das Contas

Não foi emitida qualquer Reserva na Certificação Legal das Contas de 2022. Foram expressas as seguintes Ênfases:

Ênfases

1. As operações da CP têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, com exceção do resultado líquido positivo obtido no presente exercício, o que conduziu a um passivo substancialmente superior ao total do ativo e à necessidade de o Estado Português assegurar o financiamento indispensável à prossecução da atividade. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE) com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte ferroviário de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade da sua atividade, embora a CP se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.
2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras da Entidade relativas aos exercícios de 2016 a 2021 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial.
3. Tal como indicado na nota 2 do anexo, a Entidade procedeu à reexpressão retrospectiva das transações e saldos relacionados com o acerto da compensação pelas obrigações de serviço público prestado em 2020, em consequência da revisão do momento em que o reconhecimento desta compensação se tornou indiscutível. A fundamentação para a alteração do procedimento adotado no passado só foi aferida e consolidada após conclusão do processo de apuramento desta compensação no final de 2022, pelos motivos indicados na referida nota.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

7. Remunerações / Honorários

A remuneração dos membros do Conselho de Administração obedece ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, na sua redação atual.

Durante o ano de 2023, na vigência da Lei n.º 24 -D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2023, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração, (cf. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho).

Foram efetuadas as atualizações da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração de acordo com o estipulado nos DL n.º 10-B/2020, de 20/03 (0,3%), DL n.º 109-A/2021, de 7/12 (0,9%), DL n.º 84-F/2022, de 16/12 (2%), DL n.º 26-B/2023, de 18/04 (1%) e DL n.º 108/2023, de 22/11 (3%).

Aplica-se ainda o disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, que não permite a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, e o reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como de representação pessoal.

Não existe componente variável da remuneração, nem quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Igualmente, não foi assinado qualquer contrato de gestão com o Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração tiveram direito de acesso às seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- Valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço, correspondente a 1/4 do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Conselho de Administração – Remunerações Globais Mensais Líquidas

Presidente: valor mensal líquido de 5.966,48€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 2.386,59€, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente: valor mensal líquido de 5.369,83€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 2.147,93€, pago 12 vezes por ano;

Vogais Executivos: valor mensal líquido de 4.773,18€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.909,27€, pago 12 vezes por ano.

Conselho Fiscal - Remunerações Mensais Líquidas

Presidente: valor mensal líquido de 1.602,37€, pago 14 vezes por ano;

Vogais: valor mensal líquido de 1.201,78€, pago 14 vezes por ano.

Remunerações do Conselho de Administração

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	A	5 966,48 €	2 386,59 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	A	5 369,83 €	2 147,93 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 773,18 €	1 909,27 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	A	4 773,18 €	1 909,27 €
Joaquim José Martins Guerra	S	A	4 773,18 €	1 909,27 €

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos Últimos 3 Anos				Indicação do número total de mandatos
			Forma	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
28-09-2022 a 31-12-2024	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	N	-	CP	-	2
28-09-2022 a 31-12-2024	Vice Presidente	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	N	-	CP	-	2
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	N	-	CP	-	3
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	N	-	CP	-	2
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Joaquim José Martins Guerra	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	N	-	CP	-	1

Acumulação de Funções - 2023				
Membro do Órgão de Administração	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 26-01-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Presidente do C.A. (desde 01-06-2022)	Pública	AG de 31-05-2022

Legenda:

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E. - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Membro do CA	Remuneração Anual Auferida 2023 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	112 169,80 €	0,00 €	112 169,80 €	5 608,49 €	106 561,31 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	100 952,78 €	0,00 €	100 952,78 €	5 047,64 €	95 905,14 €
Ana Maria dos Santos Malhó	89 735,76 €	0,00 €	89 735,76 €	4 486,79 €	85 248,97 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	89 735,76 €	0,00 €	89 735,76 €	4 486,79 €	85 248,97 €
Joaquim José Martins Guerra	89 735,76 €	0,00 €	89 735,76 €	4 486,79 €	85 248,97 €
Total	482 329,86 €	0,00 €	482 329,86 €	24 116,49 €	458 213,37 €

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Acresce que, aos valores indicados acima, referentes às remunerações relativas ao ano de 2023, o Conselho de Administração recebeu as atualizações remuneratórias referentes a anos anteriores, nos montantes constantes do quadro seguinte:

Membro do Órgão de Administração *	Acertos pagos em 2023 e referentes a anos anteriores *		
	Fixa (1)	Variável	Bruta
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	1780,23 €	0,00 €	1780,23 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	1586,46 €	0,00 €	1586,46 €
Ana Maria dos Santos Malhó	1549,74 €	0,00 €	1549,74 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	1549,74 €	0,00 €	1549,74 €
Joaquim José Martins Guerra	293,71 €	0,00 €	293,71 €
			0,00 €
		Total	6 759,88 €

* De acordo com o estipulado nos DL n.º 10-B/2020, de 20/03 (0,3%), DL n.º 109-A/2021, de 7/12 (0,9%), DL n.º 84-F/2022, de 16/12 (2%), DL n.º 26-B/2023, de 18/04 (1%) e DL n.º 108/2023, de 22/11 (3%).

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	8,32 €	2 046,72 €	Segurança Social	25 710,00 €	--	485,49 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,70 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	8,32 €	2 046,72 €	Segurança Social	23 135,57 €	--	485,49 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,70 €
Ana Maria dos Santos Malhó	8,32 €	1 946,88 €	Segurança Social	20 596,41 €	--	485,49 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,70 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	8,32 €	2 046,72 €	Segurança Social	20 596,41 €	--	485,49 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,70 €
Joaquim José Martins Guerra	8,32 €	2 046,72 €	Segurança Social	20 391,43 €	--	485,49 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,70 €
TOTAL		10 133,76 €		110 429,82 €		2 427,45 €		18,50 €

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais per capita (prémios comerciais e taxas inerentes).

Encargos com viaturas - 2023 (valores com IVA incluído)									
Membro do CA	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (ALD/AOV)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	N	17 500,04 €	ALD	2018	2024	788,80 €	9 465,61 €	3
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	N	9 400,95 €	AOV	2017	2024	613,40 €	6 999,85 €	1
Ana Maria dos Santos Malhó	S	N	15 114,20 €	ALD	2018	2024	594,07 €	7 128,83 €	3
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	N	14 596,66 €	ALD	2018	2024	609,83 €	7 317,96 €	3
Joaquim José Martins Guerra	S	N	6 201,48 €	AOV	2017	2024	409,93 €	7 203,62 €	4

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	0,00 €	4 640,88 €	0,00 €	Refeições	1034,44 €	5 675,32 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	0,00 €	3 739,88 €	0,00 €	Refeições	1034,44 €	4 774,32 €
Ana Maria dos Santos Malhó	0,00 €	780,28 €	0,00 €	Refeições	906,01 €	1 686,29 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	72,40 €	7 976,50 €	0,00 €	Refeições	1 387,49 €	9 436,39 €
Joaquim José Martins Guerra	1 788,96 €	2 470,46 €	625,46 €	Refeições	558,32 €	5 443,20 €
					TOTAL	27 015,52 €

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal) (*)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2019-2021	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e das Infraestruturas e Habitação	28-08-2019	1602,37 €	2
2019-2021	Vogal Efetivo	Teresa Isabel Carvalho Costa			1201,78 €	1
2019-2021	Vogal Efetivo	Cristina Maria Pereira Freire			1201,78 €	1
2019-2021	Vogal Suplente	Mário José Alveirinho Carrega			-	-

(*) Montantes indicados no Despacho de nomeação

Nota: Os Membros do CF mantêm-se em funções até nova nomeação.

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2023 (€)
	Bruta
António José Farinha Simão	22 433,18 €
Teresa Isabel Carvalho Costa	16 824,92 €
Cristina Maria Pereira Freire	16 824,92 €
Mário José Alveirinho Carrega	0,00 €
Total	56 083,02 €

Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Início-Fim	Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data		
08-07-2021 a 31-12-2022	SROC	Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Lda	74	20 161 408	Despacho Conjunto s/número de 26 de junho de 2021, do Ministro de Estado e das Finanças e do			3	3
08-07-2021 a 31-12-2022	ROC	Dr. José Luis Alves da Cunha	585	20 160 240	Secretário de Estado das Infraestruturas, iniciaram funções em 8 de julho de 2020 para completar o mandato de 2020-2022.	26-06-2020	04-08-2021	3	3

ROC suplente

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Início-Fim	Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data		
8-07-2021 a 31-12-2022	SROC	Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 26 de junho de 2021, do Ministro de Estado e das Finanças e do	26-06-2020	04-08-2021	10	10
8-07-2021 a 31-12-2022	ROC	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1 056	20 160 668	Secretário de Estado das Infraestruturas.			10	10

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2023 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais 2023 (€)	
	Valor Anual	Identificação do Serviço	Valor Anual	Identificação do Serviço
Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Lda, representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha	27 360,00 €	Assegurar a emissão dos relatórios de revisão e de certificação legal das contas de forma a possibilitar o cumprimento, pela CP, das suas responsabilidades, nomeadamente as relacionadas com a prestação de contas.	9 800	Emissão da Declaração prevista nº 4 do art.º 89º do Código das Sociedades Comerciais (verificação das entradas na conversão de créditos do Estado, em capital)
			2 500	Trabalhos de procedimentos acordados, relativo à candidatura ao Sistema de Incentivos "Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial" Integrada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
			322	Despesas com a deslocação dos auditores Dr. Ricardo Rodrigues e Dra. Andreia Rocha, às Instalações do Porto para reunião
Total	27 360,00 €	---	12 622,40 €	---

Ao valor indicado acresce o IVA (23%)

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome	NºRegisto na OROC	NºRegisto na CMVM	Data	Duração		
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	197	20 161 495	21-08-2023*	0,5 anos	10	10
			29-04-2024	2,5 anos		
Representado por: Drª Maria Filomena Neves Marques	1201	20 160 812	21-08-2023*	0,5 anos	3	3
			29-04-2024	2,5 anos		

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	21758,00 €	N.A.	21758,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Nota: o valor da prestação de serviços de auditoria contratada engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo, com um total de 27.500€ (valor sem IVA). Os encargos respeitantes exclusivamente à CP (contas individuais e consolidadas) ascendem a 21.500€ (valor sem IVA).

8. Aplicação dos Art.º 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Em cumprimento do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a 80 euros mensais.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual Gasto	Observações
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	80,00 €	16,56 €	Comunicações Móveis
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	80,00 €	69,33 €	
Ana Maria dos Santos Malhó	80,00 €	142,82 €	
Pedro Manuel Franco Ribeiro	80,00 €	78,45 €	
Joaquim José Martins Guerra	80,00 €	182,54 €	
TOTAL		489,70 €	

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	596,65 €	2 524,98 €	1 286,80 €	3 811,78 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	536,98 €	4 432,18 €	1 596,40 €	6 028,58 €
Ana Maria dos Santos Malhó	477,32 €	1 901,81 €	885,65 €	2 787,46 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro (*)	477,32 €	4 005,59 €	2 365,85 €	6 371,44 €
Joaquim José Martins Guerra	477,32 €	2 361,33 €	1 319,00 €	3 680,33 €
		TOTAL		22 679,59 €

(*) Inclui despesas suportadas no âmbito das funções desempenhadas no TIP.

9. Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

10. Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[Remunerações pagas a homens e mulheres em 2023 | CP](#)

11. Plano para a Igualdade

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[Plano para a Igualdade de Género - 2024 | CP](#)

12. Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | CP](#)

[Relatório de Execução do Ano 2023, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas \(cp.pt\)](#)

13. Contratação Pública

A CP enquanto entidade adjudicante que atua nos setores especiais está sujeita, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte de passageiros e de valor igual ou superior aos limiares comunitários, ao Código da Contratação Pública.

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte de passageiros, mas de valor inferior aos limiares comunitários, e nos procedimentos que não dizem respeito à atividade de transporte da CP, aplica-se o Normativo de Contratação aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de Julho de 2020, com a redação aprovada em 24 de março de 2021, e do qual figura em anexo um Regulamento pré contratual.

Em 2023, foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas os seguintes três contratos, nos termos do artigo 47.º da lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), dado que ultrapassaram o montante global acumulado de 5.000.000€:

- Fornecimento de combustíveis líquidos a granel: 5 986 000 €;
- Aquisição de máquinas de venda automática (MVA): 10 092 465 €;
- Adicional ao aluguer das automotoras espanholas da série 592: 19 554 611,69 €.

14. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

15. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022		2023/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	114 747 399 €	133 796 217 €	85 282 524 €	48 124 125 €	29 464 875 €	34,5%	66 623 275 €	138,4%
(1) CMVMC	35 278 014 €	61 552 455 €	32 943 532 €	6 287 643 €	2 334 482 €	7,1%	28 990 370 €	461,1%
(2) FSE	146 654 741 €	182 590 890 €	180 669 387 €	175 203 486 €	-14 014 647 €	-8,7%	-28 548 745 €	-16,3%
(3) Gastos com o pessoal	160 546 580 €	169 105 858 €	151 239 279 €	109 014 542 €	9 307 301 €	6,2%	51 532 037 €	47,3%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais	671 934 €	649 705 €	558 102 €	578 052 €	113 832 €	20,4%	93 882 €	16,2%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}	1 155 880 €	1 155 880 €	1 155 880 €	0 €	0 €	0,0%	1 155 880 €	-
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF) ^{a)}	6 570 125 €	7 119 000 €	0 €	0 €	6 570 125 €	-	6 570 125 €	-
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	6 144 356 €	5 679 351 €	3 549 233 €	0 €	2 595 123 €	73,1%	6 144 356 €	-
v. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}	277 959 €	700 451 €	234 577 €	1 289 532 €	43 382 €	18,5%	-1 011 573 €	-78,4%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v	145 726 326 €	153 801 470 €	145 741 486 €	107 146 958 €	-15 160 €	0,0%	38 579 367 €	36,0%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais e/ou de imposições legais ^{b)}	-7 286 878 €	0 €	0 €	0 €	-7 286 878 €	-	-7 286 878 €	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(4)-(5)	334 046 958 €	387 944 815 €	339 354 405 €	289 838 087 €	-4 408 448 €	-1,3%	48 307 870 €	18,0%
(7) Volume de negócios (VN)	360 274 233 €	420 532 282 €	380 682 622 €	320 723 272 €	-20 408 389 €	-5,4%	39 550 961 €	12,3%
Subsídios à exploração ^{c)}	92 658 852 €	126 459 441 €	105 588 638 €	3 543 €	-12 329 786 €	-12,2%	92 655 309 €	2 615,65,4%
Indemnizações Compensatórias	0 €	0 €	0 €	40 000 000 €	0 €	-	-40 000 000 €	-100,0%
(8) Trabalhos para a própria empresa	15 909 557 €	38 547 976 €	12 992 032 €	0 €	2 917 525 €	22,5%	15 909 557 €	-
(9) Perda de receita decorrente de fatores excecionais e/ou de imposições legais ^{b)}	14 293 406 €	0 €	0 €	0 €	14 293 406 €	-	14 293 406 €	-
(10) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8+9)	380 477 186 €	459 080 258 €	393 674 663 €	320 723 272 €	-3 187 457 €	-0,9%	89 753 824 €	21,7%
(11) Peso dos Gastos/VN = (6)/(10)	88,8%	86,7%	88,2%	80,0%	-0,42 p.p.	-0,5%	-0,04 p.p.	0,0%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	3 554 389 €	3 253 190 €	3 142 482 €	5 730 052 €	4 111 908 €	13,1%	-2 175 663 €	-38,0%
ii. Gastos com Ajudas de custo	4 339 786 €	4 132 362 €	4 154 860 €	4 194 445 €	184 926 €	4,5%	145 341 €	3,5%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{d)}	483 470 €	1 038 258 €	522 227 €	269 447 €	-38 757 €	-7,4%	214 024 €	79,4%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	888 919 €	761 351 €	633 865 €	115 425 €	255 054 €	40,2%	773 494 €	670,1%
(12) Total dos gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	8 286 565 €	9 195 161 €	8 453 433 €	10 300 388 €	813 132 €	8,6%	-1042 804 €	-10,1%
N.º de viaturas	111	115	105	48	6	5,7%	63	131,3%

a) Valores de 2023 são acumulados.

b) Impactos excecionais da crise geopolítica, designadamente sobre o preço da energia e das greves ocorridas em 2023.

c) Estes valores distinguem-se do considerado contabilisticamente visto incluírem apenas as compensações de serviço público e os reequilíbrio do contrato relativos ao próprio ano.

d) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

A CP registou em 2023 um EBITDA recorrente de 114,7 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 29,5 milhões de euros face ao ano anterior, mas que se situou cerca de 19 milhões de euros abaixo do previsto.

A análise destas variações encontra-se detalhada, respetivamente, no capítulo “Análise Económico-financeira” e no ponto “Objetivos de Gestão”, do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais”.

O peso das principais rubricas de gastos (CMVMC + FSE + Pessoal, excluindo gastos com Órgãos Sociais, rescisões e valorizações remuneratórias determinadas por disposições legais ou obrigatórias) no volume de negócios, acrescido das compensações financeiras pelas obrigações de serviço público relativas ao próprio ano e dos trabalhos para a própria empresa, expurgando o impacto excecional das greves, situou-se em 2023 nos 85,8%, menos 0,4 p.p. que no ano anterior e cerca de 0,9 p.p. melhor que o previsto.

De notar, que para efeitos de cálculo, optou-se por não se excluir o impacto excecional da crise geopolítica, apesar das significativas variações, designadamente, dos preços da energia e dos materiais para as intervenções de manutenção e reparação de material circulante, uma vez que o mesmo é considerado para efeitos de cálculo da compensação pelas obrigações de serviço público. O mesmo já não acontece no caso das greves.

O acréscimo dos encargos com deslocações e alojamento, face ao ano anterior, é justificado pela pressão para atualização dos preços das dormidas. Por sua vez, a variação dos gastos com ajudas de custo decorre das valorizações remuneratórias autorizadas. Em termos de estudos, pareceres, projetos e consultoria, o acréscimo está relacionado com a necessidade de contratação de estudos de mercado e consultorias para apoio às candidaturas para financiamento comunitário dos projetos de aquisição de material circulante.

16. Recursos Humanos e Massa Salarial

	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS) ^{a)}	8	8	8	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD) ^{a)}	27	27	23	4	17,4%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) ^{a)}	3 700	4 084	3 719	-19	-0,5%
TOTAL ^{a)}	3 735	4 119	3 750	-15	-0,4%
N.º Trabalhadores/N.º CD ^{a)}	465,9	513,9	467,8	-1,9	-0,4%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	42 984,4 €	41 055,1 €	45 094,9 €	-2 110,5 €	-4,7%

a) Efetivo final a cargo.

Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF

Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022)	6,1%
---	------

O efetivo final a cargo apresentava-se a 31 de dezembro de 2023 abaixo do registado no final do ano anterior.

A variação do número de cargos de direção decorre das reorganizações encetadas no decurso de 2023, conforme apresentado no Relatório de Governo Societário.

Conforme é possível observar no quadro apresentado no ponto anterior “Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais”, o acréscimo de gastos com pessoal foi justificado pelas valorizações remuneratórias autorizadas, designadamente através do “Acordo para a melhoria do rendimento” (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF) e pelas atualizações decorrentes da aplicação dos Acordos de Empresa.

Face ao previsto, destaca-se o desvio no número de recrutamentos, devido aos longos períodos de formação das categorias operacionais e às dificuldades para captar e reter candidatas.

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades inerentes à respetiva atividade, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a CP tem requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços não fornecidos pelo IGCP, nomeadamente os relativos à recolha, transporte e contagem de valores dos pontos de venda CP situados nas diferentes estações da rede ferroviária nacional, aos serviços de Gateway de pagamentos para as vendas efetuadas através dos canais digitais da CP, a empréstimos bancários, a garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e à guarda de títulos de Empresas Participadas.

A CP recebeu, em finais de março de 2022, a autorização (INF: 0219/2022 do IGCP) de dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2022 e 2023.

Considera-se que está assegurada a conformidade com a legislação aplicável nesta matéria.

A CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial.

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Depósitos à Ordem	85 658 147,45 €	112 761 239,25 €	144 574 642,85 €	12 205 906,45 €
Aplicações de Tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 000 000,00 €
Total	85 658 147,45 €	112 761 239,25 €	144 574 642,85 €	112 205 906,45 €

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
NB	0,00 €	0,00 €	189,12 €	170,91 €
BPI	1146 495,01 €	821980,60 €	1565 748,17 €	1716 370,36 €
CGD	419,70 €	408,01 €	396,32 €	384,63 €
Total	1146 914,71 €	822 388,61 €	1566 333,61 €	1716 925,90 €
Juros auferidos	0 €	0 €	0 €	0 €

18. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas em 2023.

19. Demonstração Não Financeira

O Relato Não Financeiro do ano 2023, encontra-se em anexo ao Relatório de Governo Societário 2023.

20. Informação no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N	Data Atualização	
Estatutos	S	11-04-2023	
Caracterização da Empresa	S	11-04-2023	
Função de tutela e accionista	S	11-04-2023	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	11-04-2023	
Identificação dos órgãos sociais	S	11-04-2023	
Estatuto remuneratório fixado	S	11-04-2023	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	11-04-2023	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	11-04-2023	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	11-04-2023	
Esforço Financeiro Público	S	11-04-2023	
Ficha Síntese	S	11-04-2023	
Informação Financeira histórica e atual	S	30-03-2021	Com referência às Contas aprovadas de 2015. (*)
Princípios de Bom Governo	S	11-04-2023	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	11-04-2023	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	11-04-2023	
Outras transações	S	11-04-2023	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	11-04-2023	
Económico	S	11-04-2023	
Social	S	11-04-2023	
Ambiental	S	11-04-2023	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	11-04-2023	
Código de Ética	S	11-04-2023	

(*) As contas de 2016 a 2021 foram aprovadas depois de 31 de dezembro de 2023.

8.

Análise Económico- Financeira



Conta de Exploração

Resultado Líquido

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2023/2022	
	REAL 31-12-2023	REAL 31-12-2022	Valor	%
Vendas e serviços prestados	267.615	275.094	-7.479	-3%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	248.158	256.519	-8.361	-3%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	14.937	13.902	1.035	7%
Vendas e serviços prestados - Outros	4.520	4.673	-153	-3%
Subsídios à exploração	157.884	116.204	41.680	36%
Variação nos inventários da produção	1.745	2.096	-351	-17%
Trabalhos para a própria entidade	15.910	12.992	2.918	22%
Outros rendimentos	24.520	28.191	-3.671	-13%
	467.674	434.577	33.097	8%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-35.278	-32.944	-2.334	-7%
Fornecimentos e serviços externos	-146.655	-160.669	14.014	9%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-160.269	-151.004	-9.265	-6%
Outros gastos	-10.727	-4.676	-6.051	-129%
	-352.929	-349.293	-3.636	-1%
Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)	114.745	85.284	29.461	35%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-51.636	-55.111	3.475	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	111	342	-231	-68%
Indemnizações por rescisão	-278	-235	-43	-18%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2.678	2.156	522	24%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2.068	-2.071	3	0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	281	-33	314	952%
Provisões (aumentos/reduções)	-261	692	-953	-138%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2.000	261	-2.261	-866%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2.679	-2.050	-629	-31%
Outros rendimentos (não core)	55	4	51	1275%
Outros gastos (não core)	-1.952	-615	-1.337	-217%
	56.996	28.624	28.372	99%
Juros e rendimentos similares obtidos	52	14	38	271%
Juros e gastos similares suportados	-50.853	-18.892	-31.961	-169%
	-50.801	-18.878	-31.923	-169%
Resultado antes de impostos	6.195	9.746	-3.551	-36%
Imposto sobre o rendimento do período	-2.643	-565	-2.078	-368%
	3.552	9.181	-5.629	-61%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

Após, em 2022, a CP ter obtido um Resultado Líquido positivo de 9,2 milhões de euros, manteve em 2023 essa tendência com um resultado de 3,6 milhões de euros.

A diminuição do resultado líquido face ao ano anterior, é explicada essencialmente pelo agravamento do resultado financeiro e pelo impacto das greves ocorridas, parcialmente compensados pelo acréscimo de compensações financeiras pelas obrigações de serviço público

Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA)

O EBITDA recorrente das atividades de transportes e manutenção foi, em 2023, de 114,7 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 29,5 milhões de euros face ao ano anterior. Evidencia-se a seguir a origem das principais variações registadas:

- Diminuição dos serviços prestados, na ordem dos 7,5 milhões de euros, decorrente, do decréscimo dos rendimentos associados ao serviço de transporte de passageiros (-8,4 milhões de euros), justificado, essencialmente, pelo impacto dos conflitos laborais, conforme analisado anteriormente. De referir o aumento verificado nas prestações de serviço relacionadas com a área de manutenção e reparação de material circulante (+1 milhão de euros);
- Variação positiva dos subsídios à exploração, em 41,7 milhões de euros, explicada por:
 - aumento dos duodécimos atribuídos a título de compensação pelas obrigações de serviço público prestadas nos respetivos anos de 2022 e 2023, em 28 milhões de euros;
 - reconhecimento em 2022 do reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público relativo ao ano de 2020 (17,7 milhões de euros);
 - reconhecimento em 2023 dos montantes relativos ao acerto das compensações e reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público respeitantes ao ano de 2021 (58,1 milhões de euros) e ao acerto de compensações referente ao ano de 2022 (7,1 milhões de euros);
 - reconhecimento em 2023 de uma diminuição de rendimentos na ordem dos 33,8 milhões de euros pelo acerto das compensações pelas obrigações de serviço público prestadas no próprio ano de 2023;
- Aumento dos *trabalhos para a própria entidade*, no montante de 2,9 milhões de euros (+22%);
- Decréscimo dos *outros rendimentos*, em 3,7 milhões de euros, de onde se destaca a diminuição da rubrica de rendimentos de exercícios anteriores, designadamente, dos acertos das compensações respeitantes ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), em cerca de 2,2 milhões de euros;
- Aumento do *custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, em 2,3 milhões de euros, com especial incidência nos consumos de armazém da área de manutenção de material circulante (+4,3 milhões de euros), parcialmente compensados pela diminuição do consumo de combustível (-1,8 milhões de euros);
- Diminuição dos *fornecimentos e serviços externos*, em 14 milhões de euros, destacando-se o decréscimo dos custos da energia elétrica para tração, que registou uma diminuição face ao ano anterior na ordem dos 16,6 milhões de euros;
- Aumento dos *gastos com pessoal (sem indemnizações)*, em 9,3 milhões de euros, justificado, essencialmente, pelo acréscimo retributivo aos trabalhadores, com efeitos a janeiro de 2023. Registou-se ainda uma atualização adicional para alguns abonos, como por exemplo os prémios de produtividade diário, deslocações e ajudas de custo, prémios de condução e revisão, com efeitos a maio de 2023;
- Aumento dos *outros gastos*, em 6,1 milhões de euros, podendo destacar-se:
 - (i) o acréscimo da rubrica de correção de exercícios anteriores, em função do registo de despesas com eletricidade relativas ao período compreendido entre julho e outubro de 2022 (2,1 milhões de euros),

- (ii) o gasto respeitante ao reconhecimento das penalidades previstas no contrato de obrigações de serviço público referentes aos anos de 2022 e 2023 (1,5 milhões de euros) e
- (iii) os gastos associados ao acerto do preço médio movel dos rotáveis (2,8 milhões de euros).

Resultado Operacional

O Resultado Operacional de 2023 situou-se nos 57 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 28,4 milhões de euros face ao registado no ano anterior (28,6 milhões de euros). Realçam-se as seguintes variações mais significativas, para além das já mencionadas para o EBITDA:

- Diminuição dos gastos de depreciação e de amortização, em 3,5 milhões de euros;
- Variação negativa das provisões no montante de cerca de 1 milhão de euros, em função das responsabilidades apuradas, nomeadamente, das penalidades contratuais associadas à prestação de serviços de manutenção do material circulante do Metro do Porto;
- Variação negativa na rubrica de imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões), em 2,3 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, do registo de imparidade no montante de 2 milhões de euros relacionada com a participação financeira no Centro de Competências Ferroviário;
- Aumento dos outros gastos (não *core*), em 1,3 milhões de euros, em resultado do abate de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação ter sido, em 2023, em valor superior ao verificado em 2022.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 2023 foi negativo em 50,8 milhões de euros, verificando-se um agravamento face ao registado no ano anterior em cerca de 31,9 milhões de euros.

Esta evolução é explicada, designadamente, pelos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, que permitiram o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pela DGTF à CP, vencidos até 31 de dezembro de 2022 e a vencer em 2023, para até 31 de dezembro de 2023, ficando, no entanto, a dívida sujeita ao pagamento de juros remuneratórios.

Através do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2023/2022	
	31-12-2023	REAL 31-12-2022	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	376.496	387.335	-10.839	-3%
Ativo Corrente	353.052	131.629	221.423	168%
Total do Ativo	729.548	518.964	210.584	41%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	362.677	-1.794.885	2.157.562	120%
Resultado Líquido do período	3.552	9.181	-5.629	-61%
Total do Capital Próprio	362.677	-1.794.885	2.157.562	120%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	164.769	209.380	-44.611	-21%
Passivo Corrente	202.102	2.104.469	-1.902.367	-90%
Total do Passivo	366.871	2.313.849	-1.946.978	-84%
Total do Capital Próprio + Passivo	729.548	518.964	210.584	41%

Ativo

Em 2023 o Ativo da CP aumentou em cerca de 210,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos Ativos Fixos Tangíveis, em 10,5 milhões de euros, em virtude de o valor de investimento realizado ter sido insuficiente para compensar as depreciações do ano;
- Aumento do saldo do Estado e Outros Entes Públicos, em 1,4 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, do acréscimo dos valores de IVA a recuperar;
- Aumento do saldo de Diferimentos, em cerca de 2 milhões de euros, relativo nomeadamente a contratos relacionados com serviços informáticos;
- Aumentos dos saldos de Clientes e Outros Créditos a Receber, no montante de 26,6 milhões de euros, com especial enfoque na variação da rubrica de Devedores por Acréscimos de Rendimentos, pelo registo do acerto da compensação financeira pelas obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros relativo ao ano de 2022 e do reequilíbrio do contrato referente ao ano de 2021;
- Aumento do saldo de Capital Subscrito e Não Realizado, em 126,3 milhões de euros. Na sequência do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024;
- Aumento do saldo de Caixa e Depósitos Bancários, em 66 milhões de euros, dos quais 50,9 milhões de euros relativos a transferência realizada pelo Fundo Ambiental para financiamento da aquisição de 117 automotoras para Serviço Urbano e Regional, conforme RCM n.º 57-F/2024, de 21 de março.

Capital Próprio

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário em cerca de 2,1 mil milhões de euros, realizados:

- a) por entradas em espécie de 1 919,3 milhões de euros através da conversão de créditos detidos pelo Estado (1 813,9 mil milhões de euros de capital e 105,4 milhões de euros de juros);
- b) em numerário no valor de 180,4 milhões de euros (30% a realizar de imediato e os restantes 70% até 31 de dezembro de 2024).

No mesmo Despacho foi ainda determinado:

- Utilizar o montante de 91,4 milhões de euros resultante do saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do Decreto-lei n.º 361/85, de 5 de setembro, na sua redação atual, constante da rubrica de Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio (conta com a designação “Reservas Saneamento Financeiro”), para cobertura parcial de Resultados Transitados negativos, registados no fim do exercício de 2022;
- Reduzir o capital estatutário em 5 846,6 milhões de euros para cobertura do remanescente dos Resultados Transitados negativos registados à data de 31 de dezembro de 2022, fixando deste modo o capital estatutário em 212,6 milhões de euros.

Para além das variações identificadas acima, registaram-se ainda:

- Transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido da empresa relativo ao exercício de 2022, que aguarda aprovação pela Tutela;
- Diminuição da rubrica de Outras Variações no Património Líquido, em resultado da imputação, como Rendimento do Exercício dos Subsídios ao Investimento recebidos, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, na mesma proporção em que são reconhecidas as Depreciações;
- Ainda na rubrica de Outras Variações no Património Líquido, o recebimento de cerca de 60,9 milhões de euros, relativos a subsídios ao investimento para a aquisição de material circulante, bem como de 1,1 milhões de euros, relacionados com o financiamento do projeto para a construção do “comboio português” no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência.

Passivo

O Passivo da CP registou em 2023 uma diminuição de 1 947 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição do saldo de Financiamentos Obtidos, em cerca de 1 908 milhões de euros, explicada em detalhe de seguida no ponto do Financiamento;
- Aumento do saldo em dívida ao Estado e Outros Entes Públicos, em 2,1 milhões de euros, decorrente fundamentalmente da variação ocorrida na estimativa de imposto a pagar;
- Diminuição do saldo de Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar, em 41,3 milhões de euros, designadamente na rubrica de Credores por Acréscimo de Gastos, na qual se destacam as seguintes variações:

- Anulação dos Acréscimos de Gastos com juros de financiamentos DGTF relativos a dívida histórica da CP, na sequência do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, no valor de 105,4 milhões de euros;
- Registo da responsabilidade resultante do acerto das compensações financeiras pelas obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros relativas ao ano de 2023 (33,8 milhões de euros).



Financiamento

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário em cerca de 2,1 mil milhões de euros, realizados:

- a) por entradas em espécie de 1 919,3 milhões de euros através da conversão de créditos detidos pelo Estado (1 813,9 mil milhões de euros de capital e 105,4 milhões de euros de juros);
- b) em numerário no valor de 180,4 milhões de euros (30% a realizar de imediato e os restantes 70% até 31 de dezembro de 2024).

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

No âmbito do Contrato de Obrigações de Serviço Público (CSP) a CP recebeu em 2023:

- 134 milhões de euros (incluindo IVA) a título de duodécimos relativos às compensações financeiras pelas obrigações de serviço público prestadas no ano de 2023;
- 48,7 milhões de euros (incluindo IVA) referentes ao acerto das compensações relativas às obrigações de serviço público prestadas em 2021;
- 1,1 milhões de euros (incluindo IVA) referentes a acerto do valor de reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público relativo ao ano de 2020.

Na sequência do recebimento destes acertos das compensações, bem como da autorização para utilização do saldo de gerência de 2022, a CP procedeu às seguintes amortizações de dívida:

- remanescente do empréstimo DGTF contraído no final de 2020, no valor de 15,4 milhões de euros;
- empréstimo DGTF contraído em 2022, no valor de 35 milhões de euros.

Com estas amortizações concluiu-se a liquidação dos empréstimos contraídos junto da DGTF.

Em 2023, de referir ainda o recebimento de cerca de 60,9 milhões de euros, relativos a subsídios ao investimento para a aquisição de material circulante, bem como de 1,1 milhões de euros, relacionados com o financiamento do projeto para a construção do “comboio português” no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência.

Dívida Financeira

Pelos factos acima descritos, a dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2023 era de 202,6 milhões de euros, o que representou uma redução de 1 908 milhões de euros face ao final do ano anterior.

As fontes de financiamento são as que se apresentam no gráfico seguinte:

Fontes de Financiamento (Valores em 10⁶ €)

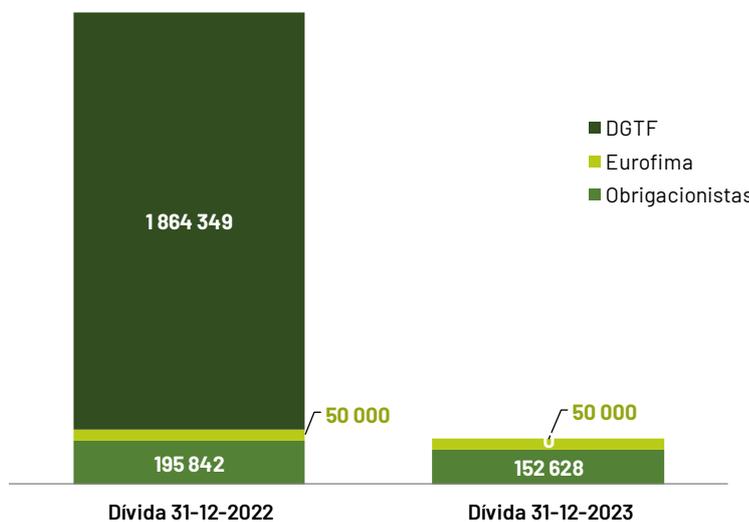


Gráfico 9 – Fontes de Financiamento.

Na estrutura da dívida da empresa, a dívida de médio e longo prazo representa 75,3%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

Estrutura da Dívida

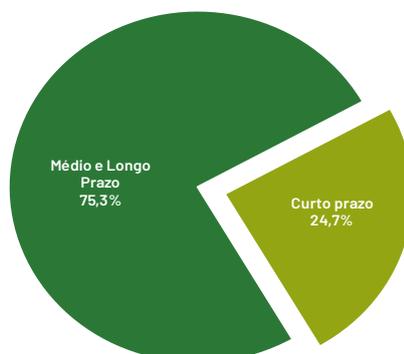


Gráfico 10 – Estrutura da Dívida.

9.

Perspectivas para 2024



A CP assume-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado do transporte de passageiros, criando valor para todos os stakeholders, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Face aos desafios futuros e tendo em conta os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades que se perspetivam, foi desenvolvido o Plano Estratégico 2022-2030, com os seguintes Objetivos Estratégicos e específicos:

<p>1</p> <p>Preparar a CP para um novo contrato de obrigações de serviço público (CSP), findo o atual, já com o período de cinco anos de extensão incluído, mobilizando, desde já, a empresa para garantir as exigências contratadas durante o período de vigência do mesmo.</p>	<p>2</p> <p>Recuperar económica e financeiramente a CP e crescer, recuperando, no curto prazo os valores da procura pré-pandemia e, no médio e longo prazo crescer, contribuindo para o incremento da quota modal do transporte ferroviário de passageiros para valores comparáveis com os dos melhores países europeus.</p>	<p>3</p> <p>Antecipar e liderar a alta velocidade, preparando a CP para ser competitiva num potencial contexto de concorrência, definindo um posicionamento para se perpetuar enquanto operador estruturante da mobilidade nacional.</p>	<p>4</p> <p>Reformular e modernizar a oferta, tirando partido da nova geografia ferroviária, melhorando a qualidade do serviço oferecido ao cliente, em especial no que respeita aos tempos de viagem e ao conforto a bordo, tirando partido das novas condições de operação que resultarão das intervenções em curso na infraestrutura, para melhor servir todo o país e garantir o aumento da quota de mercado.</p>	<p>5</p> <p>Melhorar a experiência do cliente num novo contexto de mobilidade, aumentando os níveis de conhecimento sobre os clientes e a personalização da oferta e das comunicações, evoluindo para modelos de cooperação abrangente com outros atores de mobilidade (MaaS).</p>
	<p>2.1. Aumentar proveitos e quota de mercado</p> <p>2.2. Melhorar índices de rentabilidade</p>			<p>5.1. Desenvolver uma plataforma de mobilidade integrada (MaaS)</p> <p>5.2. Aumentar a satisfação e fidelização dos clientes</p> <p>5.3. Incrementar a notoriedade da marca CP</p>
<p>6</p> <p>Aumentar a eficiência, segurança e sustentabilidade dos processos, procedendo à sua reengenharia e respetiva transformação digital, aumentando a eficiência operacional e a otimização funcional, bem como garantindo benefícios e financiamento nos projetos a implementar.</p>	<p>7</p> <p>Mobilizar, qualificar e rejuvenescer as equipas, evoluindo no sistema de gestão, reestruturando a CP e dando resposta aos desafios emergentes relacionados com as pessoas e as suas competências.</p>	<p>8</p> <p>Evoluir os sistemas e transformar digitalmente a CP, com recurso à modernização digital nas áreas mais críticas da sua operação, nomeadamente na produção de comboios, oficinas, material circulante e comercial, garantindo as infraestruturas tecnológicas necessárias à agregação e tratamento inteligente dos dados com segurança.</p>	<p>9</p> <p>Inovar para modernizar a CP, implementando sistemas de gestão da inovação e de colaboração efetiva com o seu ecossistema para desenvolver ideias e projetos diferenciadores.</p>	<p>10</p> <p>Liderar a mobilidade verde e reforçar os compromissos sociais da CP, comprometendo-se com a descarbonização do setor dos transportes e promovendo a empresa enquanto um ator central na coesão social e territorial portuguesa.</p>
<p>6.1. Aumentar eficiência e otimizar processos críticos</p> <p>6.2. Incrementar níveis de segurança</p>	<p>7.1. Implementar sistema de gestão de pessoas potenciando o capital humano</p> <p>7.2. Rejuvenescer e requalificar o efetivo</p> <p>7.3. Mobilizar o efetivo</p>	<p>8.1. Evoluir os sistemas core</p> <p>8.2. Transformar a experiência digital de clientes e trabalhadores</p> <p>8.3. Reforçar capacidade de captação e análise inteligente de dados</p>	<p>9.1. Implementar sistema de gestão de inovação</p> <p>9.2. Participar ativamente na revitalização da indústria nacional da ferrovia</p>	<p>10.1. Mitigar impactos ambientais</p> <p>10.2. Reforçar a CP enquanto agente de coesão social e territorial</p>

Para 2024 perspetiva-se um aumento da procura e dos respetivos rendimentos de transporte de passageiros, apesar das alterações aos padrões de mobilidade, resultantes do teletrabalho e de alguma imprevisibilidade quanto à evolução do cenário económico, devido à atual conjuntura internacional.

Por via das intervenções planeadas na infraestrutura com conclusão prevista para 2024, prevê-se, nomeadamente, a reformulação do modelo produtivo da Linha do Oeste, após eletrificação até Torres Vedras e a retoma dos serviços na Linha da Beira Alta.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para serviço regional, perspetivando-se o recebimento das primeiras sete unidades no final de 2025.

Foi adjudicado no final de 2023, o concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos de Lisboa e do Porto e Serviço Regional. Perspetiva-se a entrada em vigor do contrato em 2024, após levantamento da impugnação apresentada por parte das duas empresas preteridas e obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Perspetiva-se ainda, o lançamento, em 2024, do processo de aquisição de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

Ao nível dos recursos humanos, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

Na sequência da operação de recomposição de capitais realizada em 2023, em conjunto com a recuperação da procura e a atribuição das devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, perspetiva-se que a empresa continue a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável.



10.

Factos Relevantes Após o Termo do Exercício



Após a data de balanço destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Pela RCM n.º 5/2024 de 5 de janeiro de 2024, foi aprovada a realização da despesa relativa às compensações financeiras a pagar pelo Estado à CP, incluindo os valores máximos de acertos de compensações financeiras de obrigações de serviço público (OSP) relativas aos anos de 2021 e 2022.
- Por despacho n.º 197/2024 de Sua Ex.ª o Secretário de Estado do Tesouro, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do DL n.º 276/2007, de 31 de julho, foi homologado o relatório de auditoria da IGF referente ao acerto de reequilíbrio do contrato pela compensação financeira das OSP de 2021. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por ofício n.º S/24/17509 do Instituto da Mobilidade dos Transportes, de 21 de março, foi validado pelo IMT o acerto de reconciliação da compensação financeira das OSP de 2022. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por diploma n.º 86_2024 de 25.03.2024 do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas, foram aprovados os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas dos exercício de 2016 a 2021.

Não temos conhecimento de qualquer outra situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.



Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do ano, lucro de 3 551 873 euros, sejam aplicados da seguinte forma:

- (i) 3 374 279 euros transferidos para a conta de resultados transitados; e
- (ii) 177 594 euros para constituição de reserva legal.

Lisboa, 16 de maio de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-presidente: Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal: Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal: Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal: Joaquim José Martins Guerra



12.

Demonstrações Orçamentais



Não estão ainda reunidas as condições técnicas para a elaboração e apresentação da totalidade das demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26.

Neste contexto, foi solicitada e autorizada, a título excecional, pelo Tribunal de Contas, a prestação de contas de 2023 no mesmo referencial contabilístico (SNC) do ano anterior.



13.

Demonstrações Financeiras



Balço individual

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-23	31-dez-22
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	342 483 232	352 970 839
Ativos intangíveis	8	310 691	619 425
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	5 935 787	5 979 154
Outros investimentos financeiros	13	27 765 734	27 765 734
		376 495 444	387 335 152
Ativo corrente			
Inventários	15	43 764 506	44 579 526
Clientes	16	14 020 047	10 509 146
Estado e outros entes públicos	17	11 989 326	10 547 846
Capital subscrito e não realizado	20	126 307 573	-
Outros créditos a receber	18	37 420 876	14 372 268
Diferimentos	19	3 141 481	1 150 279
Ativos não correntes detidos para venda	10	2 051 678	2 064 340
Caixa e depósitos bancários	5	114 356 607	48 405 655
		353 052 094	131 629 060
Total do ativo		729 547 538	518 964 212
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20	212 635 680	3 959 489 351
Reservas legais	21	24 703	24 703
Outras reservas	22	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	23	9 180 924	(5 937 952 004)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	135 977 296	173 065 084
Resultado líquido do período		3 551 873	9 180 924
Total do capital próprio		362 677 126	(1 794 885 292)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	12 140 847	12 538 315
Financiamentos obtidos	26	152 627 896	196 841 684
		164 768 743	209 379 999
Passivo corrente			
Fornecedores	28	15 032 585	14 832 864
Estado e outros entes públicos	17	2 654 578	586 140
Financiamentos obtidos	26	50 000 000	1 913 349 168
Outras dívidas a pagar	27	133 773 462	175 225 695
Diferimentos	19	641 044	475 638
		202 101 669	2 104 469 505
Total do passivo		366 870 412	2 313 849 504
Total do capital próprio e do passivo		729 547 538	518 964 212

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	29	267 615 381	275 093 984
Subsídios à exploração	30	157 884 853	116 203 550
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31	2 677 504	2 155 565
Variação nos inventários da produção	32	1 745 457	2 095 617
Trabalhos para a própria entidade	33	15 909 557	12 992 032
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34	(35 278 013)	(32 943 532)
Fornecimentos e serviços externos	35	(146 653 215)	(160 669 387)
Gastos com o pessoal	36	(160 548 105)	(151 239 279)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	15	(2 068 445)	(2 071 014)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16/18	280 829	(33 374)
Provisões (aumentos/reduções)	25	(261 446)	691 654
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	(2 000 000)	260 972
Outros rendimentos	38	26 107 270	30 513 024
Outros gastos	39	(16 891 090)	(9 658 366)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		108 520 537	83 391 446
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	40	(51 635 858)	(55 110 925)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	41	111 045	342 412
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56 995 724	28 622 933
Juros e rendimentos similares obtidos	42	51 581	14 375
Juros e gastos similares suportados	43	(50 852 796)	(18 891 648)
Resultado antes de impostos		6 194 509	9 745 660
Imposto sobre o rendimento do período	14	(2 642 636)	(564 736)
Resultado líquido do período		3 551 873	9 180 924

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	29	267 615 381	275 093 984
Custo das vendas e dos serviços prestados		(337 959 514)	(309 772 287)
Resultado bruto		(70 344 133)	(34 678 303)
Outros rendimentos		189 688 022	151 732 262
Gastos de distribuição		(4 844 263)	(53 250 662)
Gastos administrativos		(51 326 664)	(37 125 450)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Trabalhos para a própria empresa	33	15 909 557	12 992 032
Variação nos inventários da produção	32	1 745 457	2 095 617
Outros gastos		(23 832 252)	(13 142 563)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56 995 724	28 622 933
Gastos de financiamento (líquidos)	43	(50 852 796)	(18 891 648)
Rendimentos de financiamento	42	51 581	14 375
Resultado antes de impostos		6 194 509	9 745 660
Imposto sobre o rendimento do período	14	(2 642 636)	(564 736)
Resultado líquido do período		3 551 873	9 180 924

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Perreira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.ª Joaquim Jose Martins Guerra

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total	Total do Capital Próprio
			Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1	Posição no início do período de 2022	20 a 24	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 924 128 913)	176 702 037	(13 823 091)	(1 800 429 263)	(1 800 429 263)	
	Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(13 823 091)	(3 636 953)	13 823 091	(3 636 953)	(3 636 953)	
2	Resultado líquido do período		-	-	-	(13 823 091)	(3 636 953)	13 823 091	(3 636 953)	(3 636 953)	
3			-	-	-	-	-	9 180 924	9 180 924	9 180 924	
4 = 2 + 3	Resultado integral		-	-	-	-	-	23 004 015	5 543 971	5 543 971	
	Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	
5			-	-	-	-	-	-	-	-	
6 = 1+2+3+5	Posição no fim do período de 2022		3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 937 952 004)	173 065 084	9 180 924	(1 794 895 282)	(1 794 895 282)	

Contabilista Certificado - D^{ra} Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.º Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Mano

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim José Martins Guerra



Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2023

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período de 2023	1	20 a 24	3 959 489 351	24 703	1 308 650	(5 937 952 004)	173 086 084	9 180 924	(1 794 885 292)	(1 794 885 292)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	100 538 292	(37 087 788)	(9 180 924)	54 289 580	54 289 580
	2		-	-	-	100 538 292	(37 087 788)	(9 180 924)	54 289 580	54 289 580
Resultado líquido do período	3		-	-	-	-	-	3 551 873	3 551 873	3 551 873
Resultado integral	4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	(5 623 051)	57 821 453	57 821 453
Operações com detentores de capital no período			2 098 740 965	-	-	-	-	-	2 098 740 965	2 098 740 965
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			(5 846 594, 636)	-	-	5 846 594, 636	-	-	-	-
	5		(3 746 853 671)	-	-	5 846 594, 636	-	-	2 098 740 965	2 098 740 965
Posição no fim do período de 2023	6 = 1+2-5+6		2 12 635 680	24 703	1 308 650	9 180 924	135 877 286	3 551 873	362 677 126	362 677 126

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.ª Joaquim José Martins Guerra

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-dez-23	31-dez-22
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	474 092 712	476 853 202
Pagamentos a fornecedores	(236 770 705)	(251 864 538)
Pagamentos ao pessoal	(151 847 941)	(145 167 186)
Caixa gerada pelas operações	85 474 066	79 821 478
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(465 159)	(285 134)
Outros recebimentos/pagamentos	10 166 189	3 318 169
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	95 175 096	82 854 513
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(27 239 146)	(19 435 334)
Investimentos financeiros	(2 000 000)	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	61 500
Investimentos financeiros	31 500	46 749
Subsídios ao investimento	62 007 954	5 100 000
Juros e rendimentos similares	8 870	4 446
Dividendos	854 074	1 011 624
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	33 663 252	(13 211 015)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	135 000 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	54 131 820	-
Outras operações de financiamento	-	117 347
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(94 899 835)	(157 740 165)
Juros e gastos similares	(22 120 671)	(15 720 968)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(62 888 686)	(38 343 786)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	65 949 662	31 299 712
Efeito das diferenças de câmbio	1 290	424
Caixa e seus equivalentes no início do período	48 405 655	17 105 519
Caixa e seus equivalentes no fim do período	114 356 607	48 405 655

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

14.

Anexos às Demonstrações Financeiras



Identificação da Entidade e Período de Relato (nota 1)

Identificação da Entidade

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-lei n.º137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei nº124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º174-B/2019, de 26 de dezembro³, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2021.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- o fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Infraestruturas e Habitação, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da entidade uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 7.

As contas da empresa do ano de 2022 aguardam nesta data a aprovação pela Tutela.

³ A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

Acesso à Infraestrutura

O estatuto do gestor da infraestrutura ferroviária, Infraestruturas de Portugal, S.A. (abreviadamente IP), consta do Decreto-lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura ferroviária encontra-se atualmente vertida no Decreto-lei n.º 217/2015, alterado pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, com última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro.

O artigo 10.º e seguintes regulam as regras de acesso à infraestrutura e aos serviços ferroviários.

Aí se prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 11.º-A do referido diploma, deveria ser celebrado um contrato de acesso e utilização da infraestrutura entre a IP e a CP, o que até agora não aconteceu.

Essa circunstância não obsta a que sejam devidas pela CP, ao gestor da infraestrutura, tarifas pela utilização da infraestrutura ferroviária. Ainda segundo aquele articulado, e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização do pacote mínimo de acessos da infraestrutura ferroviária, o diploma prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou seja, os serviços adicionais, acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede de 2024, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e transportes excecionais e matérias perigosas. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços de acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços, compreendem, utilização de estações e apeadeiros, disponibilização de instalações operacionais em estações, disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações, respetivos consumos destes equipamentos e fornecimento de Informações de natureza comercial. Estas instalações de serviços são geridas pela IP, nas quais podem ser prestados serviços a todas as empresas de transporte ferroviário que o solicitem, respeitando sempre o princípio da não discriminação.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Existem ainda penalidades e incentivos financeiros, pela modificação e alteração de canal e pela não utilização da capacidade pedida. Está ainda previsto no Diretório de Rede o regime de

melhoria de desempenho, que tem como objetivo principal minimizar as perturbações à circulação ferroviária, é um instrumento regulado e assenta no mecanismo de incentivos financeiros, na forma de prémios e penalizações.

Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951, a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única, outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-lei n.º 38246, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais em que assentava esta nova concessão da empresa em 1973 resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente, as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, posteriormente publicados, e o Decreto-lei n.º 167/2008, veem estabelecer regras relativas ao regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público, medida essa que foi transposta pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, no que concerne à CP.

Efetivamente o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, estipulou que constitui serviço concessionado o serviço público de transporte ferroviário de passageiros no território nacional prestado pela CP, E. P. e, no que se refere às indemnizações compensatórias pela prossecução de obrigações de serviço público, seria aplicável o regime jurídico da concessão de subvenções públicas, previsto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de agosto.

O Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, que procede a revisão do Decreto-lei 58/2018, de 26 de março, do Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, e do Decreto-lei n.º 217-/2015, de 7 de outubro, estabelece: (i) as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, (ii) altera o regime jurídico aplicável à CP, e (iii) revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, com vista ao reforço da independência do gestor de infraestrutura e à introdução dos mecanismos necessários, para que a organização da rede ferroviária permita a exploração de serviços de acesso livre e de serviços prestados ao abrigo de um contrato de serviço público, procedendo:

- À transposição da Diretiva (UE) 2016/2370, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária; e
- À conformação das normas legais nacionais ao Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera o Regulamento (CE) n.º 1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

No que concerne às alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 137-A/2009, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, cabe realçar a nova redação do n.º 3 do artigo 6.º onde se lê que *"O contrato de serviço público da CP, E. P. E, é celebrado nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei 52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual."*

A Resolução do Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, vem esclarecer a competência dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, com a faculdade de subdelegação, para aprovar a minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP, bem como autorizar a despesa com a respetiva indemnização compensatória a pagar pelo Estado nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020.

Contrato de Serviço Público

A celebração de contrato de serviço público, no qual se definem as obrigações de serviço público no que concerne o transporte ferroviário de passageiros em território nacional, e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a CP, bem como as respetivas responsabilidades das partes, constituindo um procedimento previsto pelo Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 942/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do Decreto-lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios setoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-lei n.º 137-A/2009, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, reconhecendo que a CP, E.P.E, é um operador interno do Estado, devendo a sua atividade de prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros ser enquadrada em contrato de serviço público, que deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público. Esse contrato é celebrado nos termos do

Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual, e as disposições contratuais relativas à prestação de serviços públicos incluídas no contrato devem ser compatíveis com os objetivos estratégicos da política de transportes públicos.

Anteriormente, em 24 de março de 2011, a CP tinha celebrado com o Estado o contrato denominado “Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público”, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração, por um lado o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, e por outro que o referido contrato não cumpria rigorosamente os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, sendo devidas à CP, enquanto não fosse formalizado novo contrato de serviço público, indemnizações compensatórias que se destinavam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

Por isso, as indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2019, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019, publicada em Diário da República n.º 177/2019, Série I de 16 de setembro de 2019.

Finalmente, em cumprimento do referido Regulamento (CE) n.º 1370/2007, na sua redação atual, e do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de agosto, em 28 novembro de 2019 a CP celebrou com o Estado o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos (com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, se entretanto se tiverem verificado as condições para o efeito), onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que a CP está obrigada, as regras relativas à respetiva compensação, os direitos exclusivos e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento.

O referido contrato de serviço público foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020, tendo sido pagas à CP as compensações financeiras devidas.

Essas compensações são estimadas pela CP e transmitidas ao Estado no ano anterior ao seu exercício, em função das estimativas das obrigações de serviço público a prestar e dos consequentes custos incorridos e receitas que se estimam cobrar.

O valor das Compensações é saldado através de pagamentos por conta realizados mensalmente, por duodécimos.

Está previsto no contrato que, findo o ano em questão, essa compensação é objeto de reconciliação em função do serviço público CP efetivamente prestado e dos consequentes custos incorridos e receitas cobradas.

As compensações financeiras e respetivos acertos (estes últimos recebidos em 2022 e 2023), estão identificadas em detalhe nas notas 14 e 30 deste anexo.

Acresce que a assinatura do Contrato de Serviço Público tinha subjacente a regularização da dívida histórica. Em 9 outubro de 2023 por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, foram atribuídas à CP as devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, nos moldes referidos na nota 20.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao período de 2023 foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme a autorização obtida junto do Tribunal de Contas, para a exceção prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2024, art.º n.º 207 da Lei n.º 82/2023, 29 dezembro, e nos termos do ponto 8 da Resolução n.º 03/2023 – 2ª Secção.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 16 de maio de 2023, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores Comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros materiais que afetem a comparação de valores entre os exercícios.

Adoção Pela Primeira Vez das NCRF– Divulgação Transitória (nota 3)

Nada a referir.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de alienação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Intangíveis

Reconhecimento e Valorização

Nem todos os itens intangíveis satisfazem a definição de um ativo intangível. Se um item intangível não satisfizer a definição de ativo intangível é reconhecido como gasto quando for incorrido.

Um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, que cumpre os seguintes critérios: identificabilidade, controlo sobre o recurso, e existência de benefícios económicos futuros. Adicionalmente o custo do ativo tem de ser fiavelmente mensurado, e tem de existir uma expectativa de utilização por mais do que um ano económico.

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. A Empresa não detém quaisquer ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de novos programas informáticos é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização. Encontram-se registados ao custo de aquisição e são capitalizados sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas habitualmente pelo método das quotas constantes, pelo período de 3 anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

É provável que a maioria dos dispêndios subsequentes mantenham os futuros benefícios económicos esperados incorporados num ativo intangível existente. Portanto, apenas raramente os dispêndios subsequentes – dispêndios incorridos após o reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido ou após a conclusão de um ativo intangível gerado internamente – são reconhecidos na quantia escriturada de um ativo. Consistentemente, os dispêndios subsequentes com itens substancialmente semelhantes são reconhecidos como gastos quando incorridos. As despesas posteriores ao reconhecimento inicial não são adicionadas ao custo inicial do ativo intangível a não ser que seja provável que permitam ao ativo gerar fluxos de caixa superiores aos inicialmente previstos e essas despesas possam ser avaliadas e atribuídas ao ativo de uma forma fiável.

Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento e Valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF

(1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou a sua capacidade produtiva ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida, de acordo com o previsto na NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos Fixos Tangíveis do Estado Afetos às Operações da CP

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de Manutenção e Reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e,
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifícios e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;

- As despesas incorridas com grandes intervenções que aumentam a vida útil ou a capacidade do ativo são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis são da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do ano em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes anos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança de que o subsídio será recebido e que a CP cumprirá com os requisitos exigidos para a sua atribuição.

Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que os gastos e perdas são reconhecidos.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos, exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação, ou o seu efetivo recebimento, situação em que, apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a validação do gestor do contrato e publicação de diploma que autoriza a realização da despesa.

Estas compensações financeiras são saldadas através de pagamentos por conta realizados mensalmente (em duodécimos), a diferença entre estes pagamentos e o valor final a liquidar, caso seja desfavorável à CP (a devolver ao Estado), é imediatamente reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de aguardar a validação por parte do gestor do contrato.

Capitalização de Custos com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado pela aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, se deve ter em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade para que o valor líquido de um ativo corresponda à estimativa do seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Investimentos Financeiros em Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

Considera-se que existe controlo sobre uma entidade quando se detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem detida seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurado o justo valor dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, o qual é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do ano. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem

seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração ao Custo ou ao Custo Amortizado Menos Perdas Por Imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
 - À vista ou com uma maturidade definida;
 - Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
 - Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
 - Não possam ser liquidados em base líquida,
 - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
 - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao Justo Valor Através dos Resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do ano até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Entidades Conjuntamente Controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo. Periodicamente a empresa analisa estes ativos e sempre que estejam escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso, a empresa ajusta o seu valor reconhecendo uma imparidade.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e mão-de-obra) e o valor realizável líquido.

Cientes e Outros Créditos a Receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço, as quais são registadas sempre que a dívida ultrapassa os 240 dias e não está coberta por garantias e/ou notas de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de serem negociados;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço; e,

- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente seja superior a um ano.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações em Descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estejam disponíveis para venda imediata e que a sua venda seja muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor valor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de alienação.

Transações em Moeda Estrangeira

Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do Rédito

Os rendimentos gerados pela CP decorrem essencialmente da prestação de serviços de transporte de passageiros, da venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário e da prestação de serviços de manutenção, deduzidos de descontos e deduções ao preço. O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os serviços de transporte de passageiros prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os réditos decorrentes da atividade de transporte da CP são reconhecidos, regra geral, na demonstração dos resultados quando o serviço é prestado, ou seja, na data do início da viagem, e em que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

Para reconhecimento dos réditos que resultam da comparticipação dos serviços de transporte de passageiros, nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado, como o Programa de apoio a redução tarifária (PART), ou as compensações de títulos com tarifa reduzida, como o passe 4_18; passe Sub 23 e passe social +, o rédito é registado quando atribuído, e quando seja provável que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

No que respeita a contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação, o reconhecimento do rédito segue o previsto na NCRF 19 – Contratos de Construção.

Assim, quando o desfecho de um contrato pode ser estimado com fiabilidade, o rendimento e os gastos associados a esse contrato de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rendimento do contrato é reconhecido proporcionalmente aos gastos suportados no âmbito do mesmo, tendo por referência a proporção de trabalho concluído (fase de acabamento do contrato). Deste modo, a utilização deste método possibilita o relato do rendimento, dos gastos, e do resultado líquido que pode ser atribuído à proporção de trabalho concluído, fornecendo informação útil sobre a extensão da atividade e o grau de cumprimento do contrato no período em análise.

Para determinação da fase de acabamento do contrato é, designadamente, tida em consideração a proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais para a execução do contrato.

Nos casos em que o desfecho de um contrato não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido apenas até ao ponto em que seja provável que os custos incorridos sejam recuperáveis, sendo os gastos reconhecidos no período em que são suportados.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito de um contrato, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização das rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto Sobre Lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

A empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 14.

Ativos e Passivos Contingentes

Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando seja provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Loações

A CP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela CP à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de maio de 2023, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Para 2024 perspetiva-se um aumento da procura e dos respetivos rendimentos de transporte de passageiros, apesar das alterações aos padrões de mobilidade, resultantes do teletrabalho e de alguma imprevisibilidade quanto à evolução do cenário económico, devido à atual conjuntura internacional.

Por via das intervenções planeadas na infraestrutura com conclusão prevista para 2024, prevê-se, nomeadamente, a reformulação do modelo produtivo da Linha do Oeste, após eletrificação até Torres Vedras e a retoma dos serviços na Linha da Beira Alta.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para serviço regional, perspetivando-se o recebimento das primeiras sete unidades no final de 2025.

Foi adjudicado no final de 2023, o concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos de Lisboa e do Porto e Serviço Regional. Perspetiva-se a entrada em vigor do contrato em 2024, após levantamento da impugnação apresentada por parte das duas empresas preteridas e obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Perspetiva-se ainda, o lançamento, em 2024, do processo de aquisição de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade.

Na sequência da operação de recomposição de capitais realizada em 2023, em conjunto com a recuperação da procura e a atribuição das devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, perspetiva-se que a empresa continue a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Inventários

A empresa compara semestralmente o valor realizável dos inventários, com o valor reconhecido nas contas da empresa, e sempre que necessário reconhece uma imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo o valor da imparidade apresentado como dedução ao ativo.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

- Materiais com aplicação em material circulante da CP
Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.
- Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

- Peças reparáveis “rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

- Restantes materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento, a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para os alienar. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de

transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e o montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados. Atualmente o valor do material circulante detido para venda está ajustado ao valor de sucata.

Fluxo de Caixa (nota 5)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao período de 2023 evidencia fluxos de caixa das atividades de investimento positivos e com um acréscimo, em cerca de 46,9 milhões de euros, que se justifica com o recebimento em dezembro de 2023 de subsídios ao investimento para ativos fixos tangíveis, relacionados com a aquisição de automotoras elétricas.

No que respeita aos fluxos de caixa das atividades operacionais, apresentam-se positivos, e com um variação de 12,3 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo. Esta situação resulta do efeito conjunto da redução dos pagamentos a fornecedores (15,1 milhões de euros) e da redução dos recebimentos de clientes (2,8 milhões de euros).

No que diz respeito às atividades de financiamento, apresentam-se com uma variação negativa de 24,5 milhões de euros. Saliencia-se o aumento de capital realizado em numerário em 2023 parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros, bem como o pagamento de juros, no decorrer do mês de março, no valor de 11,4 milhões de euros, relativos ao empréstimo obrigacionista. Ainda no período, a CP procedeu às amortizações de dívida do remanescente do empréstimo DGTf contraído no final de 2020, no valor de 15,4 milhões de euros; e do empréstimo DGTf contraído em 2022, no valor de 35 milhões de euros.

Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Caixa pequena	433 775	465 168
Depósitos bancários	113 922 832	47 940 487
Depósitos à ordem	13 922 832	
Depósitos a prazo (IGCP-CEDIC)	100 000 000	
Total	114 356 607	48 405 655

Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Caixa		
Caixa central	510	648
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	16 103	16 148
Caixa estações	397 562	428 772
Caixa MVAS	17 000	17 000
	433 775	465 168
Depósitos à ordem		
Banco Português de Investimento	1 716 370	1 537 079
Caixa Geral de Depósitos	385	554
Inst. Gestão Crédito Público	12 206 077	46 402 854
	13 922 832	47 940 487
Depósitos a prazo		
Inst. Gestão Crédito Público - CEDIC	100 000 000	-
	100 000 000	-
Total	114 356 607	48 405 655

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)

Nada a referir.

Partes Relacionadas (nota 7)

A CP realiza frequentemente operações com as suas empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2023, identifica-se no quadro seguinte as participações diretas da CP noutras empresas:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-23	31-dez-22
CP CARGA, SA *	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
SIMEF, ACE	51%	51%
NOMAD Tech	35%	35%

* conforme definido no acordo de venda da participada.

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	267 887	374 631
SAROS,Lda	2 844	2 700
ECOSAÚDE, SA	26 671	22 816
Associadas		
TIP, ACE	9 828 314	9 115 682
OTLIS, ACE	-	88 798
SIMEF, ACE	3 541 249	3 741 746
NOMAD TECH, LDA	65 343	65 916
total	13 732 308	13 412 289
Gastos		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	(842 351)	(853 384)
ECOSAÚDE, SA	(1 180 580)	(1 358 876)
Associadas		
TIP, ACE	(234 805)	(388 670)
SIMEF, ACE	(6 049 039)	(5 870 821)
NOMAD TECH, LDA	(550 894)	(506 297)
Total	(8 857 669)	(8 978 048)

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Investimento		
Subsidiárias		
ECOSAÚDE, SA	(31 500)	(30 000)
Associadas		
SIMEF, ACE	72 802	-
NOMAD TECH, LDA	1 259 838	1 450 140
Total	1 301 140	1 420 140

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativos		
Investimento		
Subsidiárias		
ECOSAÚDE, SA	142 980	174 480
Clientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	110 763	58 805
SAROS,Lda	20 374	277
ECOSAÚDE, SA	12 599	-
Associadas		
TIP, ACE	2 236 037	70 412
SIMEF, ACE	265 910	10 982
NOMAD TECH, LDA	277 460	277 460
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	(116 994)	(32 760)
ECOSAÚDE, SA	(84 465)	(3 815)
Associadas		
TIP, ACE	(467 056)	(11 979)
SIMEF, ACE	(640 931)	-
NOMAD TECH, LDA	(872 586)	(149 691)
Total Ativo + Passivo	884 091	394 171

Ativos Intangíveis (nota 8)

No final do ano 2023 a CP apresentava um ativo fixo intangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Programas de computador e sistemas de informação	1 068 102	1 068 102
Sub-total	1 068 102	1 068 102
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	308 734	333 251
Depreciação acumulada de períodos anteriores	448 677	115 426
Sub-total	757 411	448 677
Valor líquido contabilístico	310 691	619 425

Descrição	(valores em euros)							
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Fusão /Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Programas de computador	1 068 102	-	-	-	-	-	-	1 068 102
	1 068 102	-	-	-	-	-	-	1 068 102
Amortização acumulada e imparidade:								
Programas de computador	448 677	308 734	-	-	-	-	-	757 411
	448 677	308 734	-	-	-	-	-	757 411
Total	619 425	308 734	-	-	-	-	-	310 691

Os ativos intangíveis dizem respeito à aquisição de programas informáticos.

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista sempre que se justifique, em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)

No final do ano de 2023 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 377 848	102 057 767
Equipamento básico	1 543 597 836	1 528 344 710
Equipamento de transporte	3 243 063	3 243 063
Equipamento administrativo	28 774 505	28 199 678
Outros ativos fixos tangíveis	32 817 911	43 429 618
Investimentos em curso	18 005 164	11 114 571
Adiantamentos por conta de investimentos	27 004 297	10 268 507
Sub-total	1 776 354 285	1 747 191 575
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	51 327 124	54 777 674
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 391 746 526	1 333 206 712
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos	(11 565 762)	3 762 140
Perdas por imparidade do período	(111 045)	(342 412)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	2 474 210	2 816 622
Sub-total	1 433 871 053	1 394 220 736
Valor líquido contabilístico	342 483 232	352 970 839

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2023 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	ATIVOS						Fusão /Outras regularizações	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Alienações	classificados como detidos para venda	Abates	Transferências		
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	-	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 057 767	-	-	-	-	320 081	-	102 377 848
Equipamento básico	1528 344 710	285 171	-	1 476 143	(3 651 728)	17 138 272	5 268	1543 597 836
Equipamento de transporte	3 243 063	-	-	-	-	-	-	3 243 063
Equipamento administrativo	28 199 678	35 173	-	-	(99 240)	638 894	-	28 774 505
Outros ativos fixos tangíveis	43 429 618	13 127	-	-	(10 930 140)	311 818	(6 512)	32 817 912
Investimentos em curso	11 114 571	25 598 942	-	-	(299 284)	(18 409 066)	-	18 005 164
Adiantamentos por conta de investimentos	10 268 507	16 735 789	-	-	-	-	-	27 004 296
	1747 191 575	42 668 203	-	1 476 143	(14 980 392)	-	(1 244)	1776 354 285
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	57 129 711	3 127 907	-	-	-	-	-	60 257 617
Equipamento básico	1267 511 988	46 166 062	-	1 463 481	(3 650 053)	2 930	(457)	1311 523 951
Equipamento de transporte	2 980 083	58 273	-	-	-	-	-	3 038 356
Equipamento administrativo	26 904 133	653 882	-	-	(99 240)	-	-	27 458 775
Outros ativos fixos tangíveis	37220 611	1 291 000	-	-	(9 278 705)	(2 930)	(787)	29 229 189
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum.-Equipam. Básico	2 474 210	(111 045)	-	-	-	-	-	2 363 165
	1394 220 736	51 216 079	-	1 463 481	(13 027 989)	-	(1 244)	1 433 871 053
Total	352 970 839	(8 547 876)	-	12 662	(1 952 393)	-	-	342 463 232

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2023 respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R2 que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

Os valores mais significativos apresentados na coluna dos abates, referem-se à rubrica de outros equipamentos, e são regularizações efetuadas às peças de parque que foram aplicadas em vários anos no material circulante.

A 31 de dezembro de 2023 os ativos fixos tangíveis seguintes estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

Descrição	(valores em euros)	
	V.contabilístico	
Automotoras	33 387 351	
Carruagens	-	
Locomotivas	-	
Total	33 387 351	

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor valor, entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	1 792 278	1 804 940
Total	2 051 678	2 064 340

Em 2023, a CP na rubrica de equipamento básico procedeu à reabilitação de material circulante que se encontrava inoperacional o que exigiu uma reclassificado em ativo fixo tangível no montante 12 662,38 € de valor líquido contabilístico.

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferencias	Fusão /Outras regularizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	84 031	-	-	-	-	-	-	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	-	-	-	-	-	-	175 369
Equipamento básico	1 804 940	-	-	(12 662)	-	-	-	1 792 278
Total	2 064 340	-	-	(12 662)	-	-	-	2 051 678

Locações (nota 11)

Os contratos de locação em vigor são classificados como operacionais e detalham-se nos mapas seguintes:

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período 2023		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Viaturas Leaseplan	481 764	71 651	-	370 214	-	14 083	25 816	-	39 899
Viaturas Kinto-Mobility	377 459	46 286	-	316 896	-	14 221	56	-	14 277
Total	859 223	117 937	-	687 110	-	28 304	25 872	-	54 176

Os contratos identificados, dizem respeito a viaturas ligeiras de passageiros. A grande maioria dos contratos tem um período de vigência entre os 3 e os 4 anos.

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período 2023		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
automotoras	67 243 259	5 606 366	-			3 737 578	1 727 571		5 465 149

O contrato identificado respeita a automotoras e tem período de vigência até 2025.

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período 2023		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Espaço oficial (a)	18 065 234	371 329		6 197 426		371 329	1 856 644	10 025 875	12 253 848

O contrato identificado respeita a arrendamento de espaço oficial e vigorará até 2056.

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-dez-23			31-dez-22		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SAROS, SA	Investimento	400 154	-	400 154	414 211	-	414 211
FERNAVE, SA	Investimento	2 213 804	-	2 213 804	1 425 027	-	1 425 027
ECOSAÚDE, SA	Investimento	242 691	-	242 691	215 121	-	215 121
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	142 980	-	142 980	174 480	-	174 480
TIP, ACE	Investimento	650 836	-	650 836	2 055 686	-	2 055 686
SIMEF, ACE	Investimento	498 144	-	498 144	480 313	-	480 313
Nomad Tech, Lda.	Investimento	1 787 178	-	1 787 178	1 214 316	-	1 214 316
Total		5 935 787	-	5 935 787	5 979 154	-	5 979 154

Em 2023 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SAROS, SA	414 211	-	-	323 737	(337 794)	400 154
FERNAVE, SA	1 425 027	-	-	788 777	-	2 213 804
ECOSAÚDE, SA	389 601	-	-	27 570	(31 500)	385 671
TIP, ACE	2 055 686	-	-	430 447	(1 835 297)	650 836
SIMEF, ACE	480 313	-	-	498 111	(480 280)	498 144
Nomad Tech, Lda.	1 214 316	-	-	572 862	-	1 787 178
Sub-total	5 979 154	-	-	2 641 504	(2 684 871)	5 935 787
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	5 979 154	-	-	2 641 504	(2 684 871)	5 935 787

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, apresentam-se resultados positivos na totalidade das empresas do grupo, o decréscimo da rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração da distribuição de dividendos da TIP, Saros e Simef, e amortização ocorrida do empréstimo da Ecosaúde.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SAROS, SA	100	31-dez-23	508 166	108 012	400 154	483 457	323 737
FERNAVE, SA	100	31-dez-23	2 838 286	624 482	2 213 804	2 045 868	788 777
ECOSAÚDE, SA	100	31-dez-23	852 207	609 517	242 690	2 745 812	27 570
SIMEF, ACE	51	31-dez-23	11 961 289	10 984 536	976 753	14 046 204	976 753
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-23	16 305 950	11 199 728	5 106 222	3 490 735	334 909
TIP, ACE	33	31-dez-23	27 866 461	25 913 757	1 952 704	8 480 986	1 374 488

Outros Investimentos Financeiros (nota 13)

A CP detém participações em diferentes entidades que não controla e que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas por imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Método	(valores em euros)					
		31-dez-23			31-dez-22		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	4 000 000	(4 000 000)	-	2 000 000	(2 000 000)	-
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	-	-	-	-	-	-
		32 492 623	(4 726 889)	27 765 734	30 492 623	(2 726 889)	27 765 734

A *Eurofima* é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A *Eurofima* foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários Estados Membros Europeus signatários. Os estatutos da *Eurofima* determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados Membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da *Eurofima* corresponde à subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da *Eurofima*, apenas realizaram 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2023 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	2 000 000	2 000 000	-	-	-	4 000 000
	30 492 623	2 000 000	-	-	-	32 492 623
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
Centro de Competências Ferroviário	(2 000 000)	(2 000 000)	-	-	-	(4 000 000)
	(2 726 889)	(2 000 000)	-	-	-	(4 726 889)
Total	27 765 734	-	-	-	-	27 765 734

Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaude - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera significativamente a forma de financiamento do serviço público de transporte, e o mesmo ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2020, só em 2022, a CP recebe a totalidade dos valores fixados para a componente de acerto/reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2020, ficando em falta uma parcela da componente de reposição do reequilíbrio financeiro desse mesmo ano, no valor de 1,1 milhões de euros, a qual foi entretanto recebida já em 2023. No final de dezembro de 2022, a CP aguardava o acerto final relativo as compensações pelo cumprimento das OSP de 2021 e de 2022.

Durante o exercício de 2023, a CP registou os seguintes acertos em rendimento relacionados com as OSP:

- (i) o valor do acerto de reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2021, no valor de 45,9 milhões de euros, recebido no decorrer do exercício;
- (ii) o acerto a receber da componente de reposição do reequilíbrio financeiro das obrigações de serviço público (OSP) de 2021, no valor de 12,2 milhões de euros, para a qual já se obteve aprovação;
- (iii) o acerto a receber da reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2022, no valor de 7,1 milhões de euros, para a qual já se obteve aprovação;

- (iv) O acerto a devolver da reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2023, no valor de 33,8 milhões de euros, para o qual foi emitido em 2024 o respetivo documento fiscal.

Na data de assinatura do presente relatório, e no que respeita a exercícios anteriores, aguarda-se a aprovação por parte da IGF do valor referente à componente de reposição do reequilíbrio financeiro pelo cumprimento das OSP de 2022 que irá finalizar o acerto final desse exercício.

Se os acertos de compensação reconhecidos nas contas de 2023, referentes a 2021 (58,1 milhões de euros) e a 2022 (7,1 milhões de euros), tivessem sido integralmente reconhecidos nos anos a que respeitam, o resultado líquido do exercício de 2023 seria negativo em 59 milhões de euros (e com resultado fiscal negativo, em cerca de 53 milhões de euros). A mesma situação se verifica na informação comparativa de 2022, com resultado líquido também negativo.

(valores em euros)

	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Resultado líquido contabilístico	3.551.873	9.180.924
Resultado líquido contabilístico (antes de impostos)	6.194.509	9.745.880
Acerto reconhecido em 2022, mas relacionado com as OSP de 2020 -Reequilíbrio financeiro		-17.740.165
Acerto reconhecido em 2023, mas relacionado com as OSP de 2021 -Acerto de reconciliação	-45.938.157	
Acerto reconhecido em 2023, mas relacionado com as OSP de 2021 -Reequilíbrio financeiro	-12.162.590	
Acerto reconhecido em 2023, mas relacionado com as OSP de 2022 -Acerto de reconciliação	-7.125.253	7.125.253
Resultado líquido contabilístico (antes de impostos) ajustado	-59.031.491	-869.032

Face ao acima exposto e considerando que, no atual contexto, existe uma incerteza significativa quanto à estabilidade dos resultados futuros, que advém, essencialmente, da determinação das compensações financeiras que cabem à CP e dos eventuais efeitos das opções de financiamento que vierem a ser seguidas, a CP entende que não se afigura prudente proceder ao registo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais dedutíveis. Razão pela qual entende também não registar qualquer imposto diferido, ativo ou passivo, pese embora existam diferenças temporariamente tributáveis/dedutíveis.

Conforme consta no quadro abaixo, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP até 2023 passa de 315,2 milhões de euros para 322,2 milhões de euros, os quais podem ser utilizados, de acordo com a legislação atual, sem qualquer limite temporal.

(valores em euros)

	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2023	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2022
CP	335 132 524	352 385 100
Grupo	322 230 943	315 236 854

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto individual da CP nos exercícios de 2022 a 2023 é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2023	2022
Resultado Antes Imposto	6 194 509	9 745 660
Imposto Esperado	(2 642 636)	(564 736)
Diferenças Permanentes	19 451 561	(6 356 537)
Resultado tributável	23 003 434	2 824 387
Prejuízos Fiscais Deduzidos	(17 252 576)	(2 259 510)
Materia Coletável	5.750.858	564.877
Taxa Nominal de Imposto	21,0%	21,0%
Coleta	2 162 852	158 356
Derrama municipal	339 220	41 739
Tributação Autónoma	140 564	131 351
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	-	233 290
Imposto sobre o rendimento	2 642 636	564 736
Taxa Efetiva de Imposto	42,7%	5,8%

Inventários (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Mercadorias	128 988	129 591
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57 432 219	56 420 971
Produtos acabados e intermedios*	4 523 358	4 621 213
Produtos e trabalhos em curso	3 267 765	3 460 092
Adiantamentos por conta de compras	532 962	-
	65 885 292	64 631 867
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(2 068 445)	(2 071 014)
Imparidades de períodos anteriores	(20 052 341)	(17 981 327)
	(22 120 786)	(20 052 341)
Valor líquido contabilístico	43 764 506	44 579 526

*fabricos internos e rotaveis

O valor bruto dos inventários registou um acréscimo de 1,3 milhões de euros face a 2022, destacando-se as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo com 1 milhão e os adiantamentos

por conta de compras com 0,5 milhões. As outras rubricas apresentaram variações mínimas em sentido inverso.

Os constrangimentos externos seguiram a mesma tendência do período anterior, nomeadamente a evolução dos preços resultantes da conjuntura internacional o que por si só implica o incremento do valor dos inventários. Outro fator que justifica o acréscimo é a definição da consistência das intervenções estimadas com uma taxa de substituição superior à efetivamente consumada. Por outro lado, está também diretamente relacionado com a décalage entre o início dos projetos de reparação/modernização, e a chegada efetiva dos materiais, em que alguns ficam impossibilitados de serem usados nas intervenções planeadas, não ficando, no entanto, comprometida, em ambas as situações a sua utilização em futuras intervenções.

A empresa realiza semestral o controlo do valor dos inventários para aferir a necessidade do ajustamento do seu montante. Em caso de necessidade, são constituídas imparidades.

Relativamente às imparidades de inventários mantiveram-se basicamente os critérios que tem vindo a ser seguidos nos últimos períodos, os quais estão detalhados na nota 4.

Através da aplicação desses critérios, foi reconhecida, no período de 2023, uma perda por imparidade de cerca de 2,1 milhões de euros, há semelhança do que havia acontecido no ano anterior. Para aquele reforço contribuíram por um lado perdas por imparidade registadas em gastos no montante de 2,7 milhões de euros parcialmente compensadas com a reversão de perdas por imparidade no montante 0,6 milhões de euros registadas em rendimentos do exercício, como demonstra o quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	19 217 441	2 407 973	(481 135)	-	21 144 279
Produtos acabados e intermédios	834 900	246 790	(105 183)	-	976 507
Fabricos	350 434	27 306	(643)	-	377 097
Rotaveis	484 466	219 484	(104 540)	-	599 410
Total	20 052 341	2 654 763	(586 318)	-	22 120 786

Clientes (nota 16)

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Gerais	11 678 118	10 476 138
Empresas associadas	2 236 037	70 412
Empreendimentos conjuntos	105 892	(37 404)
Outras partes relacionadas	-	-
Clientes cauções	-	-
Clientes - perdas imparidade acumuladas	6 173 943	5 541 231
Sub-total	20 193 990	16 050 377
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(632 712)	(51 868)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(5 541 231)	(5 489 363)
Sub-total	(6 173 943)	(5 541 231)
Valor líquido contabilístico	14 020 047	10 509 146

A rubrica de clientes apresenta um incremento em 2023 que se deve essencialmente às empresas associadas, com pagamentos regularizados no decorrer do 1º trimestre de 2024.

A variação das imparidades constituídas é evidenciada no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Perdas		Utilizações		Reversões	Saldo final
		Regulares	Incobráveis	Regulares	Incobráveis		
		(valores em euros)					
Perdas por imparidade							
Clientes gerais	5 541 231	696 605	-	-	-	63 893	6 237 836
Total	5 541 231	696 605	-	-	-	63 893	6 237 836

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

Descrição	(valores em euros)				
	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Clientes gerais	9 086 913	710 349	1 246 262	634 594	11 678 118
Empresas associadas	2 235 756	99	82	100	2 236 037
Empreendimentos conjuntos	106 101	-	(209)	-	105 892
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-
Total	11 428 770	710 448	1 246 135	634 694	14 020 047

Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	249 745	240 388
Pagamento especial por conta	136 470	167 451
Imposto retido na fonte	56 140	52 033
Imposto retido na fonte-Dependente	57 135	20 904
IVA	11 411 360	9 960 015
IVA a recuperar	11 411 360	9 960 015
Outros Impostos	328 221	347 443
Contribuições Seg Social CNP	328 221	337 245
DGI-FCT	-	10 198
Total	11.989.326	10.547.846
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	2 654 578	586 082
Imposto sobre o rendimento	2 642 636	564 736
Retenções de imposto sobre o rendimento	11 942	21 346
IVA		
IVA a pagar		
Outros Impostos	-	58
Contribuição p/Seg. Social	-	58
Outras Tributações		-
Total	2 654 578	586 140

Em 2023 o acréscimo do IVA na rubrica "iva a recuperar" decorreu da aceitação e consequente contabilização de faturas por uso da infraestrutura ferroviária referentes ao período de agosto a dezembro e de faturas de energia para tração.

Quanto ao passivo o aumento da rubrica de imposto sobre o rendimento decorreu essencialmente do cálculo da estimativa do imposto do corrente ano em linha com os resultados do período.

Outros Créditos a Receber (nota 18)

A rubrica de outros créditos a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	189 103	178 645
Fornecedores c/c - saldos devedores	33 452	202 596
Outros devedores - pessoal	102 353	173 915
D. diversos - c/c	3 984 638	4 196 031
D. diversos - cobrança duvidosa	4 846 597	5 760 143
C. diversos - saldos devedores	232 363	193 768
C. div.-dep. cauções prestadas	228 028	228 028
C. div.-IVA-operações a regularizar	191 716	2 962
D/C. - div. - faturação a emitir	(192)	(122)
C. div.-ODC-cartão galp frota/via verde	(230)	(2 355)
ODC - unidades de negócio/outros	44 347	(13 340)
Devedores por acréscimos de receitas	32 198 537	9 020 450
Sub-total	42 267 473	20 132 411
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - out. div. terceiros	913 546	65 953
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	(5 760 143)	(5 826 096)
Sub-total	(4 846 597)	(5 760 143)
Valor líquido contabilístico	37 420 876	14 372 268

Em 2023, a rubrica de outros créditos a receber apresenta um aumento face ao período homólogo na ordem dos 23 milhões de euros.

Esta variação é explicada pela especialização de rendimentos no valor de 19,3 milhões de euros, para os quais a CP aguarda ser ressarcida, relacionada:

- (i) com o valor de compensação do reequilíbrio financeiro das obrigações de serviço público de 2021, no valor de 12,2 milhões de euros, para as quais a CP já obteve a validação por parte da IGF e respetiva homologação por Despacho da Secretaria de Estado; e com
- (ii) o acerto de reconciliação das obrigações de serviço público de 2022, no valor de 7,1 milhões de euros, montante que foi validado pelo IMT.

A contribuir também para esta variação, de referir a liquidação de uma dívida de anos anteriores de 1 milhão de euros que reduziu, substancialmente, a imparidade acumulada.

Descrição	Saldo inicial	Perdas	(valores em euros)				Saldo final
			Utilização		Reversões		
			Regulares	Incobráveis	Regulares	Incobráveis	
Perdas por imparidade							
Outras dívidas de terceiros	5 760 143	-	-	(5)	(913 541)	-	4 846 597
Total	5 760 143	-	-	(5)	(913 541)	-	4 846 597

Diferimentos (nota 19)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	3 141 481	1 150 279
Total	3 141 481	1 150 279
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	641 044	475 638
Total	641 044	475 638

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos gastos a reconhecer no período, onde se incluem os diversos prémios de seguro faturados e pagos, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica referem-se aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, de multiriscos e de responsabilidade civil.

Em 2023, o principal incremento, deve-se ao aumento de cerca 2 milhões de euros nos gastos a reconhecer com contratos informáticos, tais como aquisição e renovação de software, licenciamentos e plataformas informáticas.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e de reparação de material circulante, mais concretamente, a faturação por conta de trabalhos a realizar e a ser emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

Capital Subscrito (nota 20)

Capital Realizado

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado Português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por Despachos Conjuntos das Tutelas Financeira e Setorial, aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do ano de 2023 foi determinado, por Despacho Conjunto dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, datado de 9 de outubro de 2023, atribuir à CP as devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário que se concretizou da seguinte forma:

- (i) aumentar o capital estatutário da CP, em 2.099.740.964,99 euros, mediante a conversão de créditos de capital e juros, detidos pelo Estado através da DGTf, correspondente a 1.919.301.571,5 euros e mediante a entrega em numerário do montante de 180.439.393,49 euros, dos quais 70% aguardam a realização até 31 dezembro de 2024.
- (ii) Utilizar a reserva de saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do decreto-lei nº 361/85, de 5 de setembro, no valor de 91.357.368 euros, para cobertura de resultados transitados negativos.
- (iii) Reduzir o capital para cobertura do remanescente de resultados transitados negativos, no valor de 5.846.594.636 euros, fixando o capital estatutário em 212.635.680,46 euros.

A empresa apresenta com referência a 31 de dezembro de 2023 um capital estatutário de 212.635.680,46 euros, parcialmente realizado pelo Estado Português.

Capital Não Realizado

Do capital estatutário no montante de 212.635.680,46 euros, encontra-se por realizar até 31 de dezembro de 2024, o montante de 126.307.573,57 euros.

Reservas Legais (nota 21)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-Lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada ano. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos do ano.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 22)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 23)

Nesta rubrica, encontram-se registadas as seguintes operações:

- Transferência dos resultados líquidos dos anos anteriores para resultados transitados;
- Transferência da reserva de saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do decreto-lei nº 361/85, de 5 de setembro, para cobertura de resultados transitados negativos, no valor de 91.357.368 euros;
- Operação de redução do capital para cobertura do remanescente de resultados transitados negativos, no valor de 5.846.594.636 euros;
- Por a empresa ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, encontra-se registado nesta rubrica o saldo de excedentes de revalorização, sendo explicada, de seguida, a forma como se procedeu à reavaliação dos ativos.

Material Circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as depreciações correspondentes ao ano de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04, quer aos valores do ativo fixo tangível, quer às respetivas depreciações acumuladas.

No ano de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível registado na rubrica de equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

No ano de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contabilizados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esta reavaliação livre permitiu que os

ativos fossem valorizados ao preço de mercado, com as respetivas depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Subsídios	135 844 656	81 575 076
Saneamento financeiro	-	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	135 977 296	173 065 084

Em 2023, por Despacho Conjunto datado de 9 de outubro de 2023, foi estipulada a transferência da reserva de saneamento financeiro, para cobertura de resultados transitados negativos.

Esta reserva de saneamento financeiro refletia o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do ano, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Fundo Ambiental _ Aqui. 117 Aut elec, 12 Auto. BiModo e 10 Elec	73 163 089	11 056 145
Subsídios PIDDAC	25 786 960	29 236 744
Subsídios FEDER	35 355 171	39 610 142
Subsídios IGCP	1 311 721	1 444 330
Outros subsídios (inclui CEF)	227 715	227 715
Total	135 844 656	81 575 076

Provisões (nota 25)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

	(valores em euros)				
Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 958 029	-	-	(80 588)	1 877 441
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	6 223 754	-	(658 914)	(271 137)	5 293 703
Acidentes ferroviários	2 446 591	-	-	(65 358)	2 381 233
Outras	1 909 941	1 653 686	-	(975 157)	2 588 470
Total	12 538 315	1 653 686	(658 914)	(1 392 240)	12 140 847

Verificou-se uma ligeira redução das provisões face a 2022 de 397 mil euros, em resultado da diminuição da rubrica de acidentes de trabalho e doenças profissionais em 930 mil euros, compensado em sentido inverso, pelo acréscimo da rubrica de outros em 679 mil euros.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2023, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (Fidelidade).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 4,0%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: Pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2023.

Financiamentos Obtidos (nota 26)

No final do ano de 2023 o total da dívida da empresa teve uma redução significativa em relação ao ano anterior, com a amortização da totalidade dos empréstimos com o Estado e a redução do empréstimo obrigacionista.

Assim, a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Não corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos por obrigações	155 500 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(2 872 105)	(4 158 316)
Outros financiadores	-	1 000 000
Total	152 627 896	196 841 684
Corrente		
Financiamentos obtidos		
Outros financiadores	50 000 000	1 913 349 168
Total	50 000 000	1 913 349 168
Total financiamentos	202 627 896	2 110 190 852

O total da rubrica de financiamentos apresenta uma redução de 1,908 mil milhões de euros que se deve essencialmente à conversão em espécie de créditos em aumento de capital que ocorreu em outubro de 2023, conforme detalhe constante da nota 20, a que se junta a operação de recompra de obrigações autorizada pela Tutela.

Em cumprimento do Despacho, foi efetuada a conversão em espécie de créditos de dívida e de juros no montante de 1,919 mil milhões de euros (1,814 mil milhões de euros de capital e 105,3 milhões de juros), mantendo-se o empréstimo Eurofima de 50 milhões de euros, cujo vencimento foi prorrogado por mais um ano até 28/07/2024.

No que respeita ao empréstimo Obrigacionista, o aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

Ainda no período, foi amortizado o remanescente do empréstimo DGTF contraído no final de 2020, no valor de 15,4 milhões de euros, e o empréstimo DGTF contraído em 2022, no valor de 35 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, reflete o anteriormente referido, invertendo a relação dominante em 2022 do peso da dívida de curto prazo em relação ao peso da dívida de médio e longo prazo, como se constata no seguinte quadro.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Financiamentos obtidos		
Empréstimos por obrigações		
A mais de 5 anos	155 500 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(2 872 105)	(4 158 316)
Outros financiadores		
Até 1 ano	50 000 000	1 913 349 168
De 1 a 5 anos		1 000 000
A mais de 5 anos		
Total	202 627 896	2 110 190 852

À data de 31 de dezembro de 2023, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como se segue:

Descrição	(valores em euros)					
	2024	2025	2026	2027	2028 e seguintes	Total
Financiamentos obtidos						
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	155 500 000	155 500 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-	-	-	(2 872 105)	(2 872 105)
Outros financiadores	50 000 000	-	-	-	-	50 000 000
Total	50 000 000	-	-	-	152 627 896	202 627 896

Outras Dívidas a Pagar (nota 27)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Corrente		
Fornecedores de investimentos	1 019 629	173 020
Credores por subscrições não liberadas	44 924 406	42 246 370
Outros credores	2 988 194	2 388 857
Credores por acréscimo de gastos	84 728 570	130 240 537
Pessoal	57 977	120 271
Adiantamentos de clientes	54 686	56 640
Total	133 773 462	175 225 695

Esta rubrica apresenta um decréscimo de 41,4 milhões de euros originada pela redução do saldo de credores por acréscimo de gastos em 45,5 milhões de euros, pelo efeito conjugado da:

- (i) redução por via da conversão em espécie para capital dos juros especializados com a DGTf (de 2017 até 2022); e
- (ii) acréscimo pela contabilização do acerto de compensação financeira a devolver pela CP, relacionado com as obrigações de serviço público de 2023.

Ainda a referir um ligeiro aumento de 846 mil euros no saldo dos fornecedores de investimento em resultado da faturação, ainda por pagar a 31 de dezembro de 2023, relativa a investimentos diversos com equipamentos oficiais e de aplicação em material circulante.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada *Eurofima* conforme já identificado na nota 13.

Fornecedores (nota 28)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Fornecedores c/c		
Gerais	13 500 378	7 600 022
Empresas subsidiárias	116 994	32 761
Empresas associadas	467 056	11 979
Outras partes relacionadas	7 513	6 966
Retenção de garantia	26 891	31 834
Facturas em receção e conferência	913 752	7 149 302
	15 032 585	14 832 864

Verifica-se um ligeiro aumento nesta rubrica de 200 mil euros, inexpressivo face ao ano transato. De referir um acréscimo no saldo das empresas associadas (TIP), que se deve a faturas contabilizadas, em dezembro de 2023, do produto Andante, e já pagas em fevereiro de 2024.

Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Vendas e Serviços prestados		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos em vendas	247 359 857	255 725 458
Manutenção e aluguer de material circulante	16 433 471	15 301 076
Outros Serviços	3 822 053	4 067 450
Total	267 615 381	275 093 984

Esta rubrica apresenta uma quebra de 7,5 milhões de euros, fruto essencialmente do decréscimo dos rendimentos associados ao transporte de passageiros, justificado, em grande medida, pelo impacto dos conflitos laborais ocorridos durante o exercício.

Por seu turno verificou-se um ligeiro aumento de 1,1 milhões de euros nos rendimentos relacionados com a manutenção e aluguer de material circulante.

No que respeita a valores cujo reconhecimento não é certo, salienta-se a compensação extraordinária apresentada pela AMP em nome da CP no âmbito do Despacho n.º 5387/2023 (extra PART) para o exercício de 2023. O relatório, já conhecido do IMT, de Avaliação da disponibilização

de verbas extraordinárias para o 1º e 2º trimestre de 2023, considerou a CP elegível. Aguarda-se a decisão relativamente ao 3º e 4º trimestres, com valor total estimado para o período em análise de 2.258.262 euros.

Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos anos de 2023 e 2022:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Subsídios diversos		
Contrato de serviço público	157 884 853	116 203 550
Referente a OSP de 2023		
Comparticipação do exercício (adiantamento)	126 459 441	98 463 385
Devolução da compensação 2023	(33 800 588)	
	92 658 853	98 463 385
Referente a OSP de anos anteriores		
Compensação OSP 2020 - reequilíbrio financeiro	-	17 740 165
Compensação OSP 2021 - Acerto de reconciliação	45 938 157	-
Compensação OSP 2021 - reequilíbrio financeiro	12 162 590	
Compensação OSP 2022 - Acerto de reconciliação	7 125 253	-
	65 226 000	17 740 165
Total	157 884 853	116 203 550

O contrato de serviço público (CSP), assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

No que respeita aos duodécimos/adiantamentos concedidos a título de compensação pelas obrigações de serviço público (OSP) de 2023, os mesmos encontram-se ajustados pela compensação a devolver de 33,8 milhões de euros do ano de 2023, a qual foi concretizada com a emissão de nota de crédito em maio de 2024.

Este acerto foi apurado como a melhor estimativa por aplicação direta da metodologia e fórmula de cálculo previstas, respetivamente, no Anexo V e na cláusula 5ª do CSP, montante que nos termos do mesmo contrato será ainda objeto de validação por parte do gestor do contrato.

Dos acertos de compensação de OSP de 2021 e 2022 que foram aprovados no decorrer de 2023, a CP aguarda ainda o recebimento de 19,3 milhões de euros, relacionados com o acerto de reequilíbrio do ano de 2021, e com o acerto de reconciliação do ano de 2022.

Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(34 311)
Outros	-	(729)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	2 641 504	1 981 807
Outros	36 000	208 798
Total	2 677 504	2 155 565

O aumento verificado nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados individuais das suas participadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida naquelas entidades.

O decréscimo que se verifica na rubrica “Outros” diz respeito aos dividendos distribuídos pelas entidades cuja participação se encontra registada pelo custo de aquisição.

Variação da Produção (nota 32)

	(valores em euros)	
	2023	2022
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	4 523 359	4 621 214
Fabricos internos	663 762	680 371
Reparação de Rotáveis	3 859 597	3 940 843
Produtos e trabalhos em curso	3 267 765	3 460 092
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	(2 035 639)	(418 308)
Fabricos internos	-	-
Reparação de Rotáveis	(2 035 639)	(418 308)
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	4 621 214	3 826 472
Fabricos internos	680 371	698 786
Reparação de Rotáveis	3 940 843	3 127 686
Produtos e trabalhos em curso	3 460 092	2 577 525
	1745 457	2 095 617

Esta rubrica apresenta uma variação negativa de 0,4 milhões de euros face ao período homólogo, em resultado da diminuição ligeira do trabalho em curso a decorrer nas intervenções de manutenção e reparação no material circulante, nos rotáveis em reparação e nos fabricos internos produzidos.

Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 33)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Ativos fixos tangíveis	15 909 557	12 992 032
Total	15 909 557	12 992 032

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Mercadorias	(17 415)	(9 009)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(35 260 598)	(32 934 523)
Total	(35 278 013)	(32 943 532)

Verificou-se um aumento de 2,3 milhões de euros face ao período homólogo. Para este incremento contribuíram essencialmente o consumo de matérias-primas destinadas à atividade de manutenção e reparação com um acréscimo de cerca de 4,3 milhões de euros, compensado parcialmente pela diminuição do consumo de combustível na ordem dos 1,8 milhões de euros.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(2 230 920)	(2 181 565)
Limpeza material circulante	(3 446 349)	(3 498 267)
Serviços adicionais e auxiliares	(4 244 546)	(4 265 930)
Serviços restauração	(3 358 321)	(1 051 589)
Outros subcontratos	(9 155 010)	(9 321 808)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(2 137 878)	(2 967 479)
Trabalhos especializados	(5 156 063)	(4 136 721)
Vigilância e segurança	(5 785 360)	(4 702 554)
Outros serviços especializados	(1 795 115)	(1 579 145)
Materiais	(1 021 462)	(949 998)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(30 810 832)	(47 667 010)
Combustíveis	(289 644)	(327 897)
Água	(149 892)	(170 221)
Outros:		
Deslocações, estadas e transportes	(916 992)	(885 486)
Cont ^o CP/ACE (EMEF/Siemens)	(5 626 231)	(5 638 870)
Taxa uso infraestrutura	(54 145 417)	(56 503 025)
Outras rendas e alugueres	(14 557 915)	(13 057 579)
Comunicação	(718 549)	(761 494)
Seguros	(538 473)	(569 396)
Outros serviços	(568 246)	(433 353)
Total	(146 653 215)	(160 669 387)

Em 2023, verificou-se uma redução na rubrica de fornecimentos e serviços externos no valor de 14 milhões de euros, contribuindo para este facto a redução bastante significativa, na ordem dos 16,6 milhões de euros, dos gastos com electricidade para tração, em resultado da variação favorável das tarifas de energia, facto que não ocorreu no período comparativo.

Em sentido contrário registou-se um aumento de gastos com o serviço de restauração em 2,3 milhões de euros e na vigilância e segurança em 1,1 milhões de euros.

Gastos com Pessoal (nota 36)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	(560 949)	(467 607)
Remunerações do pessoal	(125 230 036)	(118 010 399)
Indemnizações	(277 959)	(234 577)
Encargos sobre remunerações	(27 656 346)	(26 419 056)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(3 843 668)	(3 341 488)
Gastos de acção social	(445 802)	(228 092)
Outros gastos com o pessoal	(2 533 345)	(2 538 060)
Total	(160 548 105)	(151 239 279)

Verifica-se um agravamento de 9,3 milhões de euros, que resulta essencialmente do acréscimo da retribuição salarial efetuada aos trabalhadores, com efeitos a janeiro de 2023, registando-se igualmente uma atualização adicional de determinados abonos como sejam os prémios de produtividade diário, deslocações e ajudas de custo, prémios de condução e revisão, que produziram os seus efeitos em maio de 2023.

O quadro seguinte apresenta o detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional:

Descrição	31-dez-23	31-dez-22
Órgãos sociais *	8	8
Directores/chefias superiores	443	423
Quadros superiores	413	389
Quadros médios	30	34
Chefias intermédias	309	314
Profissionais altamente qualificados	2 893	2 932
Profissionais semi-qualificados	73	65
Profissionais não-qualificados	9	8
Total	3 735	3 750

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Perdas		
Em investimentos financeiros	(2 000 000)	-
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	-	260 972
Total	(2 000 000)	260 972

Em 2023 foi registada uma imparidade no montante de 2 milhões de euros relacionada com a participação financeira no Centro de Competências Ferroviário.

No que diz respeito às imparidades relativas a ativos não correntes detidos para venda, não se verificou qualquer alteração, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)				
	saldo inicial	adições	reversões	transferências	saldo final
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	2 726 409	-	-	-	2 726 409
Total	2 730 306	-	-	-	2 730 306

Outros Rendimentos (nota 38)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Rendimentos suplementares	9 219 206	8 625 129
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 210	1 930
Ganhos em inventários	31 243	45 350
Restantes ativos financeiros	1 533 192	2 319 184
Investimentos não financeiros	-	2 957
Outros	15 321 419	19 518 474
Total	26 107 270	30 513 024

Verificou-se uma diminuição de cerca de 4,4 milhões de euros face ao ano de 2022, para a qual contribuíram as seguintes rubricas:

- Na rubrica Restantes ativos financeiros, observa-se um decréscimo de 0,8 milhões de euros resultante da evolução cambial associada à avaliação da participação da Eurofima;
- Na rubrica Outros registou-se igualmente um substancial decréscimo no montante de 4,2 milhões de euros, destacando-se a redução de 2,2 milhões de euros derivado das regularizações de exercícios anteriores relativas ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), bem como nas imputações de subsídios ao investimentos em 0,9 milhões de euros e nas penalidades contratuais de 0,8 milhões de euros.
- Na rubrica de Rendimentos Suplementares, em sentido inverso, registou-se um aumento na ordem dos 0,6 milhões de euros, justificado em grande medida pela faturação à Infraestruturas de Portugal do custo suportado com o transbordo rodoviário ao abrigo do protocolo que regula os procedimentos de condicionamento da circulação ferroviária por intervenções efetuadas na via.

Outros Gastos (nota 39)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Impostos	(219 218)	(210 960)
Dívidas Incobráveis	(4 553)	(143 385)
Perdas em inventários	(7 005)	(230 044)
Investimentos não financeiros	(1 952 393)	(615 282)
Outros	(14 707 921)	(8 458 695)
Total	(16 891 090)	(9 658 366)

Para o aumento registado de 7,2 milhões de euros contribuiu o acréscimo verificado na rubrica Outros (6,2 milhões de euros).

Esta variação deve-se essencialmente ao impacto conjunto da liquidação das ordens de manutenção associadas a intervenções nos rotáveis, das despesas de eletricidade relativas ao período compreendido entre julho e outubro de 2022, e da contabilização do valor das penalidades contratuais associadas ao CSP referente aos anos de 2022 e 2023.

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(51 342 373)	(54 962 950)
Ativos intangíveis	(308 734)	(333 251)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	15 249	185 276
Total	(51 635 858)	(55 110 925)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	111 045	342 412
Total	111 045	342 412

O valor registado em 2023 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Juros obtidos	51 581	14 375
Total	51 581	14 375

Nesta rubrica, são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos concedidos a empresas participadas.

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)

No final do ano de 2023 a rubrica de juros a pagar e despesas similares apresenta os seguintes montantes:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Juros suportados	(44 080 838)	(17 790 954)
Outros gastos e perdas	(6 771 958)	(1 100 694)
Total	(50 852 796)	(18 891 648)

A rubrica de juros e gastos similares suportados pela CP durante o exercício de 2023 sofreu um acréscimo de 32 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

Este acréscimo deve-se sobretudo à variação de 26,3 milhões de euros nos juros suportados, por ter sido aprovado pelo Despacho n.º 174/2023-SET, de 9 de maio e Despacho n.º 130/2023-MF, de 6 de junho a prorrogação para 31 dezembro de 2023 das prestações do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pelo Estado à CP (vencidas em 2022 e a vencer em 2023), as quais ficariam sujeitas a juros remuneratórios, condições que não se aplicavam no ano anterior.

Em 2022, por Despacho n.º 1138/2021-SET de 7 dezembro, as prestações vencidas de 2021 relacionadas com o serviço da dívida foram igualmente prorrogadas para 31 de dezembro de 2022, mas sem qualquer acréscimo de juro.

No que respeita aos outros gastos com encargos financeiros de 2023, de referir o acréscimo de 5,7 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior, cujo maior contributo foi resultado do pagamento do prémio de recompra dos 44,5 milhões de euros de títulos de obrigações emitidas pela CP (Despacho SEO n.º 1143/2023 de 05/12/2023).

Garantias e Avals (nota 44)

Garantias e avals prestados pela CP a terceiros, empresas do grupo e associadas:

(valores em euros)

Empresa	Valor
Garantias prestadas pela CP a terceiros	2 881 796

Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 45)

Após a data de balanço destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Pela RCM n.º 5/2024 de 5 de janeiro de 2024, foi aprovada a realização da despesa relativa às compensações financeiras a pagar pelo Estado à CP, incluindo os valores máximos de acertos de compensações financeiras de obrigações de serviço público (OSP) relativas aos anos de 2021 e 2022.
- Por despacho n.º 197/2024 de Sua Ex.^a o Secretário de Estado do Tesouro, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do DL n.º 276/2007, de 31 de julho, foi homologado o relatório de auditoria da IGF referente ao acerto de reequilíbrio do contrato pela compensação financeira das OSP de 2021. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por ofício n.º S/24/17509 do Instituto da Mobilidade dos Transportes, de 21 de março, foi validado pelo IMT o acerto de reconciliação da compensação financeira das OSP de 2022. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por diploma n.º 86_2024 de 25.03.2024 do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas, foram aprovados os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas dos exercício de 2016 a 2021.
- Não temos conhecimento de qualquer outra situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Proposta de Aplicação de Resultados (nota 46)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do ano, lucro de 3.551.873 euros, sejam aplicados da seguinte forma:

- (i) 3.374.279 euros transferidos para a conta de resultados transitados; e
- (ii) 177.594 euros para constituição de reserva legal

15.

Relatório de Auditoria





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 729.547.538 euros e um total de capital próprio de 362.677.126 euros, incluindo um resultado líquido de 3.551.873 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado na nota 20 do anexo às demonstrações financeiras, o Estado deliberou proceder a um aumento de capital estatutário no montante de 2.099.740.965 euros, grande parte através da conversão de créditos de capital e de juros no montante de 1.919.301.572 euros e o restante através de entrada em numerário no montante de 180.439.393 euros (parcialmente realizado). Adicionalmente, deliberou a cobertura da totalidade dos resultados transitados negativos, 5.937.952.004 euros, através da redução do capital, bem como da utilização da reserva de saneamento financeiro no montante de 91.357.368 euros. Como resultado desta deliberação, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. apresentou capitais próprios positivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, estando ainda por realizar, em numerário, o montante de 126.307.574 euros.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Conforme divulgado nas notas 14 e 30 do anexo às demonstrações financeiras, o resultado líquido do exercício findo em 2023 reflete os acertos às compensações financeiras resultantes do cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público referentes a 2021, 2022 e 2023 e que, dadas as incertezas quanto ao seu montante, a Entidade só registou em 2023: (i) em sentido favorável, os acertos às compensações financeiras dos exercícios de 2021 e 2022, no montante de 45.938.157 euros e 7.125.253 euros, respetivamente, bem como a compensação relativa à reposição do equilíbrio contratual respeitante ao exercício de 2021, no montante de 12.162.590 euros; e (ii) em sentido desfavorável, o acerto das compensações do próprio exercício de 2023, recebidas em excesso, no montante de 33.800.588 euros, o qual ainda se encontrava a aguardar a validação do Gestor do Contrato.

O Relatório e Contas de 2022 da Entidade ainda não foi aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira, conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Lisboa, 17 de maio de 2024

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

Maria Filomena Neves Marques

Maria Filomena Neves Marques, ROC n° 1201
Registada na CMVM com o n° 20160812



16.

Certificação Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* (a Entidade ou CP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 729.547.538 euros e um total de capital próprio de 362.677.126 euros, incluindo um resultado líquido de 3.551.873 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme divulgado na nota 20 do anexo, no decorrer de 2023, o Estado deliberou proceder a um aumento de capital estatutário em 2.099.740.965 euros, a realizar em espécie, mediante a conversão de créditos de capital e juros por si detidos (1.919.301.572 euros), e em numerário (180.439.393 euros). Para cobertura da totalidade dos resultados transitados negativos (5.937.952.004 euros) foi determinada ainda a redução do capital, bem como a utilização de uma reserva de saneamento financeiro no âmbito de um protocolo celebrado em 1993, no montante de 91.357.368 euros. No termo deste processo, o capital estatutário da CP foi fixado em 212.635.680,46 euros, estando por realizar, em numerário, a importância de 126.307.573,57 euros.
2. Conforme divulgado nas notas 14 e 30 do anexo, o resultado líquido do exercício (+3.551.873 euros) foi significativamente afetado por um conjunto de acertos às compensações financeiras resultantes do cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público referentes a 2021, 2022 e 2023 e que só em 2023 foi possível à CP reconhecer como rendimento, a saber: (i) em sentido favorável, os acertos às compensações financeiras dos exercícios de 2021 e 2022, no montante de 45.938.157 euros e 7.125.253 euros, respetivamente, bem como a compensação relativa à reposição do equilíbrio contratual respeitante ao exercício de 2021, no montante de 12.162.590 euros; e (ii) em sentido desfavorável, o acerto das compensações do próprio exercício de 2023, dado que os adiantamentos mensais recebidos pela CP no exercício em apreço excederam em 33.800.588 euros o montante das compensações a que a Entidade tem direito, valor esse que, nesta data, ainda se encontrava a aguardar pela validação do Gestor do Contrato.



AC

3. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício de 2022 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e sectorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam



adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de maio de 2024

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

17.

Relatório do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS INDIVIDUAIS 2023 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente da alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP¹, e dos artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais(CSC)², cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais e a proposta de aplicação de resultados da empresa, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2023, atenta a Certificação Legal das Contas (CLC) emitida, em 17 de maio de 2024, pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano³, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do detentor do capital estatutário, nomeadamente as constantes no ofício circular SAI_DGTF/2024/271, de 06/02/2024, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2023, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus Estatutos e pelo RJSPE, integrada no perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais;
- O Contrato de Serviço Público, assinado em 28/11/2019 entre o Estado e a CP, produziu efeitos com o visto do Tribunal de Contas em 26/06/2020, o que permitiu que se iniciasse o pagamento das compensações financeiras previstas;
- De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, a 1 de janeiro de 2020 concretizou-se a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF) na CP;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração em 16/05/2024, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º, 66.ºA e 66.º B, do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme regime de exceção obtido junto do Tribunal de Contas, de acordo com o previsto no n.º 7 da sua Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março, n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e 174-B/2019 de 26 de dezembro.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Emitido nos termos previstos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE.

CONSELHO FISCAL

- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto que as restantes participações são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter, de forma fiável, o seu justo valor;
- Na decorrência da emissão do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, que determinou a atribuição à CP das compensações pelas obrigações de serviço público incorridas de 2002 a 2019, antes da entrada em vigor do Contrato de Serviço Público celebrado com o Estado, mediante aumento do capital estatutário da CP em cerca de 2.099,74 milhões de euros, no ano de 2023 verificou-se uma alteração significativa na estrutura financeira da empresa relativamente aos anos anteriores, tendo permitido reduzir substancialmente o passivo da empresa e alcançar rácios de autonomia financeira positivos.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2023, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Reuniões com a área financeira da CP;
- iii) Reuniões com a Secretária-Geral;
- iv) Realização de reunião com o ROC;
- v) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- vi) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2022;
- vii) Emissão de parecer relativamente à prorrogação do prazo de vencimento da operação de financiamento contraída junto da EUROFIMA;
- viii) Emissão de parecer sobre o Plano de Atividades para 2023;
- ix) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre o arrendamento, concessões e cedências de imóveis do domínio público ferroviário.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela setorial e financeira, a cargo, respetivamente, do Ministério das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

CONSELHO FISCAL

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A empresa está sujeita às obrigações de serviço público previsto no contrato, assinado entre o Estado e a CP, em 2019, por um período de 10 anos, renovável por 5 anos, o qual obteve visto do Tribunal de Contas em 26.06.2020.

Com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção de material circulante ferroviário foi internalizada, tendo como objetivo principal garantir a fiabilidade do referido material, enquanto operador de transporte, mas também cumprir os contratos estabelecidos com entidades terceiras.

Em 2023, a CP transportou cerca de 173,3 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 17% face a 2022 e de 20% face ao registado em 2019. Este crescimento, conforme assinalado no Relatório e Contas, foi impulsionado pelos títulos mensais, designadamente, dos serviços Urbanos de Lisboa e Regional, beneficiando das medidas implementadas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e da introdução, em julho de 2023, do Passe Ferroviário Nacional.

Na análise da medida passageiros-quilómetros verificou-se a mesma tendência de subida, um acréscimo de cerca de 8,1% face ao registado no ano anterior, com incidência nos serviços urbanos de Lisboa.

Importa, no entanto, destacar que este acréscimo não teve reflexo no aumento dos proveitos de tráfego, que sofreram um decréscimo de cerca de 3,3% face ao registado no ano anterior, essencialmente face ao peso relativo dos títulos mensais, com uma base tarifária mais reduzida e pelo impacto das greves nos títulos ocasionais e nos serviços de longo curso.

Em termos de oferta de transportes, a CP realizou durante o ano de 2023 cerca de 398 mil comboios, o que constitui um decréscimo de cerca de 5,7% relativamente ao ano de 2022, essencialmente em virtude das greves ocorridas durante os primeiros meses do ano.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP terminou o ano de 2023 com um total de 3.735 trabalhadores (efetivo final a cargo)⁴, representando uma diminuição de 15 trabalhadores face a 2022, em que ocorreram 162 entradas e 177 saídas, essencialmente por reforma (105) e denúncia pelo trabalhador (51).

A CP realizou investimentos de cerca de 42,4 milhões de euros, dos quais cerca de 80,3% respeitaram à aquisição (39,6%) e modernização (40,7%) do material circulante.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As demonstrações financeiras anexas ao Relatório e Contas da CP compreendem os seguintes elementos:

i) o balanço individual que, em 31 de dezembro de 2023, evidencia um total do ativo de cerca de 729,5 milhões de euros, um total de capital próprio de cerca de 362,7 milhões de euros,

⁴ O número de trabalhadores, sem contabilizar os órgãos sociais, era de 3727 no final de 2023, sendo 3742 no final de 2022.

CONSELHO FISCAL

incluindo um resultado líquido positivo de cerca de 3,6 milhões de euros e um passivo de cerca de 366,9 milhões de euros;

ii) a demonstração individual dos resultados por naturezas e funções que evidenciam um resultado operacional positivo de cerca de 57 milhões de euros;

iii) a demonstração das alterações no capital próprio que demonstra uma alteração positiva de cerca de 2,2 mil milhões de euros;

vi) a demonstração individual dos fluxos de caixa que assinala um saldo final de 114,4 milhões de euros (uma variação positiva de cerca de 65,9 milhões de euros, relativamente ao início do período) e, ainda,

v) o Anexo às demonstrações financeiras que contém as principais políticas contabilísticas aplicadas.

Da análise das demonstrações financeiras tendo por base os valores comparativos de 2022, e, pela sua materialidade, entendemos de destacar os seguintes aspetos face ao impacto económico-financeiro dos mesmos na situação financeira e patrimonial da empresa:

- A estrutura financeira refletida no balanço sofreu uma alteração substancial, no ano de 2023, conforme divulgado no Relatório e Contas e na CLC, em resultado do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, que, conforme já acima referido, determinou a atribuição à CP das compensações pelas obrigações de serviço público incorridas de 2002 a 2019, antes da entrada em vigor do Contrato de Serviço Público celebrado com o Estado, mediante aumento do capital estatutário da CP em cerca de 2.099,74 milhões de euros. Este aumento de capital, realizado, em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF, e em numerário⁵, permitiu o saneamento da dívida histórica⁶, tendo sido, igualmente, determinado reduzir o capital estatutário e utilizar uma reserva para cobertura de resultados transitados negativos, fixando o capital estatutário da empresa, no final de 2023, em 212.635.680,46 euros;
- Assim, e ainda que se tenham verificado outros movimentos de relevo, conforme assinalado no Relatório e Contas, destaca-se que as principais variações registadas no balanço da CP, em 2023, estiveram associadas à suprarreferida operação de obtenção das compensações pelas obrigações de serviço público dos anos de 2002 a 2019, pelo que, no passivo, há a registar uma diminuição de cerca de 1.947 milhões de euros, essencialmente na rubrica de financiamentos obtidos, no capital próprio, uma variação de cerca de 2.157 milhões de euros, fundamentalmente, na rubrica de resultados transitados e, ainda, no ativo uma variação positiva de cerca de 210,6 milhões de euros, em particular, na rubrica de Capital Subscrito e Não Realizado;
- Ao nível da exploração económica há a registar que a CP apresenta em 2023 um resultado líquido positivo de cerca 3,6 milhões de euros, ainda que inferior ao

⁵ No montante de cerca de 180,4 milhões de euros, dos quais 30% (54 131 820,00 euros) a realizar de imediato e o remanescente até 31 de dezembro de 2024, pelo que no final de 2023 encontrava-se, ainda, por realizar cerca de 126,3 milhões de euros.

⁶ Apenas um valor reduzido da dívida histórica não ficou coberto, cerca de 76 milhões tendo por base os montantes registados, no final de 2023, na rubrica de financiamentos obtidos e de capital subscrito e não realizado.

CONSELHO FISCAL

estimado no Plano de Atividades e Orçamento, bem como ao registado no período homólogo;

- Para esta variação contribuiu a conjugação de diversos fatores. Assim, em termos operacionais, há a registar que o acréscimo significativo do número de passageiros transportados pela CP, em 2023, conforme referido anteriormente, não se traduziu num incremento dos rendimentos provenientes das vendas e serviços prestados pela CP, que registam um decréscimo de cerca de 7,5 milhões de euros. Tal deveu-se, essencialmente, ao crescimento do peso dos títulos mensais, ao impacto das greves verificadas nos primeiros meses de 2023 e à decisão de não atualização tarifária dos serviços regulares da CP. Contudo, tais impactos foram compensados com o acréscimo dos rendimentos provenientes dos subsídios à exploração, em cerca de 41,7 milhões de euros, correspondentes aos reconhecimentos das compensações financeiras pelas obrigações de serviço público referentes ao ano de 2023, bem como dos acertos de reconciliação dessas obrigações dos anos 2021 e 2022 e de reposição do equilíbrio financeiro do ano de 2021, conforme identificado na nota 30 dos anexos às demonstrações financeiras, constantes do Relatório e Contas. Deste modo, o resultado operacional da CP, em 2023, ascendeu a cerca de 57 milhões de euros, o que constitui um acréscimo de cerca de 28,4 milhões de euros face ao verificado no ano de 2022⁷;
- Em sentido oposto, assinala-se o agravamento do resultado financeiro em cerca de 31,9 milhões de euros, essencialmente decorrente da obrigação de pagamento de juros remuneratórios sobre os empréstimos concedidos pelo Estado;
- A dívida remunerada da CP, a 31 de dezembro de 2023, ascendia a cerca de 202,6 milhões de euros, correspondente a empréstimo obrigacionista e crédito da Eurofima, não se registando qualquer valor em dívida junto do Estado, através da DGTF. Esta alteração substancial do passivo da empresa permitiu à CP, conforme assinalado na mensagem do Conselho de Administração, apresentar rácios de autonomia financeira positivos, criando melhores condições para a plena integração da empresa num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente do Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

No âmbito das competências que lhe estão cometidas e tendo como referência o já acima mencionado ofício circular SAI_DGTF/2024/271, de 6 de fevereiro, cabe ao CF aferir do cumprimento pela empresa das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023, bem como da

⁷ O resultado operacional seria significativamente diferente, com impacto no resultado líquido, conforme assinalado na CLC e na nota 14 dos anexos às demonstrações financeiras, constantes do Relatório e Contas, se “os acertos de compensação reconhecidos nas contas de 2023, referentes a 2021 (58,1 milhões de euros) e a 2022 (7,1 milhões de euros), tivessem sido integralmente reconhecidos nos anos a que respeitam, o resultado líquido do exercício de 2023 seria negativo em 59 milhões de euros (e com resultado fiscal negativo, em cerca de 53 milhões de euros). A mesma situação se verifica na informação comparativa de 2022, com resultado líquido também negativo.”

CONSELHO FISCAL

exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, que determina a obrigatoriedade da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE e de acordo com o modelo disponível no sítio da internet da UTAM .

No que se refere, em particular, à obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras e de informação sobre a diversidade de certas grandes empresas e grupos, introduzida no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 27 de junho, ao abrigo do qual foram alterados, para o efeito, o CVM e o CSC, o CA da CP, à semelhança de anos anteriores, optou por inserir no Relatório do Governo Societário um capítulo sobre esta matéria, sem prejuízo da apresentação autónoma de um relatório, o qual será publicado no seu *site* da internet no prazo legal, dando, assim, cumprimento ao previsto na al. b) do n.º 9 do referido artigo 66º-B do CSC.

Relatório de Governo Societário

Em cumprimento do previsto do n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, a CP apresentou o Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida e publicitada pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), para o ano de 2023.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e os elementos exigíveis à entidade nos termos das demais disposições legais em vigor, incluindo as orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, salientando-se ainda que sempre que não são aplicáveis alguns dos princípios recomendatórios são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

Orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à CP e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, através do já suprarreferido ofício circular SAI_DGTF/2024/271, de 06 de fevereiro, em observância com o artigo 420.º do CSC, importa destacar o seguinte:

a) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

- Em 2023, não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, sendo a atividade da empresa norteadada pelo PAO 2023-2025, aprovado pelas respetivas tutelas em 29 de dezembro de 2023⁸.
- A empresa apresenta, num capítulo autónomo, a informação relativa ao cumprimento das obrigações legais, incluindo a execução do PAO 2023, bem como no que diz respeito à execução do plano de investimentos, justificando, na generalidade, os desvios observados.

⁸ A aprovação estabeleceu algumas condicionantes à proposta apresentada pela CP.

CONSELHO FISCAL

- Integrando a CP o perímetro das Administrações Públicas, a empresa apresenta, nos termos legalmente exigidos, informação detalhada sobre o grau de execução orçamental, tanto ao nível da receita como da despesa, referindo, em cada caso, os desvios mais importantes verificados e respetivas justificações.

b) Gestão do risco financeiro

- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP se encontra exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se mitigado, em certa medida, pelo facto de a CP ser uma empresa pública detida 100% pelo Estado.

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se que a empresa não procedeu em 2023 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2023.

A taxa média de financiamento teve um ligeiro aumento de 0,13 p.p., salientando-se, no entanto, o anteriormente referido relativamente ao saneamento da dívida histórica e à evolução bastante favorável da redução do passivo da empresa ocorrido em 2023.

c) Limite de crescimento do endividamento

Em resultado das operações realizadas ao abrigo do supracitado Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023 que englobaram a conversão de dívida em capital e a redução de capital estatutário para cobertura de resultados transitados negativos, a variação do endividamento ajustado foi de cerca de -93,16%;

d) Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrears”)⁹ no final de 2023 por motivos imputáveis à empresa.

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 2023 o prazo médio de pagamentos¹⁰ verificado no final do 4º trimestre de 2023 foi de 32 dias, superior ao registado no período homólogo.

e) Recomendações aquando da última aprovação de contas

- As contas relativas aos exercícios de 2016a 2021 foram objeto de aprovação por parte das tutelas financeira e setorial em 25 de março de 2024, sem recomendações, estando ainda por aprovar as contas de 2022¹¹.

f) Remunerações

⁹Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

¹⁰Nos termos previstos da RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

¹¹As contas de 2022 introduzem a reexpressão retrospectiva das transações e saldos referentes a anos anteriores.

CONSELHO FISCAL

- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados).
- Foram efetuadas as atualizações da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração de acordo com o estipulado nos Decretos-Leis n.º 10-B/2020, de 20/03¹² (0,3%), n.º 109-A/2021, de 7/12 (0,9%)¹³, n.º 84-F/2022, de 16/12 (2%)¹⁴, n.º 26-B/2023, de 18/04 (1%)¹⁵ e n.º 108/2023, de 22/11 (3%)^{16,17}, não tendo, no entanto, sido objeto de atualização as remunerações dos membros do Conselho Fiscal;
- Sublinha-se ainda que, em 2023, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo o que se encontrava legalmente previsto sobre esta matéria.

g) Estatuto do Gestor Público

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a CP deu cumprimento ao disposto no Estatuto do Gestor Público (EGP), no que concerne à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite de gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afetos às viaturas de serviço, não tendo sido, conforme consta do relatório, realizadas, tanto pela empresa como pelos seus gestores, quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

h) Divulgação no sítio internet

No âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular SAI_DGTF/2024/271, de 06/02/2024, e no que se refere às obrigações de divulgação de informação interna e no sítio da internet, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório sobre

¹²Estabeleceu a atualização da base remuneratória da Administração Pública e do valor das remunerações base mensais nela existentes de 0,3%, com produção de efeitos desde 1 de janeiro de 2020.

¹³Estabeleceu a atualização em 0,9% do valor das remunerações base mensais existentes na Administração Pública, bem como a atualização da base remuneratória da Administração Pública em linha com o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2022, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

¹⁴Aprovou medidas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, tendo procedido à atualização das remunerações base na Administração Pública e à revisão dos montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da tabela remuneratória única (TRU), com efeitos a 1 de janeiro de 2023.

¹⁵Estabeleceu que a atualização intercalar do valor das remunerações da Administração Pública, determinando que o valor dos montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da tabela remuneratória única (TRU), publicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, é atualizado em 1%, com efeitos a 1 de janeiro de 2023.

¹⁶Estabeleceu a alteração da base remuneratória e atualização das remunerações da Administração Pública, com efeitos a 1 de janeiro de 2024.

¹⁷Refira-se que, não obstante não terem sido emitidas orientações sobre esta matéria e sem prejuízo de se manter vigente o artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, continuando, por isso, a ser aplicável a redução de 5% na remuneração dos gestores públicos, as referidas atualizações das remunerações operadas pelos diplomas legais acima identificados serão aplicáveis aos vencimentos dos gestores públicos, tendo em conta o disposto no artigo 28.º do EGP e no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no Diário da República, n.º 32, 1.ª série, de 14 de fevereiro.

CONSELHO FISCAL

remunerações pagas a homens e mulheres¹⁸, Plano de igualdade e do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, importa sublinhar que a CP deu cumprimento às referidas obrigações de divulgação.

i) Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

- A CP, no âmbito dos procedimentos da contratação pública, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades.

Conforme expresso no Relatório e Contas, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte de passageiros, mas de valor inferior aos limiares comunitários, e nos procedimentos que não dizem respeito à atividade de transporte da CP, aplica-se o Normativo de Contratação aprovado pelo Conselho de Administração, em 8 de julho de 2020, com a redação aprovada em 24 de março de 2021, e do qual figura em anexo um Regulamento pré contratual.

- Em 2023, a empresa submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas três contratos, identificados no Relatório e Contas uma vez que ultrapassaram o montante global acumulado de 5.000.000€.
- A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que, caso a caso, verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP, em comparação com os valores contratuais obtidos diretamente pela empresa, assim como a sua adequação às especificidades técnicas das suas necessidades.

Eficiência operacional

j) Estrutura de Gastos Operacionais

- O Rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, tendo por base os valores executados de 2023 e os de 2022 (cujo volume de negócios foi superior a 2019), e considerando os impactos estimados pela CP, quer em matéria de gastos, quer de receita por fatores excecionais, sofreu um decréscimo de 0,42 pp;
- Destaque-se, ainda, o decréscimo dos gastos com pessoal, corrigidos dos encargos relativos aos órgãos sociais, decorrentes das indemnizações por rescisão, das valorizações remuneratórias obrigatórias, do efeito do acordo para melhoria do rendimento e do efeito do absentismo, de cerca de -0,01%¹⁹;

¹⁸ Nos termos previstos no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, as empresas do SEE devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

¹⁹ O valor dos gastos com pessoal, sem os ajustamentos, sofreu um acréscimo de 6,2%, relativamente ao executado em 2022 e de 47,3% relativamente ao ano de 2019.

CONSELHO FISCAL

- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo alojamento, frota automóvel²⁰ e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria sofreu um acréscimo face a 2022 de cerca de 9,6%.
- k) Recursos Humanos e massa salarial
- No final de 2023, o efetivo total a cargo da CP era de 3 735 trabalhadores²¹, menos 15 do que no final de 2022, constatando-se uma taxa de atualização da massa salarial (2023-2022) de 6,1%;
 - A evolução dos gastos com pessoal sobre o total, conforme determina o suprarreferido ofício circular SAI_DGTF/2024/271, de 6 de fevereiro, foi negativa em cerca de -4,7%;
- l) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)
- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades das suas atividades exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial.
 - Assim, e na sequência de pedido formulado para o efeito, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), por Despacho interno de 5 de abril de 2022, dispensou a CP do cumprimento da UTE, para os anos de 2022 e 2023, somente quanto aos serviços ali identificados²².

6. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório do Auditor Externo, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2023, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

²⁰ O número de viaturas sofreu um acréscimo de 5,3% e de 131,3% relativamente ao ano de 2019.

²¹ O número de trabalhadores, sem contabilizar os órgãos sociais, era de 3727 no final de 2023, sendo 3742 no final de 2022.

²² Valores objeto de recolha, transporte e contagem e fornecimento de trocos, valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, valores das custódias de títulos que não sejam de dívida pública, valores dos contratos de leasing e factoring celebrados com a banca comercial, valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos, valores que forem arrecadados através de TPA virtual, pela utilização de cartões AMEX, e valores movimentados via DPG da SIBS.

CONSELHO FISCAL

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativos ao exercício de 2023, atentas ênfases expressas na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o Resultado Líquido positivo de 3.551.873 euros ser aplicado, 3 374 279 euros para a conta de resultados transitados e 177.594 euros, para constituição de reserva legal.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2023, tanto pelo Conselho de Administração como pelos demais colaboradores da CP.

Lisboa, 11 de junho de 2024

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

António Farinha Simão

Os Vogais,

Teresa Costa

Cristina Freire